

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ANGELA MARIA PINHEIRO

O COOPERATIVISMO DO MST E A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA
REFORMA AGRÁRIA:

O Caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda.

FLORIANÓPOLIS,

2005.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ANGELA MARIA PINHEIRO

**O COOPERATIVISMO DO MST E A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA
REFORMA AGRÁRIA:**

O Caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda.

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Administração.
Universidade Federal de Santa Catarina.
Curso de Pós-Graduação em Administração.
Área de concentração em Políticas e Gestão
Institucional.

Orientador: Pedro Carlos Schenini, Dr.

FLORIANÓPOLIS

2005.

**O COOPERATIVISMO DO MST E A SUSTENTABILIDADE NO CONTEXTO DA
REFORMA AGRÁRIA:**

O Caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda.

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Políticas e Gestão Institucional do Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovada, em sua forma final, em 18 de julho de 2005.

Prof. Dr. ROLF HERMANN ERDMANN
Coordenador do Programa

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Pedro Carlos Schenini
Presidente - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Hans M. Van Bellen
Membro - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Alexandre de Ávila Leripio
Membro – Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

P654c Pinheiro, Ângela Maria

Cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária : o caso da Cooperativa Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda. / Angela Maria Pinheiro; orientador Pedro Schenini. – Florianópolis, 2005.

213f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2005.

Inclui bibliografia

1. Cooperativismo. 2. Reforma agrária. 3. MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 4. Movimentos sociais rurais. I. Schenini, Pedro.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU: 65

Catálogo na fonte por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq pelo auxílio financeiro concedido para realização deste trabalho.

Ao Professor Clarilton E. D. Ribas que possibilitou o intercâmbio com o MST.

À Professora Valeska Nahas Guimarães pelo apoio.

Ao Professor Pedro Carlos Schenini pela orientação.

Ao MST pela colaboração, através da COCEARGS e COPAC.

À Marina pela colaboração e infinita paciência durante a realização deste trabalho, sem a qual ele não se concretizaria.

Às minhas amigas, Daniela, Luciane, Luciana, Marta e Tânia, pelo carinho e incentivo em todas as horas.

Aos meus amigos Antônio, Clesar, David, Hans, Paulo e Roberto.

À minha família pela compreensão por minha ausência nesse período.

“Santa Luzia, é padroeira do assentamento, porque ela é protetora dos olhos, e para nós quando a gente fez essa discussão de quem seria a padroeira, a gente levou um pouco por lado assim que proteger os olhos não é proteger só nosso olho físico, mas proteger o olho da visão social, da visão da realidade do Brasil, do mundo, não se perder, e de fato manter um olhar crítico a sociedade”.

Entrevistado E3.

RESUMO

PINHEIRO, Ângela Maria. **O Cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária** - O caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda. 2005. 213f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Orientador: Pedro Carlos Schenini

Defesa: 18/07/05

As constatações acerca das dificuldades de reprodução dos pequenos agricultores no Brasil e a existência de uma grande massa populacional de excluídos do campo, conhecidos como ‘sem-terras’, norteou o interesse da presente pesquisa. Este trabalho foi elaborado com o objetivo de analisar a atuação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária como possível indutora da sustentabilidade econômica, social e ambiental dos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Para atender aos objetivos foi realizado estudo de caso no Assentamento 30 de Maio, localizado na cidade de Charqueadas/RS, no qual funciona a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda – COPAC. A pesquisa é descritiva de abordagem qualitativa. Os resultados evidenciaram que a sustentabilidade do assentamento está relacionada à preservação dos recursos naturais, especialmente do solo, e que a opção pela agricultura orgânica decorreu desta constatação. Nesse contexto, a gestão cooperativista é reconhecida pelos assentados como a melhor alternativa encontrada para viabilizar a sustentabilidade destas famílias no campo. Constatou-se também que apenas a gestão cooperativista do assentamento não é suficiente para a manutenção dessas famílias no campo, faz-se urgente e necessária a atuação das instituições governamentais. Há carência no acesso a linhas de crédito e à tecnologia voltadas aos pequenos agricultores, que privilegiam a diversidade de produção e têm necessidades diferentes dos latifundiários adeptos da monocultura. A satisfação destas necessidades é fundamental para o êxito dos programas de reforma agrária.

Palavras-chave: cooperativismo; reforma agrária; movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, sustentabilidade.

ABSTRACT

PINHEIRO, Ângela Maria. **O Cooperativismo do MST e a sustentabilidade no contexto da reforma agrária** - O caso da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda. 2005. 213 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Orientador: Pedro Carlos Schenini

Defesa: 18/07/05

The evidences concerning the difficulties about the reproduction of the small agriculturists in Brazil and about the existence of a great population mass of the field excluded, known as 'without-lands' had guided this research interest. This work was elaborated with the objective of analyzing a Farming Production Cooperative performance such as an inductive of the economic, social and environmental sustainability of the Without-Land Agricultural Workers Movement's Agrarian Reform Market-Places. The objectives of this research had gotten through a case study in the 30 of May Market-Place, which is located in the Charqueadas city/RS, where the Farming Production Cooperative of the Charqueadas' Without-Land Workers Ltda – COPAC acts. It's a descriptive research with a qualitative boarding. The results had evidenced that the sustainability of the market-place is connected to the natural resources' preservation, especially about the ground, and also that the choice by the organic agriculture was originated from this evidence. In this context, the cooperativism management is recognized by the without-land such as the best way to make the sustainability of these families in the field come true. It was also evidenced that the market-place cooperativism management is not enough for the maintenance of these families in the field, becoming urgent and necessary the governmental institutions action. There is a little access to the credit facilities and to the technology related to the small agriculturists, who privilege the production diversity and have different necessities comparing to the latifundium ones, adepts of the monoculture. The satisfaction of these necessities is fundamental for the success of the agrarian reform programs.

Key-words: cooperativism; agrarian reform; without-land agricultural workers movement's; sustentability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Diferenças Entre o Cooperativismo Tradicional e o Cooperativismo do MST	102
Quadro 02 – Distribuição dos Entrevistados	128
Quadro 03 – Distribuição da Economia no Município de Charqueadas	142
Quadro 04 – Distribuição da População no Município de Charqueadas	142
Quadro 05 – Síntese da Análise dos Dados	199

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCA	Cooperativa Central dos Assentados em Reforma Agrária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CEASA	Centrais de Abastecimento
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COCEARGS	Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPS	Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EXPOINTER	Exposição Internacional de Animais
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação
Ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMRT	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras

OIT	Organização Internacional do Trabalho
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
UDR	União Democrática Ruralista
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

RESUMO	006
ABSTRACT	007
LISTA DE QUADROS	008
LISTA DE SIGLAS	009
1 INTRODUÇÃO	012
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	012
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	015
1.2.1 Objetivo geral	015
1.2.2 Objetivos específicos	016
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	016
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	019
2 REVISÃO TEÓRICA	021
2.1 COOPERAÇÃO E COOPERATIVAS	021
2.1.1 Origens do cooperativismo	026
2.1.2 Cooperativismo de Rochdale	031
2.1.3 O Cooperativismo na visão de Charles Gide	034
2.1.4 As teorias modernas sobre cooperativismo	038
2.1.5 Cooperativismo no Brasil	043
2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A COLONIZAÇÃO	051
2.2.1 A questão agrária no século XIX	054
2.2.2 A questão agrária no século XX	058
2.3 A QUESTÃO AGRÍCOLA	064
2.3.1 O nascimento da agricultura industrial	066
2.3.2 A Revolução Verde	069
2.3.3 A Revolução Verde no Brasil	072
2.4 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	076
2.4.1 Demandas tecnológicas para uma agricultura sustentável no Brasil	082
2.5 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST	086
2.5.1 A organicidade do MST	091
2.5.2 O desafio do MST	098
2.5.3 O cooperativismo no MST	100
2.5.4 O Sistema Cooperativista dos Assentados e suas limitações	107
2.5.5 O MST e o compromisso com a terra	111

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	123
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	123
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	125
3.3 AMOSTRA	126
3.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	129
3.5 TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.	131
3.6 INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	132
4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	133
4.1 ASSENTAMENTOS RURAIS DO RIO GRANDE DO SUL	133
4.2 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL	135
4.3 O MST NO RIO GRANDE DO SUL	136
4.4 A CIDADE DE CHARQUEADAS	140
4.5 HISTÓRICO DOS ASSENTADOS DE CHARQUEADAS	143
4.6 A ORGANIZAÇÃO DA COPAC	147
4.7 A SITUAÇÃO ATUAL DA COPAC	150
4.8 O PLANEJAMENTO DA COPAC	158
4.8.1 As Ações da COPAC e a dimensão ambiental	160
4.8.2 As Ações da COPAC e a dimensão social	166
4.8.3 As Ações da COPAC e a dimensão econômica	182
4.8.4 A COPAC: Dificuldades e construção de alternativas	188
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
6 REFERÊNCIAS	207
ANEXOS	211

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

No cenário atual marcado pela globalização cultural e tecnológica, é notória a desvalorização do saber local. O problema não é novo, vem desde a época colonial, e caracteriza-se pela concentração de terras em mão de poucos proprietários, monocultura de extensão, importação de tecnologias estrangeiras e subordinação da agricultura aos interesses políticos e econômicos.

A formulação das políticas governamentais prioriza a agricultura como fornecedora de matéria-prima para as indústrias em detrimento do fornecimento de alimentos para a população. No entanto, dados do último censo agropecuário, realizado em 1996, apontam que a agricultura familiar tem uma significativa colaboração na produção total de alimentos e emprega a grande maioria dos agricultores.

Conforme o censo agropecuário 1995/1996, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil a agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais e concentra apenas 25% do total do crédito agrícola. Porém, agrega 77% do total de trabalhadores ocupados na agricultura e representa 38% do valor bruto da produção nacional. A mesma pesquisa aponta que 67% do feijão, 84% da mandioca e 49% do milho são produzidos pela agricultura familiar. No contexto da agricultura familiar, encontramos famílias de agricultores sem-terra, assentados em programas de reforma agrária.

De acordo com Vogt ([et. all.] 2003) o significativo aumento no número de assentamentos rurais exige alternativas que viabilizem o futuro desses pequenos produtores. Segundo o instituto, estes agricultores, na sua grande maioria descapitalizados, necessitam de acesso ao crédito agrícola específico para suas necessidades imediatas no assentamento, quais sejam: assistência técnica, educação rural e redes de distribuição dos produtos no mercado.

Com a falta de políticas governamentais adequadas, um dos principais caminhos encontrados pelos pequenos agricultores para contornar a carência de apoio institucional e a concorrência com o grande produtor são as diferentes formas de cooperação, desde as associações informais para produzir e comercializar produtos em grupo até a formação de cooperativas que visam o beneficiamento dos produtos para agregação de valor à produção agropecuária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, percebendo claramente esta questão, vem articulando a reforma agrária não apenas como uma luta pela conquista da terra, mas como uma remodelagem do contexto social dos envolvidos; fora da lógica predatória do capitalismo industrial, lógica esta que colocou grandes massas de trabalhadores rurais na marginalidade.

O principal desafio dos assentados é construir sua sustentabilidade na terra conquistada. Essa construção passa necessariamente pelo conhecimento de formas alternativas de produção que lhes possibilite acesso ao mercado consumidor nos setores não explorados pelos grandes produtores rurais.

Os lotes nos assentamentos são pequenos e não se prestam ao desenvolvimento de monoculturas de extensão. Portanto, não é necessária a mecanização pesada. Essa questão gera dificuldades aos pequenos produtores na obtenção de ganhos de escala próprios da agricultura industrial, porém lhes facilita obter ganhos substanciais na diversificação de culturas com métodos como o plantio consorciado.

Atualmente, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – entre outros, vem desenvolvendo e disseminando métodos alternativos de adubação, formas de plantio e controle biológico de pragas, alternativas mais baratas e de fácil implantação para os assentados e famílias.

A sustentabilidade dos assentamentos da reforma agrária no Brasil pode ser baseada em tecnologias não-agressivas ao meio ambiente, como a utilização de sistemas agroflorestais que possibilitam a diversificação da produção com a manutenção da cobertura vegetal original da região. Os assentados precisam acessar esses conhecimentos técnicos a fim de ampliarem a qualidade de gestão sobre suas unidades produtivas de modo que tenham não apenas a garantia de sua subsistência imediata, mas ainda a possibilidade de manter seus filhos trabalhando na terra.

O conhecimento sobre as tecnologias apropriadas de produção na realidade dos assentamentos é condição para a conquista de qualidade de vida. Mais do que trabalhadores rurais com terra, essas pessoas almejam ser cidadãos.

Para Leff (2002), a qualidade de vida depende da qualidade do ambiente, da conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, da valorização e preservação da base de recursos naturais, da sustentabilidade ecológica do habitat. Além disso, o autor aponta que a cooperação, a solidariedade e a participação se entrelaçam com outras formas de realização como o processo criativo do trabalho e as atividades recreativas.

Na visão do MST, conforme consta em seus objetivos e compromissos, a terra deve ser tratada como um bem supremo, seus recursos naturais como o principal capital e a agricultura sustentável como forma digna de produção na qual a agricultura cooperativada é um símbolo de que é possível ter qualidade de vida no meio rural sem degradar o meio ambiente.

A partir da contextualização do tema, se faz urgente e necessária a pesquisa: As cooperativas de produção agropecuária do MST podem ser consideradas indutoras da sustentabilidade econômica, ambiental e social dos assentamentos de reforma agrária?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir das considerações apresentadas, esta pesquisa se propõe conhecer e analisar a atuação de uma cooperativa de reforma agrária e verificar a atuação da cooperativa em acordo com a visão proposta pelo MST nos seus objetivos e compromissos. Para tanto foram estabelecidos os seguintes objetivos de pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar a possibilidade de uma cooperativa de produção agropecuária como indutora da sustentabilidade econômica, ambiental e social dos assentamentos de reforma agrária.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar e caracterizar as ações da cooperativa no sentido de fomentar a sustentabilidade do assentamento;
- Verificar se essas ações atendem as necessidades dos cooperados.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O interesse desta pesquisa é decorrente das constatações acerca do hiato existente no Brasil entre a agricultura moderna dos grandes latifundiários e a agricultura considerada de subsistência praticada pelos pequenos proprietários, dentre os quais encontramos a agricultura familiar tradicional e, mais recentemente, os assentados da reforma agrária.

A pesquisa agrícola no Brasil está, há décadas, voltada para o que se convencionou chamar de ‘revolução verde’, baseada num pacote tecnológico que inclui insumos de síntese química, maquinário pesado e variedades de sementes manipuladas, conhecidas como VAR, variedade de alto rendimento (SHIVA, 2003). Este pacote tecnológico é direcionado para as monoculturas destinadas à exportação, especialmente os cereais; é aplicável às grandes propriedades, pois necessita de uma considerável extensão de terra para praticá-lo com o necessário ganho de escala que o viabilize.

Este modelo marginalizou os pequenos proprietários, porque fez com que muitos desistissem de suas terras e migrassem para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades, entrando para as estatísticas do êxodo rural. Muitos destes migrantes perderam

suas terras hipotecadas em financiamentos bancários de safras agrícolas, pois o pacote tecnológico tem um alto custo. Aqueles que ainda permaneceram no campo tornaram-se dependentes dos insumos industrializados e sentiram de perto os efeitos do uso dos agrotóxicos sobre o meio ambiente e a vida humana e animal.

A revolução verde, aparentemente, trouxe um grande rendimento à produção de grãos, e dizia-se que seria a forma de acabar com a fome no mundo, pela produção em larga escala de alguns itens como trigo e arroz.

Atualmente, percebe-se claramente que a fome no mundo não foi sanada, o campo foi empobrecido, os agricultores proletarizados e houve um violento impacto ambiental com a perda substancial da qualidade da água, da fertilidade do solo e com o comprometimento da biodiversidade.

O Brasil é um país de extremos, onde a riqueza e a pobreza convivem de uma forma compreensível apenas para aqueles que conhecem a herança histórica por trás da flagrante injustiça social. Esse hiato entre a agricultura de exportação e a agricultura de subsistência chama a atenção.

A agricultura de exportação é responsável pela entrada de divisas para o país. No entanto, é a pequena agricultura que produz, em grande medida, produtos de qualidade para a alimentação do povo, e sempre soa estranho quando se ouve dizer que o país exporta grãos enquanto o povo passa fome. Embora a produção de alimentos seja adequada, isso não significa maior segurança alimentar. O que importa é quem produz os alimentos, quem tem acesso à tecnologia e ao conhecimento para produzi-los e quem tem o poder aquisitivo de comprá-los.

Vogt ([et. all.] 2003) afirmam que, apesar de alguns setores sustentarem que a agricultura de subsistência está em declínio, os dados do último censo agropecuário

demonstram o contrário. Como a pequena agricultura não usufruiu de subsídios financeiros nem de proteção institucional, pergunta-se como seria se o quadro fosse diferente qual o nível de produção que os pequenos produtores atingiriam se, no Brasil, fossem aplicadas políticas públicas adequadas?

Muitos agricultores apresentam baixa produtividade não porque careçam de sementes que contenham seu próprio agrotóxico ou toleram enormes quantidades de herbicidas, mas porque foram empurrados para terras marginais irrigadas unicamente pela chuva e porque enfrentam políticas macroeconômicas e estruturais construídas sobre desigualdades históricas e que se opõem à produção de alimentos por pequenos agricultores.

De acordo com Rech (2000), até mesmo a constituição de cooperativas no Brasil sofre de alta regulação governamental, de modo que o modelo cooperativista aqui surge realmente como uma alternativa de sobrevivência. Esta alternativa que resta aos pequenos proprietários foi eleita pelo MST como alternativa de sustentação dos assentamentos. Pergunta-se: as cooperativas realmente desempenham o papel de suporte do desenvolvimento nos assentamentos?

Conforme a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, o desenvolvimento para ser sustentável deve estar apoiado em três pilares interdependentes, o econômico, o social e o ambiental, nos âmbitos local, nacional, regional e global. Somente com a articulação desses três pilares se fará um desenvolvimento sólido, permanente e adequado.

Considerando o acima exposto as estratégias de desenvolvimento no meio rural, especialmente orientadas a preservação cultural das populações e dos recursos naturais, devem ser desenhadas e controladas localmente. O ambiente e os recursos são, primeiramente, locais, e são as comunidades locais que se vêem diretamente afetadas pelo uso dos mesmos as mais capacitadas para melhor gestioná-los.

Rech (2000), Rigolin (2000), Silva (2003), Vogt ([et. all.], 2003) e Theodoro ([et. all.], 2002) entendem que as cooperativas certamente são uma alternativa de organização popular, em que a democracia nas relações entre os cooperados deve lhes facultar o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Pelo exposto, considera-se relevante a pesquisa, uma vez que objetiva conhecer a possibilidade de serem as cooperativas de produção agropecuária o veículo pelo qual as instituições de pesquisa podem acessar o assentado e transmitir-lhes conhecimentos importantes e até mesmo determinantes para a sustentabilidade do assentamento, pois o objetivo principal da conquista da terra é **PRODUZIR PARA VIVER**.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa está organizada em cinco capítulos apresentados da seguinte forma:

Capítulo 1 - Contextualiza o estudo, as circunstâncias em que surgiu o interesse sobre o tema; apresenta os objetivos e as finalidades do trabalho e sua estruturação.

Capítulo 2 - Contém os pressupostos teóricos construídos através das experiências vividas durante a realização do trabalho de campo e dos subsídios encontrados na literatura referentes ao cooperativismo, a questão agrária e sua relação com a modernização agrícola brasileira e suas conseqüências para a agricultura, especialmente no que se refere à pequena agricultura, em que está inserida a agricultura familiar, a ascensão do modelo da agricultura sustentável. É também apresentada a origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e sua proposta de trabalho como movimento e organização social. Proposta explicitada nos objetivos e compromissos na

qual encontra-se a perspectiva de fomentar nos assentamentos da reforma agrária um desenvolvimento econômico e social com proteção ambiental.

Capítulo 3 - Neste capítulo é apresentado o método de pesquisa em questão, as etapas da pesquisa, a seleção dos sujeitos, os processos de coleta, registro, categorização e análise dos dados.

Capítulo 4 – Relata o Estudo de Caso no qual é apresentado o cenário da pesquisa, aspectos relevantes sobre os sujeitos envolvidos com a Análise dos Dados Coletados e os respectivos Resultados.

Capítulo 5 - Neste capítulo apresenta-se as considerações finais.

2 REVISÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta um resgate da teoria, permitindo ao pesquisador uma aproximação com o assunto que lhe interessa. Primeiro, discorre-se sobre o cooperativismo, desde sua origem até a perspectiva atual. A seguir, coloca-se em pauta a questão agrária e agrícola no Brasil e suas implicações na sustentabilidade da pequena propriedade rural, a qual serve de pano de fundo para abordar-se a origem e formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua atuação no cenário nacional.

2.1 COOPERAÇÃO E COOPERATIVAS

A cooperação se dá devido a uma certa compulsão entre os homens, nascida em termos primários das necessidades a serem satisfeitas. Estas manifestações de auxílio mútuo surgem, geralmente, em períodos sociais adversos à satisfação das necessidades coletivas. Esta é uma explicação para o aparecimento de associações cooperativas onde e quando obstáculos colocam-se para um grupo de indivíduos. A ação de cooperar – operar em conjunto – é uma questão de sobrevivência; os homens reúnem esforços, surgindo uma força nova de natureza coletiva. Do ponto de vista econômico, conceitua-se cooperação como uma forma de organização do trabalho associado de indivíduos ou grupos com interesses comuns. Neste contexto, temos cooperação como ação de cooperar, o cooperativismo como orientação doutrinária e a cooperativa como associação concreta. (ARAÚJO, 1982).

A conceituação de cooperativas, para Rech (2000, p.22), “é uma sociedade de pessoas com o objetivo de se dedicar a atividades econômicas (de produção, de consumo, de

trabalho, etc) livremente e em benefício de todos”. O mesmo autor cita a definição dada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua recomendação 127:

A cooperativa é uma associação de pessoas que se uniram voluntariamente para realizar objetivo comum, através da formação de uma organização administrada e controlada democraticamente, realizando contribuições eqüitativas para o capital necessário e aceitando assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento no qual os sócios participam ativamente.

Segundo a definição cunhada no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, em 1995, conforme consta no *site* da ACI:

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se uniram voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada.

Apesar de terem um funcionamento parecido em quase todo o mundo, o contexto ideológico no qual surgem as cooperativas influencia diretamente na filosofia defendida pelos cooperados. A cooperativa seria, portanto, o resultado do contexto político cultural, e podendo-se referenciar dois pontos de vista distintos na formulação de sua ideologia.

Para os chamados ‘socialistas utópicos’, que acreditavam poder transformar a sociedade capitalista, eliminando o individualismo, a competição, a propriedade individual e os lucros excessivos, responsáveis pelas desigualdades e miséria dos trabalhadores, através da compreensão e da boa vontade da burguesia, a cooperativa é considerada um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social. No século XIX, dentre este grupo de teóricos, houve duas correntes distintas de pensamento, ambas considerando o cooperativismo como

uma alternativa às mazelas do capitalismo. A primeira corrente defendida pelo inglês Robert Owen, pelo francês Charles Fourier, pelo alemão Ferdinand Lassalle via na cooperativa uma etapa em direção à implementação do socialismo.

A segunda corrente representada pelo francês Charles Gide considerava a substituição do sistema capitalista por uma ‘República Cooperativa’ na qual todos os setores da economia estariam organizados num sistema cooperativista.

Nos estados socialistas, no entanto, nenhuma destas linhas prevaleceu. Para Rech (2000), nos países onde se intentou implantar uma experiência socialista, o papel das cooperativas limitou-se a ser um instrumento complementar aos planos de coletivização governamental e não como iniciativa autônoma dos trabalhadores.

Do ponto de vista capitalista, os ‘liberais’ e ‘fisiocratas’ entendiam as cooperativas como corretivo dos defeitos do sistema capitalista. Esta perspectiva conveniente é assumida nos países capitalistas e é a base da legislação e política cooperativista. Para Adam Smith e David Ricardo, representantes do liberalismo, a verdadeira fonte de riqueza da sociedade é o trabalho em geral e não apenas o trabalho agrícola, conforme era a crença dos fisiocratas.

Neste contexto surgiu a primeira cooperativa oficial da história moderna, em 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra, cujos princípios se tornaram referência para o cooperativismo internacional.

As cooperativas podem ser classificadas de acordo com sua natureza, sua variedade de funções e nível de organização. A classificação quanto à natureza trata de distinguir as cooperativas de acordo com as atividades que desenvolvem em relação aos seus sócios que, conforme Rech (2000, p.35), são três grandes grupos:

1. Cooperativas de distribuição ou serviços. Pode-se citar as de consumo, crédito, habitacionais, escolares e de eletrificação.
2. Cooperativas de colocação da produção. Podem-se citar as agropecuárias.

3. Cooperativas de trabalho. Podem-se citar as de médicos, taxistas, metalúrgicos, entre outras.

A classificação quanto à variedade de funções distingue as cooperativas de acordo com a quantidade de setores ou produtos a que se dedicam. Conforme Rech (2000, p.36) existem três grupos:

1. Cooperativas unifuncionais. Podemos citar as de consumo, de seguro, de crédito e de habitação.
2. Cooperativas multifuncionais. Podemos citar as agrícolas.
3. Cooperativas integrais. Modelo ideal de cooperativa, a qual deveria atender a todas as necessidades do associado, não existem exemplos práticos desse tipo de iniciativa.

Quanto ao nível de organização, esta é uma classificação prevista em lei, a fim de garantir representatividade às cooperativas e, de acordo com Rech (2000, p.37), são três grupos:

1. Cooperativas singulares. Constituídas por pessoas físicas e jurídicas.
2. Cooperativas centrais ou federação de cooperativas. São constituídas de pelo menos três cooperativas singulares.
3. Confederação de cooperativas. É constituída de pelo menos três centrais ou federações de cooperativas.

Segundo Rech (2000, p.37), essas classificações são consideradas técnicas. As atividades mais comuns às cooperativas são as seguintes:

1. Cooperativas de crédito. Subordinadas ao Banco Central, este tipo está em decadência no Brasil após a Resolução 2.608/99 que colocou inúmeras restrições ao seu funcionamento.

2. Cooperativas de consumo. Este tipo também está em decadência no Brasil tendo em vista a Lei 9.532/97 que as equiparou aos demais estabelecimentos comerciais em relação a carga tributária. Subsistem hoje, as cooperativas de consumo vinculadas a grandes organizações como a cooperativa de consumo dos funcionários da Empresa Vale do Rio Doce.
3. Cooperativas agrárias ou agropecuárias. São as mais comuns no Brasil, destinadas a integrar produtores rurais. As grandes cooperativas deste tipo são hoje administradas como grandes empresas capitalistas. São exemplos, Coamo do Paraná (26.359 associados) e a Cotrijuí do Rio Grande do Sul (12.899 associados).
4. Cooperativas de pesca. Este tipo está em expansão no Brasil.
5. Cooperativas habitacionais. É um ramo em grande dificuldade no Brasil, subsistem aquelas que são apoiadas por prefeituras na realização de mutirões para construção de moradias populares.
6. Cooperativas de eletrificação rural. Incentivadas como forma de diminuir o êxodo rural são 190 no país, a maioria no Rio Grande do Sul.
7. Cooperativas escolares. Modelo pouco difundido no Brasil.
8. Cooperativas escola ou educacionais. Formada por professores e pais de alunos, tem como finalidade a manutenção de uma escola formal, este modelo está em expansão no Brasil.
9. Cooperativas de trabalho. São popularmente conhecidas como cooperativas de prestação de serviços. Este tipo de cooperativa cresce de importância a medida que se agrava a crise sócio-econômica no país.
10. Cooperativas de produção. Nestas cooperativas os associados são os donos por meio da propriedade individual do capital social e também da propriedade coletiva de instalações e insumos. São os próprios associados que gerem a cooperativa em conjunto. O mais famoso exemplo são as cooperativas Mondragón da Espanha. No Brasil temos o exemplo das CPAs, Cooperativas de Produção Agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

A seguir, é relatada a origem do cooperativismo e seu desenvolvimento.

2.1.1 Origens do Cooperativismo

De acordo com Pinho (1982), foi no complexo conjunto das mais variadas oposições às conseqüências do liberalismo econômico que as idéias cooperativistas começaram ser elaboradas, inspirando-se principalmente nos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX e nas experiências associativistas que marcaram a primeira metade desse século. Nessa época, generalizava-se o pensamento de Descartes com relação à possibilidade de atuação da vontade humana sobre a evolução econômica, de modo a corrigi-la ou reformá-la. A razão pensante era considerada a única medida a ser aplicada a todas as coisas e também a única em condições de descobrir as falhas da organização econômica e os remédios para corrigi-la. O ambiente intelectual dos socialistas utópicos, para a autora, estava impregnado de ideal de justiça e de fraternidade. A esperança, na volta à natureza, deixava evidente a oposição de diversos autores às conseqüências da Revolução Industrial. Este quadro intelectual, somado à realidade constituída pelo sofrimento das classes trabalhadoras ante as conseqüências do liberalismo econômico exagerado do início do século XIX, criou o contexto propício ao aparecimento das cooperativas, filhas da utopia e do desejo da massa trabalhadora de superar a miséria pelos seus próprios meios.

Robert Owen, François Marie Charles Fourier, Philippe Joseph Benjamin Buchez e Louis Blanc foram, dentre os socialistas utópicos, os que mais influência exerceram sobre o cooperativismo nascente.

Robert Owen nasceu no País de Gales, em 1771, de uma família de artesãos. Pinho (1982) relata a experiência de Owen como encarregado de uma fábrica de fiação onde implantou importantes inovações, tornando a fábrica um centro de visitação em New Lanarck, Escócia. Owen transformou a fábrica de fios de algodão de New Lanarck em colônia-modelo: trabalhadores, muitos deles viciados, provenientes de meios heterogêneos, tornaram-se

homens dignos; o alcoolismo foi substituído pela sobriedade; as arruaças pela ordem. As crianças, a partir de dois anos, eram educadas em escolas. Reduziu a jornada de trabalho de 14 para 10 ½ horas, e os menores de 10 anos foram proibidos de trabalhar. Criou o amparo à velhice, além de medidas previdenciárias até então desconhecidas. Quando uma crise algodoeira provocou a paralisação das fábricas por falta de matéria-prima, durante quatro meses, os funcionários continuaram recebendo os salários sem desconto. Apesar da admiração que ocasionava, o exemplo de Owen não era imitado. Decepcionado com a falta de colaboração dos outros patrões e do Estado, ele foi para os Estados Unidos e tentou outra experiência em Nova Harmonia, no Estado de Indiana. Porém, esta fracassou e ele voltou para a Europa, continuando com seu trabalho de apoio aos operários através da imprensa.

Owen considerava que o homem é resultado de seu meio social, não é bom, nem mau por natureza, e que para modificá-lo, torna-se necessário modificar o meio social, de forma pacífica, gradual e moderada, a fim de que nenhuma parte do corpo político e nenhum indivíduo sofram com a mudança. A modificação do caráter dos indivíduos, por sua vez, acarretará mudanças no sistema social.

Conforme relata Pinho (1982), em 1818 Owen apelou aos governos dos povos civilizados e, aos soberanos dos Estados da Santa Aliança, reunidos em Aix-la-Chapelle, para que tomassem medidas destinadas a melhorar a sorte dos trabalhadores, preconizando uma ação internacional. Primeiramente, salientou que a grande questão não consiste em se saber como as riquezas devem ser produzidas, mas como o excesso de riquezas deve ser distribuído nas sociedades humanas. Em segundo lugar, exaltou a educação e sua eficácia na promoção de um novo homem com base na sua experiência em New Lanarck. Finalmente, sugeriu estratégias para implantação gradual e pacífica de um sistema de reforma social.

Exerceu grande influência sobre os Pioneiros de Rochdale, especialmente sobre Charles Howart, presidente no segundo ano de fundação da cooperativa e secretário em diversas ocasiões.

O francês Fourier, contemporâneo de Owen, era filho de um negociante de tecidos que perdeu a herança do pai, chegou a ser preso e condenado à morte, conseguiu escapar com a mudança do regime. Tentou ser militar, funcionário de escritório e corretor. Quando recebeu a herança da mãe, conseguiu tempo para dedicar-se aos assuntos intelectuais.

Fourier, de acordo com Pinho (1982), imaginava resolver os males sociais através de falanstérios, unidades auto-suficientes que permitiriam reformar toda a sociedade. Em seu aspecto exterior, o falanstério seria apenas um grande hotel cooperativo, onde poderiam viver 1.500 pessoas em regime comunitário. Esse hotel é a principal peça da reforma do meio social, substitui a onerosa e ‘mesquinha’ unidade doméstica por grandes serviços coletivos (de alimentação, lavanderia, aquecimento, iluminação, etc), cria um ambiente de convívio espontâneo entre ricos e pobres, substitui a competição pela cooperação, institui um microcosmo auto-suficiente. Constituído à semelhança de uma sociedade anônima, o falanstério pertence a uma associação e recebe somente os membros associados. Não elimina a propriedade privada, apenas a transforma em acionária.

Os dividendos são repartidos da seguinte maneira: $4/12$ para o capital, $5/12$ para o trabalho e $3/12$ para o talento, entendido como direção (eleita periodicamente).

Fourier acreditava que a manutenção da propriedade, embora sob a forma de copropriedade, ou de propriedade em que os co-proprietários são também co-interessados, torna o trabalho atraente e produtivo. Para ele, o espírito de propriedade é a mais poderosa alavanca que se conhece para motivar os civilizados. Na sua teoria, Fourier procura inter-relacionar os interesses do trabalhador, do capitalista e do consumidor, de modo que cada acionista ou societário acumule, em sua pessoa, todos os interesses opostos. O operário, por exemplo, terá

participação em razão de seu trabalho, de seu capital (já que é acionista) e do talento (como todo sócio, é elegível).

As colônias fourieristas multiplicaram-se nos EUA, especialmente nos anos de 1841 à 1844, quando foram implantadas aproximadamente quarenta. Na França, da mesma forma, inúmeras foram as iniciativas, mas nenhuma sobreviveu até os dias de hoje.

Philippe Joseph Benjamin Buchez, também francês, defendia a tese de associação cooperativa dos produtores livre, mas pacificamente e sem espoliação. Em um artigo escrito em 1831, intitulado ‘Meio de Melhorar a Condição dos Assalariados e das Cidades’, Buchez defendeu uma associação com determinado número de operários da mesma profissão que seria regida por um contrato. De acordo com Pinho (1982, p. 28), as principais disposições do contrato dos associados, conforme proposto por Buchez, são as seguintes:

1. Os associados teriam também a qualidade de empresários, cabendo-lhes escolher um ou vários representantes;
2. Cada associado seria pago segundo os usos adotados na sua profissão, isto é, por dia, semana, tarefa, etc;
3. Uma soma, equivalente ao ganho dos empresários intermediários, seria reservada, formando o lucro líquido a ser repartido, no fim de cada ano, em duas partes: 20% para formar (e aumentar) o capital social; o restante para assistência ou distribuição entre os associados “pro rata” de seu trabalho; e
4. O capital social, aumentado anualmente com a porcentagem de 20%, seria inalienável e pertenceria à associação. Esta teria caráter indissolúvel, não porque os associados não pudessem separar-se dela, mas porque se perpetuaria através da admissão de novos membros. Assim, o capital social pertenceria às pessoas e não estaria sujeito às leis de sucessão hereditária.

O capital social inalienável permitiria a criação de um futuro melhor para as classes operárias. A associação poderia admitir operários não-associados para o trabalho durante um ano, mas, no final deste período, ficaria obrigada a admiti-los como associados na proporção de suas necessidades. As idéias de Buchez influenciaram a criação de várias associações de

tecelões em Lyon. No entanto, estas tinham um caráter mais utilitarista, de modo que o ideal de solidez pela formação de um capital social inalienável ficou prejudicado na grande maioria delas.

Uma característica bucheziana é a não-aceitação de auxílio financeiro governamental, enquanto outro grupo, chefiado por Louis Blanc, reivindicava esse auxílio.

Louis Blanc, francês, foi historiador, jornalista, orador e político. De acordo com Pinho (1982), Blanc exigia a intervenção do Estado para que a associação operária pudesse modificar o meio sócio-econômico. Condenou a livre-concorrência, principal responsável pelos males e pelas injustiças sociais, nociva aos operários e também à burguesia. Para ele, a livre-concorrência determinou a separação entre os detentores dos instrumentos de produção e aqueles que acionam esses instrumentos com seu trabalho. Propôs a criação de associações em que cada um seria co-proprietário dos instrumentos de produção, denominadas oficinas sociais, compostas de trabalhadores do mesmo ramo de produção e de moralidade assegurada.

A intervenção do Estado, para Blanc, era necessária apenas no início da oficina social, via empréstimo estatal e via nomeação dos primeiros diretores, mestres e contramestres, e, com o alcance da autonomia, os operários passam a eleger os ocupantes dos cargos.

A oficina social teria uma produção especializada e a repartição seria pela igualdade dos salários, independentemente da capacidade de cada um. As sobras líquidas seriam divididas em três partes. A primeira destinar-se-ia aos operários; a segunda, à constituição de reserva para assistência aos operários doentes e afetados pelas crises econômicas; e a terceira, para a aquisição de novos meios de produção. Esta última constituiria, então, a mola detonadora da expansão associativista.

2.1.2 Cooperativismo de Rochdale

Segundo a história oficial, apesar de registrar o surgimento do cooperativismo como sendo a experiência pioneira de Rochdale, tipos semelhantes de organização apareceram em tempos muito mais remotos. Rech (2000) traz exemplos de associações de trabalhadores desde o antigo Egito, onde eram conhecidas como ‘grêmios’, reunindo agricultores escravos. Na Grécia, existiram as *orglonas* e *tiasas*; os romanos tinham os ‘colégios’ e as *sodalistas*; e os cristãos, os *ágapes*. Na América, os incas tinham as *ayllus*; os astecas, os *calpulli*, formas de desenvolvimento de atividades de solidariedade e cooperação no trabalho e na vida em geral.

A ‘*Society of Equitable Pioners*’ foi fundada por 28 trabalhadores, depois de terem sido derrotados numa greve. Na empreitada, utilizaram-se das experiências de cooperativas anteriores e das idéias de George Jacob Holyoake. A intenção dos pioneiros era manter os ideais socialistas e as cooperativas de produção e consumo tornar-se-iam instrumentos para tal objetivo.

Os Pioneiros reuniram-se pela primeira vez, em dezembro de 1843, para discutir as possíveis soluções de seus problemas de sobrevivência. Optaram pela fundação de um armazém cooperativo, idéia defendida arduamente por vários deles. Durante todo o ano, fizeram economia para conseguir o capital social. Inauguraram o armazém cooperativo em 24 de Dezembro de 1844, com um capital social de 28 libras, localizado em Toad Lane Rochdale tinha em seu estoque pequena quantidade de manteiga, farinha de trigo e aveia.

Conforme Pinho (1982, p.32), os pioneiros tinham grandes planos, que foram divulgados junto com seu estatuto social:

1. Abrir um armazém para a venda de gêneros alimentícios, vestuário, etc;
2. Comprar ou construir casas para os membros que queiram ajudar-se mutuamente, a fim de melhorar as condições de sua vida doméstica e social;
3. Fabricar artigos que os associados julguem convenientes, com o objetivo de proporcionar trabalho aos membros desempregados ou subempregados ou com salários insuficientes;
4. Assim que possível, a Sociedade organizará a produção, a distribuição e a educação no seu próprio meio e com seus próprios recursos ou, em outros termos, organizará uma colônia autônoma em que todos os interesses serão comuns. A sociedade auxiliará as demais sociedades cooperativas que desejarem fundar colônias semelhantes; e
5. Com o fim de propagar a abstinência, a Sociedade abrirá, em um dos seus locais, um estabelecimento de temperança.

Para os artesãos de Rochdale, o cooperativismo foi uma alternativa de sobrevivência frente à expansão da Revolução Industrial, impulsionada pela máquina a vapor. Vítimas que foram do capitalismo, ao formularem a cooperativa, buscaram incluir princípios que eliminassem a acumulação de lucros e poder em mãos da minoria, procurando, dessa forma, resguardar sua autonomia.

Estes princípios são a base do que existe atualmente e foram consolidados no Congresso da ACI, realizado em Manchester em 1995. Neste congresso, foi proposta a definição de valores e dos sete princípios, conforme segue:

Valores: As cooperativas se baseiam nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seguindo a tradição de seus fundadores, seus membros acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelos demais integrantes.

Princípios:

- Livre acesso e adesão voluntária;
As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
- Controle, organização e gestão democrática;

As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

- Participação econômica dos seus associados;

Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- Desenvolvimento das cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível.

- Benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa.

- Apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

- Autonomia e independência;

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

- Educação, capacitação e informação;

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

- Cooperação entre as cooperativas;

As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

- Compromisso com a comunidade.

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros.

O sucesso transformou a experiência dos Pioneiros de Rochdale em símbolo, e as normas elaboradas pelos 28 tecelões são seguidas, em parte, pelas cooperativas em todo o mundo.

O pequeno edifício onde os Pioneiros iniciaram as suas operações cooperativistas de consumo tornou-se, desde 1931, o Museu da Cooperação.

2.1.3 O Cooperativismo na Visão de Charles Gide

O principal defensor e sistematizador do conteúdo doutrinário das proposições dos Pioneiros foi Charles Gide, famoso professor universitário de Economia Política que defendia o cooperativismo como o fim das lutas de classes através da supressão do assalariamento, dos intermediários do comércio e dos patrões da produção. Seu discurso tornou-se uma espécie de programa oficial do Movimento Cooperativista francês.

Apesar de existirem estudos anteriores, Pinho (1982) relata que os escritos de Gide tornaram-se mais conhecidos devido, primeiramente, ao seu estilo e, em segundo, porque na época a França exercia uma grande influência cultural no mundo.

Conforme Pinho (1982, p.35), para Gide são doze as virtudes do cooperativismo:

1. Viver melhor ou conseguir melhor nível de vida, através do auxílio-mútuo;
2. Pagar a dinheiro, a fim de evitar a dívida, que considera uma das formas de escravidão;
3. Poupar sem sofrimento, já que a devolução dos ganhos, sob a forma de retorno dos excedentes, proporcionalmente às operações realizadas pelos sócios na cooperativa, permiti-lhe economizar, sem sacrificar a satisfação das necessidades;
4. Suprimir os parasitas, ou seja, eliminar os intermediários, de maneira a reduzir ao mínimo os órgãos de transmissão das riquezas do produtor ao consumidor;
5. Combater o alcoolismo, finalidade educativa já acentuada pelos Pioneiros de Rochdale;
6. Interessar as mulheres nas questões sociais, pois sendo elas que cuidam do lar e fazem as compras, devem conhecer os problemas do consumo e das cooperativas de consumo;
7. Educar economicamente o povo, tornando-o apto para a autogestão econômica e política;
8. Facilitar a todos o acesso à propriedade;
9. Reconstituir uma propriedade coletiva, através da formação de um patrimônio cooperativo, que é coletivo e está a serviço de um interesse geral e permanente, acima de nossas existências efêmeras;
10. Estabelecer o justo preço, mas remunerando todo trabalho consagrado à produção, inclusive o trabalho de direção e os trabalhos intelectuais preparatórios;
11. Eliminar o lucro capitalista, criando a preocupação com a satisfação das necessidades dos homens e não com a obtenção de lucros;

12. Abolir os conflitos, na cooperativa de consumo, o consumidor torna-se seu próprio fornecedor, na cooperativa de produção, o operário torna-se seu próprio patrão, na cooperativa de crédito, o sacador torna-se seu próprio sacado, na cooperativa de habitação, o locatário torna-se seu próprio locador, e assim por diante, de modo que toda disputa cessa pela fusão dos inimigos, ou melhor, o combate cessa por falta de combatentes.

Gide previa uma sociedade organizada como uma República Cooperativa, em que o consumidor teria o papel de transformar a sociedade, eliminando os conflitos e as injustiças sociais, numa evolução pacífica e sem expropriações. Essa transformação ocorreria em três etapas: na primeira, seriam organizadas cooperativas de consumo nas quais desapareceria o lucro, isto é, eliminar-se-ia qualquer aumento sobre o custo de produção a fim de obter o justo preço; na segunda, seriam criadas cooperativas de produção industrial, com os fundos necessários acumulados pelas cooperativas de consumo; na terceira etapa seriam organizadas cooperativas de produção agrícola. Tanto nestas como nas cooperativas de produção industrial seria abolido o assalariamento.

O modelo das cooperativas de produção, cooperativas operárias ou cooperativas de trabalhadores inspirou-se em uma espécie de síntese do rochdaleanismo e dos sistemas societários de Buchez, de Fourier, de Blanc, entre outros. O objetivo do modelo, de acordo com Pinho (1982), é eliminar o patrão, suprimir o salariado e dar aos operários a posse dos instrumentos de produção e o direito de disposição do produto de seu trabalho.

Em alguns países, as cooperativas de produção foram incorporadas a movimentos confessionais, tal como o Movimento Católico-Democrata da Alemanha, Bélgica, Áustria, etc. As diversas subdivisões desse Movimento (centro, esquerda, etc.) consideram as cooperativas de produção eficiente instrumento de reforma social e a solução para os problemas dos trabalhadores, uma vez que não remuneram os dirigentes da sociedade e não distribuem retorno.

As idéias cooperativistas de inspiração rochdaleana, sistematizadas por Gide, incorporadas à Aliança Cooperativa Internacional e somadas ao conteúdo ideológico do instrumental cooperativo, constituem o corpo principal da Doutrina Cooperativa. Nesse conjunto doutrinário, podem-se distinguir algumas correntes que podem ser reunidas em dois grupos principais, o macrocooperativismo e o microcooperativismo.

No primeiro grupo, temos os que defendem o cooperativismo como busca de uma nova ordem social, no qual se destaca Gide.

No segundo grupo temos os que consideram o cooperativismo como uma forma de corrigir distorções do capitalismo no qual se destaca Georges Fauquet. Para ele, era impossível crer que o cooperativismo conseguiria se alastrar por toda economia, devido ao alto grau de complexidade do regime econômico em qualquer época da história.

Nos países socialistas, de modo geral, as cooperativas não apresentam conteúdo doutrinário próprio. São consideradas meras técnicas organizatórias do trabalho operário, e como tal, desempenham o papel de complementação às atividades econômicas estabelecidas pelo Plano Central.

Nos países de economia de mercado, as cooperativas ainda são encaradas como uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, característica que marca todas as cooperativas desde os seus primórdios.

A chamada autogestão cooperativa pode ser entendida como a gestão da cooperativa pelos próprios associados. No Brasil, tem significado uma oposição ao exagerado controle do Estado.

A transferência de poderes do topo para a base sempre foi uma das aspirações humanas, sem estar ligada a uma determinada doutrina ou realidade econômica e social, atualmente, porém foi incorporada a diferentes movimentos sociais e diferentes doutrinas.

Pinho (1982) cita como exemplos as Encíclicas papais de Leão XIII e João Paulo II na defesa da condição humana; as doutrinas que combatem as distorções do liberalismo e se propõem a corrigi-las; as doutrinas que recusam o socialismo tecnoburocrático ou burocrático do Estado; e as doutrinas de oposição total ao capitalismo.

Para os defensores da autogestão, quaisquer que sejam as posições, o fato é que todas tentam obter o predomínio das aspirações humanas intemporais contra alguns dos mais graves problemas de nossa época, tais como a robotização dos trabalhadores, a submissão da mão-de-obra ao arbítrio do capital, o desinteresse dos empregados pelos problemas da empresa, o antagonismo entre executantes e dirigentes, o excesso de burocracia e a crise nos poderes centralizados.

As cooperativas representam, em grande parte, a aplicação dos princípios autogestionários em seu sentido histórico de emancipação dos trabalhadores. Em geral não apresentam o aspecto revolucionário que lhes atribuem alguns opositores, temerosos de qualquer forma de gestão empresarial que possibilite a colocação dos instrumentos de trabalho nas mãos dos trabalhadores ou a distribuição dos benefícios proporcionalmente ao trabalho. Além disso, surgem outros problemas resultantes da própria evolução da cooperativa, que deixa de ser simples associação de caráter mutualista para se transformar numa organização complexa. Embora se inspire no ideal de democracia direta, por imposições do avanço tecnológico, acaba se transformando em uma complexa sociedade, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada.

Para Pinho (1982), se, do ponto de vista da racionalidade econômica e administrativa, a empresa cooperativa cresce e prospera, tem sido freqüente a afirmação de que, em termos doutrinários, ela se desvirtua. A realidade reflete o dilema entre a prática cooperativista rochdaleana e a prática cooperativista sem Rochdale, que é marcada tão-somente pela racionalidade econômica e administrativa da empresa cooperativa. Nesse

sentido, o comportamento de cooperado representa um tipo de ajustamento ao meio, tal como é percebido, não pelo idealista, mas pelo próprio cooperado. Como este meio é dinâmico, há um permanente esforço de ajustamento às mudanças e de elaboração de planos de cooperação adequados à realidade.

Conforme ainda Pinho (1982), a autora relata que, nessa situação, o cooperado não está preocupado com a reforma moral do homem, a correção de distorções ou a mudança do sistema econômico em que vive. Está sim interessado em realizar sua atividade econômica com mais eficácia e é neste sentido que busca a ação cooperativa. Esse enfoque sobre a cooperativa como técnica organizacional nos leva ao desenvolvimento do cooperativismo nos últimos anos, motivado pelas exigências da sociedade consumidora urbanoindustrial, o rápido avanço tecnológico, as pressões do mercado e o próprio interesse do Estado em utilizar técnicas mobilizadoras dos recursos materiais e humanos disponíveis, para diminuir os desequilíbrios econômicos regionais e melhorar a qualidade de vida da população.

2.1.4 As Teorias Modernas sobre Cooperativismo

As tentativas atuais de elaboração teórica do cooperativismo, de acordo com Pinho (1982), procuram não somente explicar o que é, como é, mas prever, com certa margem de segurança, o que pode ser a atividade cooperativa.

A Teoria da Cooperativização Global baseia-se nos precursores utópicos. Seus defensores assumem uma atitude negativa diante da economia de mercado e da concorrência, recomendando sua substituição paulatina e pacífica pela economia cooperativa. Esse modelo não responde a várias questões sobre a maneira de se atingir a cooperativização global nem

como funcionaria a sociedade se a meta fosse alcançada. Na economia cooperativa, o indivíduo, ao invés de perseguir seus próprios objetivos, considera os objetivos de todo o povo, e continua sendo uma incógnita quem determina as metas gerais, quem as impõe e controla sua avaliação.

Na Teoria da Cooperativização Sistêmica, o sistema cooperativo é considerado um sistema cibernético que possibilita a anulação das influências ou distúrbios que vem de uma força externa, tal como acontece com o corpo humano, que também é um sistema cibernético: se um homem tropeça, surgem automaticamente reações cuja função é evitar a queda. Trata-se de tentativa teórica que é uma espécie de caixa preta, cuja estrutura e cujo desenvolvimento interno são desconhecidos, precisam ser descobertos através das reações aos estímulos nela introduzidos.

A Teoria da Cooperação Fiduciária baseia-se no *homos cooperativus*, sem interesses individuais, que se submete fiduciária e completamente aos interesses coletivos do grupo cooperativizado. Neste enfoque, ficam as seguintes dúvidas: como será incentivada a atitude solidária: através de prêmios e sanções ou por um processo de reeducação; quem tem autoridade para premiar, punir ou reeducar; quem tem autoridade para determinar os objetivos do comportamento solidário; e como saber se estes objetivos são os melhores.

O referencial da Teoria Cooperativa Neoclássica baseia-se em estudos economistas neoclássicos, dos quais se destacam François Albert Angers, Claude Pichette, Isaac Guelfat, Claude Vienney e Serge Koulytchizky.

A contribuição de Angers enfatiza o princípio da repartição no processo econômico cooperativo, analisa o cálculo econômico no campo cooperativo e trata de problemas de equilíbrio cooperativo e da moeda em economia cooperativa.

Para Pichette, a cooperativa não é uma mera criação de doutrinadores, mas uma realidade que merece sua própria análise, por isso rejeita a teoria da firma tradicional

capitalista por considerá-la inadequada à explicação de todas as facetas da cooperativa. Então, passa a analisar as diferenças entre a firma capitalista e a cooperativa, que resultam de suas estruturas diversas e não somente de suas respectivas filosofias ou doutrinas.

Para Guelfat, a Teoria do Bem-Estar Econômico é a que mais se aplica como base de uma teoria econômica cooperativista. Isto porque ambas buscam uma repartição de rendas que permita melhorar a situação de um certo número de indivíduos em relação à situação anterior, e não em detrimento dos outros.

O pesquisador francês Vienney apresenta um ensaio metodológico para possibilitar o estudo comparado de organizações cooperativas em funcionamento em sistemas econômicos diferentes. Conforme encontramos em Pinho (1982, p.73), o ensaio apresenta um postulado, uma hipótese central e um dispositivo de análise:

1. Postulado: as cooperativas não são organizações quaisquer. São identificadas por uma forma e regras que lhes dão especificidade institucional, mesmo quando funcionam em contextos aparentemente diferentes;
2. Hipótese central: explicação das razões pelas quais as organizações cooperativas adquiriram forma específica, para compreensão de sua reutilização em sistemas sócio-econômicos diferentes daqueles de sua origem e também para a comparação do papel que as cooperativas desempenham nesses sistemas;
3. Dispositivo de análise: é a teoria de referência que permite ligar a descrição e a explicação da formação e das transformações das cooperativas em sistemas sócio-econômicos diferentes.

Koutytchizky parte das decisões aparentemente técnicas dos cooperados para chegar à estratégia que elas contêm e que exprimem a filosofia das organizações cooperativas. E, nesse caminho, identifica os atores cooperativistas e seus objetivos próprios, os jogos cooperativos, as peculiaridades da empresa e do sistema cooperativo, propõem instrumentos de análise para apreciar outros aspectos, além do econômico e financeiro. A originalidade das

análises de Koulytchizky resulta, em grande parte, da maneira como passa, por degraus sucessivos, das preocupações da empresa às preocupações ligadas ao interesse geral e à filosofia do movimento cooperativo.

Para a Teoria de Münster ou Teoria Econômica da Cooperação, o interesse individual é que leva os indivíduos à cooperação. Entretanto, não prioriza o indivíduo em detrimento do coletivo, ambos são importantes na cooperativa. Esta teoria apresenta a seguinte definição de cooperativa, conforme Pinho (1982, p.75), “as cooperativas são agrupamentos de indivíduos que defendem seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que eles mantêm conjuntamente”.

Neste sentido, os teóricos defendem que o êxito externo da cooperativa implica a utilização das mais modernas técnicas de organização empresarial e o êxito interno determina que os associados recebam os benefícios produzidos por este êxito econômico. Para que esta distribuição de resultados aconteça, é necessário que os associados realmente participem da organização cooperativa em todos os negócios, com pleno direito de decisão.

Na Teoria do Comportamento Cooperativo, examinam-se as motivações que levam o indivíduo a se tornar um cooperado. Analisando a situação da agricultura, Pinho (1982) mostra que o agricultor compreende a importância das cooperativas agrícolas quando perde o controle de sua produção, quando os especuladores o ameaçam ou quando deseja introduzir inovações tecnológicas. A urgência de sair dessa situação o leva a aceitar a cooperativa. A união do grupo cooperativo será maior quanto mais generalizada for a ameaça externa, ou seja, na medida em que atingir indistintamente todos os componentes do grupo. Ao aderir a uma cooperativa, o comportamento do agricultor oscila em torno de um ponto de equilíbrio: satisfazer suas necessidades preservando seu ‘status’ de produtor autônomo ou maximizar ganhos e reduzir custos com a menor perda possível de autonomia. A vantagem comparativa o

conduz ao cooperativismo, com a aceitação de limitar seu poder decisório individual, acatando a decisão das Assembléias Gerais e do colegiado dirigente.

Em suma, a opção do agricultor pela ação cooperativista, de acordo com as normas preestabelecidas, pode ser explicada, teoricamente, pela tomada de posição quanto: à forma de eliminar as tensões resultantes da não-satisfação de certas necessidades, através dos meios habituais e individuais; a maneira de anular a coerção que impede a progressão, pelo afastamento das ameaças internas e externas, com a limitação de seu poder individual de decisão.

Em relação aos países em desenvolvimento, existe a crítica sobre a utilidade do cooperativismo de inspiração europeia como modelo de cooperativismo. Há a necessidade de adaptação do modelo, ajustando-o à realidade sócio-econômica e cultural de cada região.

As cooperativas nos países em desenvolvimento, para Pinho (1982), são importantes como forma de transição entre as comunidades e as complexas sociedades tecnoburocráticas, racionalmente constituídas.

A cooperativa substitui o vínculo desfeito entre a população camponesa e a sua comunidade de origem, ainda que contenha aspectos doutrinários ou utópicos. Este fato é especialmente importante diante do número de migrantes que perambulam pelo país, massas humanas que estão de passagem, vivendo em condições subumanas, no doloroso sofrimento de quem perdeu os laços comunitários e não têm condições de ingressar na sociedade tecnológica por analfabetismo ou despreparo técnico.

2.1.5 Cooperativismo no Brasil

O surgimento do cooperativismo no Brasil não foi possível antes de 1888, haja vista que a maioria da mão-de-obra era escrava. Aos poucos, os trabalhadores europeus começaram a se instalar nos principais centros urbanos do país e sentiram necessidade de organizar associações mutualistas e reivindicatórias. Conforme Pinho (1982), na sociedade patriarcal da época, os poucos trabalhadores livres não dispunham de qualquer amparo previdenciário ou trabalhista.

A partir de 1891, com a nova Constituição Republicana que assegurou a liberdade de associação, o Estado passou a legislar sobre o associativismo rural, isto porque, na época, os graves problemas que caracterizaram a crise estrutural do fim do Império e começo da República levaram à recomendação do Cooperativismo.

As primeiras cooperativas brasileiras surgiram nos centros urbanos no fim do século XIX: a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, Estado de São Paulo, surgiu em 1891; a Cooperativa Militar de Consumo, no Rio de Janeiro, em 1894; a Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco, em 1895; e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista, em Campinas, no ano de 1897.

No meio rural, a experiência cooperativista iniciou-se graças ao trabalho do jesuíta Theodoro Amstadt no Rio Grande do Sul, a partir de 1902, no modelo alemão de Raiffeisen, conhecido como ‘caixas rurais’, baseado essencialmente na ajuda mútua.

Conforme relata Pinho (1982), Friedrich Wilhelm Raiffeisen era natural da Renânia, organizou, na Alemanha nos anos 1847-1848, cooperativas de crédito destinadas a atender às necessidades dos agricultores. Era o filho mais velho de uma família de nove irmãos e teve de assumir todos os encargos familiares com a morte do pai. Sua vida foi árdua, porém era homem de fé e seu grande amor pela agricultura o levou a buscar soluções para os problemas

de crédito agrícola. Fundou, então, em Flammersfeld, com aproximadamente 60 habitantes do lugar, uma sociedade de auxílio-mútuo, destinada aos agricultores necessitados. Em Heddesford, no ano de 1854, organizou outras sociedades, substituindo-as depois por cooperativas de crédito.

O sucesso obtido levou-o a formar cooperativas em outros lugares e publicar um livro de sucesso. As cooperativas raiffeiseanas, conforme Pinho (1982, p.43), apresentavam as seguintes características:

1. Fundam-se no princípio cristão de amor ao próximo;
2. Admitem auxílio de caráter filantrópico, embora prefiram o princípio de entreajuda;
3. Dão grande importância à formação moral dos associados, os quais se responsabilizam, de modo solidário e ilimitado, quanto às obrigações contraídas pela cooperativa;
4. Preconizam a organização de um banco central para atender às necessidades das diversas cooperativas de crédito.

O modelo conservador inglês de Rochdale prevaleceu, pois foi instalado legalmente no Brasil através de Decreto e consolidou-se, uma vez que o primeiro decreto vigiu até 1966, e os princípios de Rochdale foram repetidos em toda legislação subsequente. Em princípio foram regulamentadas as Cooperativas de Trabalho, através do Decreto-Lei nº 22.239/32. Portanto, o Estado não somente regulamentou como procurou incentivar sua criação.

As cooperativas, no Brasil, têm uma dupla origem: surge de forma espontânea por interesse dos trabalhadores e pelo incentivo do Estado. Na época da ditadura militar, a legislação foi fortemente endurecida dificultando em muito o desenvolvimento do cooperativismo. A Lei 5.764/71 impôs tantos limites que tornou difícil a constituição e funcionamento das cooperativas. Para Rech (2000), esta é uma forma legalista de manter as elites no controle, pois impede que os pobres se organizem e criem problemas para o Estado manter a ordem do *status quo*. Segundo o autor, o principal papel da legislação conservadora é impedir que as cooperativas fomentem inovações e que caminhem em direção ao

cooperativismo autogestionário, participativo e democrático-popular. Na forma atual, interessam ao Estado apenas as cooperativas que existam para salvar algumas distorções que o sistema capitalista apresenta, sendo, portanto, porta aberta para medidas populistas governamentais. Para Loureiro ([et. all.], 1981), o cooperativismo brasileiro reveste-se de um caráter autoritário e corporativista, porque foi imposto de cima para baixo, através de leis produzidas pelo Estado Novo como reflexo da intervenção estatal na economia. As cooperativas no Brasil, desde seu surgimento, estiveram atreladas ao Estado, que não somente regulamenta suas normas de criação e funcionamento, mas também as fiscaliza diretamente. Mais recentemente, o Estado tem utilizado a cooperativa como instrumento de modernização da agricultura, expandindo o capitalismo no campo. Chama atenção para o artigo 47 da Lei 5.764/71, o qual, segundo a autora, rompe com os princípios doutrinários do cooperativismo ao permitir que o Conselho de Administração seja renovado em apenas 1/3 dos seus membros e os outros 2/3 constituem um grupo de dirigentes com tendência a se perpetuar no poder.

A Lei 5.764/71, para Pinho (1982), apresenta uma flexibilidade à renovação e à modernização estrutural das cooperativas brasileiras, possibilitando sua atuação como empresas modernas e dinâmicas. Para a autora, as inovações estruturais que atualmente se processam coincidem com a necessidade das cooperativas enfrentarem os problemas sociais e econômicos colocados pela ampliação do parque industrial, o que possibilitou florescerem, nos centros urbanos, novas categorias cooperativistas para atender às múltiplas necessidades da população.

O cooperativismo agrícola, diante dos crescentes desafios impostos pela urgente necessidade de produzir para o consumo interno e ao mesmo tempo exportar, de enfrentar a competição e contribuir para o desenvolvimento do país, volta-se para a economia de escala e, conseqüentemente, busca o crescimento através de administração eficaz, redução de custos,

verticalização, industrialização de produtos primários, participação em empresas não-cooperativas.

Esse dinamismo reflete a luta pela adequação das cooperativas, a atual economia brasileira e a necessidade de superação de obstáculos colocados pelos órgãos fiscalizadores e normativos nos quais trabalham pessoas que desconhecem os problemas cooperativistas.

Considerando o discurso de Rodrigues (2001 p.16), observa-se que a prioridade da cooperativa é o elemento humano, o associado:

O vínculo com os associados e associadas é o mais importante. Servir os membros é a razão de ser de toda cooperativa. Quando se investe numa instituição cooperativa, se tem certeza de que se vence a exclusão, se gera emprego, se distribui eqüitativamente a riqueza, se potencializa a produtividade, se decide democraticamente, não se atenta contra o meio ambiente, se propaga bem estar ao meio comunitário, há vinculação com os setores econômicos de geração de produtos e serviços, que há segurança e transparência, que em primeiro lugar e o mais importante são as pessoas.

Na prática, porém, dentro da lógica do sistema capitalista, há um dilema fundamental conforme Loureiro ([et. all.], 1981, p.1)

[...] de um lado, ele tende a tirar partido e se ajustar às condições estruturais, quando estas favorecem o desenvolvimento e a expansão da organização enquanto empresa, configurando-se então a primazia do econômico sobre o social. De outro lado, revela-se incapaz de neutralizar os condicionamentos estruturais hostis a uma atuação compatível com o conteúdo social da doutrina e dos princípios em que se apóia.

Conforme progride, a cooperativa tende a reproduzir em sua estrutura os mesmos vícios da empresa comercial, e o associado transforma-se em uma roda dentada que move o processo cooperativista, mas eles mesmos não são mais agentes autônomos.

Para Olinger (1991), é importante que as cooperativas de produtores não sejam tão grandes que se transformem em verdadeiras empresas onde o pequeno agricultor associado

assiste, à distância, ao crescimento físico da entidade (edifícios, armazéns, silos, máquinas, escritórios, etc.), enquanto ele próprio continua pequeno, sem participar das decisões e sentindo poucos resultados econômicos pessoais decorrentes da cooperativa que vê crescer e da qual é sócio. A solução parece estar no caminho do meio, nem tão grandes, nem tão pequenas, porém todas unidas em torno de federações e confederações para que possam ter expressão social e poder econômico, assim como os sindicatos devem ter poder político nas tomadas de decisões nacionais.

O desafio que se coloca ao cooperativismo brasileiro é o de encontrar mecanismos que permitam conciliar a expansão da organização, como empresa de negócios, com a possibilidade de controle democrático e da participação efetiva dos associados na gestão da sua organização. A tendência é a de o sistema confundir-se cada vez mais com a lógica e a racionalidade da empresa capitalista em geral, transformando o produtor associado num mero cliente dos seus serviços.

Esse fenômeno é característico da incorporação do movimento cooperativista pelo sistema capitalista que utiliza políticas governamentais e mercadológicas para obter o controle e tirar proveito da iniciativa cooperativista naquilo que for interessante, descaracterizando-a. O cooperativismo tende a ser bem sucedido quando opera com produtos de exportação ou certas matérias-primas para as indústrias ou ainda quando inserido em setores especializados na produção de produtos destinados ao consumo de estratos da população com melhor poder aquisitivo. É o cooperativismo capitalizando em cima de estímulos creditícios e de preços voltados preferencialmente para a agricultura comercial ou empresarial.

Este problema vem sendo apontado pelos teóricos marxistas e estudado por inúmeros pesquisadores que alertam para os desvios no caminho cooperativista. No Brasil, o grau elevado de concentração da propriedade da terra e as relações de poder que daí decorrem, nas comunidades locais, constituem um obstáculo à cooperação entre produtores e

à realização dos princípios básicos em que se apóia o sistema cooperativista. O tipo de serviços e a forma como são geralmente oferecidos não atendem aos interesses e necessidades de importantes categorias de produtores e trabalhadores rurais, assalariados, meeiros, moradores, posseiros, pequenos arrendatários e mesmo proprietários minifundistas. A tendência que se configura é a de que os associados melhores situados na escala sócio-econômica beneficiem-se mais das vantagens oferecidas do que os membros menos privilegiados. Os associados economicamente poderosos tendem a se revezarem no controle dos cargos administrativos da cooperativa, perpetuando as relações que viabilizam a extração de excedentes dos grupos subordinados. A organização cooperativa típica não somente não contesta a estrutura vigente como tende a reproduzi-la através do tipo de ação que desenvolve. (LOUREIRO [et. all.], 1981).

Há que se pensar outras formas de cooperativismo para além da exploração familiar individual dos recursos produtivos. Mais especificamente, organizações que envolvam a possibilidade do controle da terra e da organização do processo produtivo em bases coletivas ou comunitárias, ou ainda esquemas mistos que combinem a organização coletiva ou comunitária com a exploração familiar de pequenas parcelas de terra, respeitadas as condições do meio e os interesses da comunidade em questão. A viabilização de tais alternativas adquire substancialmente maior importância quando se inserem no contexto em que se procede à desapropriação de terras para reforma agrária. (LOUREIRO [et. all.], 1981).

De acordo com Silva (2002), no Brasil existe, atualmente, a convivência de duas linhas de cooperativas, uma considerada tradicional e outra de resistência. A primeira identifica-se com a proposta de industrializar e modernizar as relações no campo, funcionando como veículo de desenvolvimento do setor primário, isto é, um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação dos pequenos agricultores ao mesmo tempo em que os mantém no mercado, não permitindo sua destruição (elemento estratégico do modo de

produção capitalista). Por outro lado, surge como forma de resistência o sistema cooperativista do MST, que propõe estimular e massificar um projeto de cooperação agrícola que, conforme Rigolin (2000, p.2), seja:

1. Alternativo ao modelo capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia por outras bases e valores;
2. Diferente, uma vez que pretende construir um cooperativismo calcado no desenvolvimento, em primeiro lugar do associado, da cooperação desses entre si e com as diversas cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação e organizando os assentados e pequenos agricultores em núcleos de base de produção;
3. De oposição à política neoliberal a ao cooperativismo tradicional por defender a autonomia de organização e representação das cooperativas de assentados.

Apesar das pressões que vem sofrendo, para Rigolin (2000), o cooperativismo ainda é a melhor solução para os pequenos encontrarem a sua sustentação. Segundo a autora, o que se faz necessário é uma compreensão maior acerca dos caminhos da sociedade capitalista, pois para se compreender a evolução do cooperativismo, deve-se estudar suas particularidades dentro do contexto social em que se apresenta.

No contexto atual, os dados do censo agropecuário 1995/1996 comprovam o aumento da concentração de terra no Brasil. Comparando os dados do Censo de 1970 com os levantamentos de 1995-96, o IBGE demonstra que, em 1970, os estabelecimentos com menos de 100 ha representavam 90.8% dos estabelecimentos totais, detendo 23.5% da área.

Em 1995-96, o número de estabelecimentos nessa faixa experimentou uma redução para 89.3%, acompanhada da redução de área para 20% da área total.

Em contraposição, os estabelecimentos com área acima de 1.000 ha que representavam, em 1970, 0.7% do total e detinham 39.5% da área, em 1995-96, passaram a representar 1% do número total de estabelecimentos e acumular 45% da área.

De 1985 a 1995-96, pela primeira vez, desde o censo de 1950, constatou-se a diminuição do número de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Os 5.801.809 estabelecimentos agrícolas registrados pelo censo agropecuário de 1985 foram reduzidos em 941.944 na contagem de 1995-96, resultando em 4.859.865 estabelecimentos, abrangendo 353.6 milhões de ha, ou seja, 21.3 milhões de ha a menos que em 1985.

Desse número registrado, dos estabelecimentos extintos, 906.283, ou 96% do total, apresentavam áreas inferiores a 100 ha, sendo que, nesse extrato de área, a maior redução aconteceu com os estabelecimentos até 10 ha, desaparecendo 662.448 estabelecimentos, o que significa 70.3% do total dos estabelecimentos extintos e 28% do número de estabelecimentos que restaram nesse limite de área.

Ao contrário do que ocorreu com os pequenos, no intervalo de área entre 10.000 ha e 100.000 ha, o número de estabelecimentos aumentou em 81 unidades (4%) com a incorporação de mais 790 mil ha de área nesse extrato, corroborando, assim, a ampliação da concentração da terra no período em questão. A área adicionada aos estabelecimentos nessa faixa de área corresponde a 10% da área total restante dos estabelecimentos até 10 ha.

Em consonância com os processos acima, o IBGE atestou que a área total dos estabelecimentos inferiores a 100 ha, sob a condição de proprietário, foi reduzida em 1.9 milhão de ha, entre 1985 e 95-96. Sob a condição de arrendamento, a diminuição de área, nesse extrato, foi de 1.8 milhão de ha.

Sintomaticamente, no mesmo período, aumentaram em 1.3 milhão de ha as áreas sob a condição de proprietário na faixa entre 10.000 ha e 100.000 ha.

A concentração fundiária, no Brasil, é a segunda maior do mundo, perdendo apenas para o Paraguai, mas a questão não é nova, remonta ao início da colonização como será exposto a seguir.

2.2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E A COLONIZAÇÃO.

Uma pergunta que sempre aflora aos que ouvem falar no MST é de onde vem os ‘sem terra’? Num país de dimensões continentais como o Brasil, como se explica a existência de uma grande massa populacional desalojada, sem ter onde produzir para viver?

A luta das classes populares pela terra no Brasil é secular. Desde a época da Colônia e da escravidão, a aquisição de um pedaço de terra para produzir e nela habitar constitui-se em um sonho da maioria da população pobre do campo.

Paulilo (1996) faz um resgate do processo colonizador vivido pelo país o qual, visto mais de perto, revela, nos seus primórdios, o embrião da situação que se apresenta hoje. Inicialmente, a coroa portuguesa não teve muito interesse pelas novas terras, haja vista que Portugal não era um país de tradição agrícola, e sim eminentemente comercial. A partir dos anos de 1530/1533, aportou a primeira expedição oficial de ocupação, liderada por Martim Afonso de Souza. Até este período, vigorava a extração de produtos naturais, como o pau-brasil. Com a introdução da cana-de-açúcar, o processo de colonização passou a ocorrer, porém mais como ocupação defensiva do que como colonização propriamente dita.

Até o século XVII, o açúcar guardava característica de especiaria, chegando a fazer parte do enxoval de rainhas, na forma de dote. Antes da expansão colonial, o cultivo da cana restringia-se à costa mediterrânea. Então, coube a Portugal a iniciativa de trazer o cultivo para a América, inaugurando a exploração agrícola das terras conquistadas.

A forma utilizada por Portugal para o início da colonização foi a distribuição de terras, através de sesmarias, forma tradicional já incorporada à sua legislação nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas. Paulilo (1996) chama a atenção para o fato de que, neste modelo de apropriação do solo, à Coroa reserva-se o direito de tomar de volta as terras que

não fossem cultivadas. Este sistema coexistiu, no seu início, com o regime de capitânicas hereditárias, que foi de curta duração. As sesmarias eram distribuídas por tempo limitado aos que tinham a possibilidade de cultivá-la, e esse modelo vigorou até a Lei de terras de 1850. A distribuição de terras via sesmarias já trazia em si toda uma estrutura de privilégios, pois, primeiro, era preciso ter recursos para ser sesmeiro e, segundo, estar nas graças do Rei.

Paulilo (1996) relata que a lavoura de cana-de-açúcar não foi determinante na ocupação do Sul, mas sim a ausência de mão-de-obra para as grandes plantações, porque não havia braços portugueses que bastassem para o trabalho. No início, a escravização de indígenas foi a solução encontrada, porém, capturar os índios era difícil e acostamá-los ao trabalho braçal e sedentário muito mais. Daí deriva a atração que reduções jesuítas exerciam sobre os preadores de índios, pois lá estavam os índios considerados mansos. Isso ocorre especialmente entre 1628 e 1640, quando o Sertão dos Patos (Santa Catarina) e o Sertão dos Carijós (Paraná) atraíram as maiores investidas das bandeiras paulistas.

Os bandeirantes nunca desistiram de encontrar metais preciosos e, enquanto os procuravam, compensavam os esforços inúteis com o comércio de índios. A preação de índios no sul caminha par a par com a expansão das missões e, depois, com seu declínio, essa atividade foi realizada principalmente pelos paulistas. Como não tinham riqueza suficiente para adquirir negros, os paulistas contentavam-se em explorar o índio e, portanto, avançavam para regiões desconhecidas e inóspitas, onde os nativos da terra procuravam refúgio. Por volta do ano 1600, a Coroa espanhola, de acordo com Paulilo (1996), preocupa-se em conter o avanço dos bandeirantes em direção ao rio da Prata e às minas de Potosi, localizadas na região onde hoje é a Bolívia, razão pela qual estimula a evangelização jesuíta na região. Em 1610 funda-se Nossa Senhora do Loreto, que vem a ser o berço da República Guarani. As missões vão até 1768. Em 1767, os jesuítas foram expulsos da América, mas, até esta data, as reduções já haviam sido bastante atacadas pelos paulistas, que conseguiram ali índios mansos e

acostumados ao trabalho agrícola. Durante quarenta anos, preadores de índios e jesuítas lutaram entre si. A partir de 1628, os paulistas vieram com verdadeiros exércitos, o que ocasionou o surgimento no litoral de Santa Catarina dos primeiros povoados vicentinos. A Coroa espanhola que, de início, foi favorável à catequese, mais tarde passou a favorecer os paulistas, porque os jesuítas estavam adquirindo um poder que desafiava a metrópole, e o mundo colonial não podia aceitar a existência de comunidades indígenas livres.

O índio, retirado das matas por mais de um século e meio, desenraizado de sua cultura por força de uma catequese europeizante, com o fim das missões, é deixado entregue a si mesmo, mergulhado numa sociedade que sempre lhe foi hostil. Nem índio, nem branco, enfraquecido fisicamente por doenças que desconhecia e desarmado frente à pólvora, é ainda assim atribuída à sua inferioridade, sua não-integração à sociedade branca.

No século XVIII, conforme relata Paulilo (1996), com o início da exploração do ouro, intensifica-se a ocupação na região Sul, isto porque o chamado ‘ciclo do ouro’ não afetou apenas as regiões de Minas Gerais e Goiás, mas teve grande reflexo na região sul devido à importância do gado para a mineração. Até esta fase, o gado era um bem natural da região e aproveitado principalmente o seu couro, pois a indústria do charque inicia-se por volta de 1780. Para a mineração, era importante como animal de tração e transporte e a carne servia de alimento. O gado trazido pelos jesuítas multiplicou-se enormemente e era criado solto. O comércio de gado teve tal relevância que conseguiu estabelecer um caminho duradouro entre os pampas e a feira de Sorocaba. Ainda conforme Paulilo (1996), em 1732, Francisco Souza e Faria começa a abrir o ‘caminho dos conventos’, que passa pelo Morro dos Conventos. Mais tarde, Cristóvão Pereira de Abreu abre um novo caminho, o da Serra do Viamão. Para a mesma autora, os planos de colonização do Sul, por parte de Portugal, visavam atender muito mais aos imperativos militares do que ao desenvolvimento da agricultura, haja vista que o período colonial foi marcado por guerras de fronteira entre

Portugal e Espanha pela posse dos territórios do Sul. Mesmo após os tratados de Madrid, de 1750, e de El Pardo, de 1761, os conflitos continuam acontecendo. São dessa época as Guerras Guaraníticas ou Guerra das Reduções.

2.2.1 A questão agrária no século XIX

O século XIX não foi menos tumultuado. Em meio à guerra Cisplatina, do Paraguai, e da Revolução Federalista ocorre, no Brasil, a abolição da escravatura e a proclamação da independência e, mais tarde, da República. Também tem início, neste período, a colonização alemã, italiana e polonesa.

Em meio a tantas guerras, porém, o Brasil não possuía um exército próprio suficiente, tornando-se dependente de soldados mercenários, alemães e ingleses. Os alemães foram absorvidos pela colonização e os ingleses faziam parte de um acordo de proteção firmado entre Portugal e Inglaterra, esta última, na verdade, defendia mais os próprios interesses.

Aliadas ao exército do Governo existiam as Milícias e Ordenanças, formadas pelo séquito dos senhores de terras que, em 1831, transformaram-se na Guarda Nacional, donde derivou chamar-se de ‘coronel’ aos senhores de terras. Esta instituição perdurou até 1918 e serve para dar uma boa idéia do poder das elites no Brasil. Tal era esse poder que ninguém era obrigado a servir ao exército, mas todos eram obrigados a servir à guarda nacional.

O poderio dos senhores de terras, segundo Paulilo (1996), fez com que os pobres migrassem continuamente de uma região para outra em busca de terras que não interessassem

aos coronéis. No Sul, as terras eram pouco delimitadas em função da criação de gado solto, e era o poderio do estancieiro que garantia sua posse e não qualquer demarcação legal.

Com a decadência da pecuária, devido ao declínio na mineração, as terras da região Sul passaram a ficar vazias, o que foi considerado propício para atrair colonos europeus. Para Paulilo (1996), não somente a existência de terras vazias explica a colonização, porque existem ainda dois fatores: o racismo e os conflitos na Europa. Num primeiro momento, o racismo científico, derivado da teoria evolucionista, no qual se coloca a existência de raças superiores e inferiores, aparece a teoria do branqueamento, uma forma de estímulo à miscigenação para aprimorar a raça do povo brasileiro. A crença na superioridade inata dos brancos é visível até na Constituição de 1824, que não considerava os escravos como brasileiros. Mais tarde, uma emenda considerava-os brasileiros, porém não cidadãos, embora representassem um quarto da população do país. O império consumiu grandes verbas para trazerem imigrantes, mas, o fato é que, depois de instalados aqui, cessava o apoio do governo e os colonos ficavam entregues à própria sorte. Era tal o descaso das autoridades que, em 1859, o governo alemão proibiu a imigração, proibição esta que durou pouco, pois a Europa precisava escoar seu contingente populacional excedente. Concomitantemente, as pressões para a abolição da escravatura cresciam. Em 1850, começam a surgir leis que reprimiam o tráfico negreiro no Império e na mesma época surge a Lei de Terras, que estabelece que as propriedades rurais somente podem ser adquiridas por compra.

Paulilo (1996) relata que o papel do racismo foi bastante forte no estímulo à migração européia, haja vista que o negro liberto não tinha condições de competir com um trabalhador europeu. Aos escravos não era permitido e nem estimulado qualquer desenvolvimento mental, e, como para eles o ócio era o bem supremo, satisfeitas as necessidades básicas, queriam descansar, pois foram ensinados a considerar o trabalho como um inimigo. Apesar de libertos pela Lei Áurea de 1888, continuaram a sofrer toda espécie de

violência. Na verdade, a abolição apenas mudaria a condição do negro se complementada por uma reforma agrária, mas não foi o que se fez. Pelo contrário, a Lei de Terras de 1850, em seu artigo 2º, veda a propriedade imobiliária aos escravos alforriados.

Enquanto o negro liberto buscava seu lugar na sociedade, o Brasil importava trabalhadores europeus para suprir a necessidade de braços nas lavouras de café de São Paulo e Rio de Janeiro. Para atrair os colonos, o Governo financiava o transporte, porém o imigrante assinava um contrato no qual se comprometia a não deixar a fazenda até pagar sua dívida. Esse sistema degenerou em toda espécie de abuso, pois os proprietários de terras superdimensionavam os custos, visando não liberar mão-de-obra.

Para Paulilo (1996), na verdade, não havia falta de mão-de-obra, havia sim falta de vontade política em estabelecer um recrutamento interno, o qual, de acordo com a autora, demandaria a remoção de contingentes de pessoas de uma região para outra, e isso, não interessava aos ‘coronéis’, pois seu poder estava baseado na quantidade de pessoas de que dispunham, tanto para pegar em armas como para angariar votos. Dessa situação nasceu a expressão ‘curral eleitoral’.

Em Santa Catarina, os primeiros imigrantes foram os açorianos, no século XVIII; os alemães a partir da década de 20, do século XIX; os italianos a partir de 1875; e os poloneses a partir de 1882.

Os imigrantes sofreram com a falta de apoio oficial, que se refletia na falta de financiamentos, de estradas, de escolas e de proteção legal, e os nativos sofreram com a invasão pura e simples de suas terras, onde praticavam o cultivo itinerante. Havia falta de congruência entre os objetivos do governo, dos colonos e das populações locais no que se refere à implantação de colônias. A autora relata o caso da colônia de Luzerna, fundada em 1891, numa região que abrigava antigos cemitérios dos nativos botocudos, que estes nativos consideram solo sagrado.

A história dos imigrantes europeus é contada normalmente do ponto de vista dos que prosperaram apesar das dificuldades. No entanto, há um contingente, fora da história oficial, os que se ‘acaboclam’ por necessidade de sobrevivência e passaram a migrar de uma região para outra dentro do país, engrossando uma massa de excluídos.

Os excluídos constituíam-se principalmente de não-brancos, mestiços, mulatos, negros e índios. Estes não tinham direito de possuir terras e nem mesmo direito de votar. Paulilo (1996) relata que a Constituição de 1824 estabelece limites de renda líquida para cada tipo de eleição: paroquial, 100 mil réis; provincial, 200 mil réis; e geral, 400 mil réis. Somente poderiam ser eleitos os ‘homens-bons’, assim definidos aqueles que apresentassem qualificações como renda, posse de bens, tipo de ofício e vida em concordância com os costumes morais. Também contavam pontos a favor ter ‘sangue-limpo’ e fidalguia para poder exercer certos cargos ou funções, condições estas inacessíveis aos não-brancos.

Com o advento da República, foram abolidos os limites de renda, mas, mesmo assim, os analfabetos, continuaram sem o direito de votar.

O mestiço, o negro ou o índio não podiam possuir terras. Dessa forma podiam ser desalojados em favor de outros interesses. Sem poder votar em alguém que os defendesse, sem ter acesso a recursos para comprar terras, essas pessoas não tinham como lutar contra o poder dos grandes senhores de terras.

2.2.2 A Questão Agrária no Século XX

Em Santa Catarina, no século XX, a política colonialista discriminatória culmina com a conhecida Guerra do Contestado. Paulilo (1996) relata o conflito ocorrido no oeste do Estado como uma reação dos despossuídos e esclarece o contexto em que se dá o conflito. Na época havia se formado uma massa de excluídos, sem posses nem direitos que foram recrutados e trazidos para o meio-oeste de Santa Catarina pelo governo para trabalhar na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. A empresa responsável pela construção era americana e, no acordo feito com o Governo brasileiro, tinha direito à exploração das terras dos dois lados da ferrovia, tanto para extração de madeira como para colonização. Essas terras foram vendidas e os posseiros, seus moradores, foram expulsos.

Ao término da construção da ferrovia os trabalhadores trazidos compulsoriamente não foram recambiados às suas terras de origem. Então, juntaram-se aos posseiros, aumentando o número de excluídos. A região vivia um clima tenso pela disputa do território entre Paraná e Santa Catarina e ainda havia o conflito interno entre dois ‘coronéis’, Francisco de Albuquerque e Henriquinho de Almeida. Em meio aos conflitos e sofrimentos, pregavam alguns monges beatos, o primeiro conhecido como João Maria, que desapareceu no início do século XX. Em seguida, surge outro monge, José Maria, tido como João Maria ressuscitado, que atrai muitos seguidores e se estabelece na localidade de Irani, situada na área de conflito entre Paraná e Santa Catarina. A polícia do Paraná interpreta a chegada desse povo como invasão e ataca os sertanejos. Muitos são mortos, inclusive José Maria. Os sertanejos reagem com as poucas armas que têm e com facões usados para desbastar erva-mate. Inicia-se a guerra, usando-se contra os sertanejos o mesmo argumento usado contra Canudos (1896 – 1897). Foram considerados monarquistas e, portanto, contra a República.

Enquanto a região contestada estava em guerra, as colônias de migrantes europeus, tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul, já estavam saturadas, e as políticas de colonização voltaram-se para o oeste; terras habitadas por nativos Kaingang e uma população cabocla cultivavam para a subsistência milho e feijão e coletava erva-mate. As empresas colonizadoras logo perceberam o potencial lucrativo da região e começaram suas propagandas para atrair os colonos europeus das regiões já povoadas. Os posseiros foram desalojados pelas empresas e formaram o primeiro contingente ‘sem-terra’.

A colonização do Oeste foi rápida. Entre 1920 e 1940 chegaram 10.340 migrantes; na década seguinte, 22.801; nos anos sessenta, 48.664; e finalmente nos anos setenta, 61.730. Em 1980, quase a metade da população local não era natural do município onde residia, o que dá uma idéia da intensidade da migração. A partir dos anos setenta, o quadro começa a reverter, a ‘modernização dolorosa’ promovida pela revolução verde é sentida fortemente na região. Além da revolução verde, no Oeste do Estado desenvolveu-se a indústria frigorífica com um modelo de produção chamado de ‘produção integrada’, na qual o produtor se liga por contrato à agroindústria, que lhe fornece assistência técnica e insumos. O produtor obriga-se a vender tudo o que produz e cumpre severas normas de produção para garantir os padrões da agroindústria, caso não o faça é desligado e fica sem ter como vender sua produção.

A década de oitenta, segundo Paulilo (1996), encontra o meio rural do Oeste tão povoado e tão sem perspectivas para os pequenos produtores e trabalhadores rurais que é justamente nesta região que toma vulto o movimento sem-terra no Estado. Havia um mito de que a situação dos pequenos produtores na região era estável, porém, na verdade, havia um impasse. Com o fechamento da fronteira agrícola, a estratégia de mobilidade das famílias tornou-se impraticável, ir para cidade não era solução devido ao despreparo destes trabalhadores para o ambiente urbano. Ocupar é perigoso, mas foi este o caminho. Por isso, a

força do movimento surpreendeu, em 1985, 2.000 famílias promoveram dezesseis ocupações de terras.

A mesma autora expõe dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – de que, em 1990, havia 664.375 indigentes em Santa Catarina, dos quais 422.831 estavam nos campos, o que significa que 15% da população total e 24% da rural estavam nesta condição.

O fortalecimento das lutas camponesas nos anos setenta, no oeste de Santa Catarina, deu-se pelo trabalho de conscientização feitos pela Diocese de Chapecó, através da Comissão Pastoral da Terra e Pastoral da Juventude.

Em maio de 1980, aconteceu a ocupação da fazenda Burro Branco, no município de Capó Erê. Apoiados pela Diocese de Chapecó e pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana, os acampados resistiram à pressão da polícia e do exército até a desapropriação da fazenda em 12 de novembro de 1980. Esta vitória marcou uma nova fase de lutas no oeste de Santa Catarina e o nascimento do MST no Estado. (FERNANDES, 2000).

Nos anos setenta, o governo federal iniciou vários projetos de colonização, principalmente na Amazônia e no Centro-Oeste, em conjunto com empresas privadas e órgãos públicos. Conforme relatam Fernandes (2000) e Gohn (1997), camponeses de diversos estados do Brasil, especialmente do Sul, migraram para as regiões de colonização. Foram mais de 50 projetos particulares de colonização em que as empresas apropriaram-se das terras, fundaram cidades, criaram latifúndios, formando milhares de famílias sem-terra, que migraram para outras regiões. Muitas famílias tiveram de vender suas terras pelo preço da passagem de ônibus. Essa situação contribuiu para que muitos latifundiários comprassem as terras, aumentando a concentração fundiária.

Essas compras, em muitos casos, foram feitas com dinheiro público. Olinger (1991) relata que os grandes empresários, fazendo uso das facilidades de que sempre dispuseram,

tomaram grandes quantias de empréstimos subsidiados e os aplicaram na compra de terras de pequenos agricultores.

Partes dos projetos oficiais fracassaram por falta de assistência técnica, de alimentos, de assistência médica, etc., e os projetos privados fracassaram pelo excesso de corrupção.

Sobre o fechamento da fronteira agrícola, Graziano (1982) refere-se às conseqüências para o país, pois esta serve como orientação aos fluxos migratórios, especialmente das populações rurais. Quando a fronteira se fecha, passa a haver uma multiplicação de pequenos fluxos migratórios, muitos sem direção definida, de maneira que um grande contingente populacional passa a perambular por todo país. É a forma de reprodução da agricultura camponesa expulsa das regiões tecnificadas, é o destino dos pequenos produtores expropriados. O autor comenta o fechamento da fronteira agrícola não como o fim de terras para serem incorporadas ao processo de produção, mas a incorporação de terras como reservas de valor e cita o caso da Amazônia, para onde migraram contingentes populacionais de outros estados onde a fronteira agrícola já havia se fechado. Um indicador de que a fronteira está se fechando rapidamente é o aumento de tensões no campo, pelos conflitos que passam a existir entre os capitalistas que compram as terras como reserva de valor e os posseiros que são, muitas vezes, expulsos com uso de violência física. Ainda conforme Graziano (1982), apesar da intensificação da ocupação da região, os dados do INCRA relativos a 1976 dão conta de que menos de 2,00% das terras ocupadas eram usadas para agricultura, pouco mais de 7,00% para a pecuária, 26,7% eram utilizadas para extração e 65% eram totalmente inexploradas.

Oprimido pelo fechamento da fronteira agrícola, de um lado, e pela industrialização da agricultura, de outro, seria esperado que o campesinato desaparecesse. Porém, isto não ocorreu, mas surgiu o que Graziano (1982) chama de 'novo camponês'. O que caracteriza esse pequeno produtor é a detenção, ainda que parcialmente, dos meios de produção, em que

tanto a terra como os instrumentos de trabalho são insuficientes para sua reprodução como unidade familiar, o que os leva a recorrer ao assalariamento temporário a fim de garantir sua reprodução como unidade produtiva. Para o autor, esse campesinato não guarda senão uma semelhança formal com o camponês livre e independente que existiu antes do processo de modernização. A modernização pela qual passou a agricultura brasileira, conforme Graziano (1982, p. 136), levou as unidades camponesas a tornarem-se cada vez mais dependentes dos mecanismos estruturais do mercado, em vários níveis como segue:

- a) Na obtenção dos meios de vida;
- b) Na compra de insumos da produção, dos instrumentos de trabalho e da própria terra;
- c) Na venda de suas mercadorias, em grau crescente;
- d) No mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para grandes propriedades, como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar.

A pequena propriedade passou a especializar-se em algumas culturas, pressionada pelos grupos comerciais ou industriais. Em função dessa realidade, passou a tecnificar-se em um certo grau, não como uma evolução conquistada pela pequena produção, mas sim como imposição do comprador, que exige uma padronização da produção das culturas, como tomate, uva, fumo, hortifrutigranjeiros, etc. Essas culturas são altamente produtivas se acompanhadas de um pacote tecnológico, o qual, por sua vez, é uma imposição das indústrias produtoras dos insumos modernos.

Essa tecnificação, porém, não representa uma melhoria nas condições de vida dos pequenos produtores. Pelo contrário, pela dependência de insumos externos, o nível de renda por pessoa da família cai, obrigando alguns a deixarem a propriedade por um certo período em busca de trabalho assalariado. Via de regra pode-se dizer que a resistência da pequena produção no campo deve-se cada vez mais ao sacrifício dos membros da família, e isso evidencia o processo de proletarização a que estão submetidos.

As grandes transformações técnicas e econômicas ocorridas nos últimos trinta anos não se fizeram acompanhar de progresso social. A indústria e o comércio cresceram, porém o mesmo não ocorreu com a produção de alimentos para o abastecimento interno. A modernização da agricultura favoreceu a indústria e o comércio urbano e não a massa de agricultores, principalmente os pequenos produtores que compõem a expressiva maioria da população rural. A concentração de terras destinada à produção para exportação favoreceu os governos, os grandes proprietários, industriais e comerciantes, muito pouco o povo e nada os pequenos agricultores, segundo Olinger (1991).

A exclusão das condições de acesso à terra ou ao trabalho, a exclusão do usufruto dos direitos e a exclusão do exercício da política formam o círculo vicioso de produção da fome e da miséria social. (FERREIRA E BRADENBURG, 1998, p.266).

Assim, a pobreza e a exclusão, no Brasil, são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e de desigualdade – persistentes em nosso país – convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. A perspectiva de trabalho de combate à exclusão tem ainda que prover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania, possibilitando a autonomia da vida dos cidadãos. Neste sentido, romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade, brutais em nosso país, é um dos muitos desafios. (SAWAIA [et. all.], 2001).

Graziano (1982) comenta que essa transformação fez com que uma antiga bandeira de luta, a reforma agrária, ganhasse uma nova dimensão, deixando de ser uma simples reivindicação de acesso à terra para ser fundamentalmente uma luta por um novo sistema de organização social e econômica da produção agrícola.

2.3 A QUESTÃO AGRÍCOLA

A prática do cultivo da terra ou agricultura, de acordo com Ehlers (1999), teve início há mais ou menos dez mil anos quando alguns povos do norte da África e do oeste asiático abandonaram progressivamente a caça e a coleta de alimentos e começaram a produzir seus próprios grãos. Na Europa, as primeiras roças surgiram há cerca de 8500 anos na região da atual Grécia e, muito lentamente, o cultivo da terra espalhou-se pelo vale do rio Danúbio até chegar à Inglaterra, há aproximadamente seis mil anos. Até então os povos eram nômades. Primavesi (1997) relata que, ao deixar de ser caçador e coletador para ser agricultor, o homem tornou-se sedentário nos climas temperados e subtropicais. Khatounian (2001) afirma que sedentarizar-se possibilitou ao homem estabelecer sistemas sociais e culturais complexos e, ao mesmo tempo, desenvolver artes como a escrita. Contudo, apesar de aprender a plantar, o homem ainda passava fome.

Ehlers (1999) conta que o domínio sobre as técnicas de cultivo era precário e a produção de alimentos em quantidade suficiente para a humanidade da época continuava sendo um desafio. Durante toda a Antigüidade, a Idade Média e a Renascença, a fome dizimou centenas de milhares de pessoas em todo o mundo. Foi apenas nos séculos XVIII e XIX, com o início da agricultura moderna, que alguns povos começaram a produzir em maior escala, pondo fim a um longo período de escassez de alimentos.

Esse período ficou conhecido como Primeira Revolução Agrícola e consistiu basicamente na crescente aproximação entre agricultura e pecuária. Ehlers (1999) relata que o principal alicerce deste processo de fusão entre a prática agrícola e a pecuária foi a implantação paulatina de sistemas de rotação de culturas com plantas forrageiras leguminosas. A adoção de diferentes métodos de alternância de cultivos permitiu aumentar a lotação de

cabeças de gado nas propriedades, beneficiando a fertilidade dos solos, principalmente dos solos fracos. O interesse dos produtores em criar animais estava relacionado à obtenção de produtos de origem animal (leite, queijo, manteiga, carne, pele e lã) para o abastecimento da família, obtenção de força de tração e, finalmente, a produção de esterco.

Em meados do século XIX, uma série de descobertas científicas e avanços tecnológicos, como os fertilizantes químicos, o melhoramento genético das plantas e os motores de combustão interna, possibilitaram o progressivo distanciamento da produção animal e da produção vegetal, marcando o início de uma nova e ainda mais produtiva fase na agricultura. Foi a Segunda evolução Agrícola.

Segundo Khatounian (2001), das origens remotas da agricultura até meados do século XIX, em todo mundo, eram conhecidos apenas dois procedimentos para corrigir a fertilidade do solo: o descanso ou pousio e a adubação orgânica. O pousio era a base da relativa estabilidade tanto da rotação trienal da Idade Média francesa como dos roçados ameríndios. O número de anos de cultivo e o tempo de descanso eram variáveis segundo a natureza do terreno, as técnicas de cultivo, as espécies cultivadas e o clima. Para a recuperação da fertilidade via adubação orgânica, utilizava-se, sobretudo, excrementos de animais. No caso das civilizações do arroz, utilizavam, principalmente, fezes humanas. Todavia, estes procedimentos apresentavam limitações. Ehlers (1999) afirma que, com a diminuição do pousio e o aumento da produção de fibras, de alimentos e de forragens, a fertilização dos solos tornava-se cada vez mais necessária. A produção de esterco não era suficiente. Então, para aumentar a produção, era necessário criar mais gado, mas o aumento no número de cabeças implicava em áreas de terra para pastagens, pois quanto mais pastagens menos terra para produção de alimentos. A mão-de-obra e o tempo investidos na adubação orgânica eram excessivamente grandes.

Em meio a essa problemática surgem os adubos químicos. Em um terreno cansado, uns poucos quilos poderiam fazer aquilo que o pousio levaria anos para conseguir ou que exigiria toneladas de esterco animal e de esforço humano.

2.3.1 O Nascimento da Agricultura Industrial

O surgimento dos adubos químicos, para Khatounian (2001), promoveu na época, uma revolução cujo impacto hoje é muito difícil de se imaginar, tendo as teorias sobre nutrição de plantas, vigentes então, sucumbido diante das evidências científicas do poder desses produtos.

De acordo com Ehlers (1999) o pai dessa revolução foi o químico alemão Justus von Liebig (1803-1873), que formulava teorias sobre o comportamento das substâncias minerais nos solos e nas plantas. Em 1840, Liebig publicou sua obra clássica intitulada *Organic Chemistry in its application to agriculture and physiology*, na qual mostrou, com base em experimentações laboratoriais, que a nutrição mineral das plantas dá-se essencialmente por substâncias químicas presentes no solo. Ainda segundo Ehlers (1999), Liebig acreditava que o aumento da produção agrícola seria diretamente proporcional à quantidade de substâncias químicas incorporadas ao solo. Assim, foi formulada a chamada Lei do Mínimo, e a aplicação destes postulados à agricultura impulsionou a difusão da adubação mineral à base de compostos nitrogenados, fosfatados e potássicos solúveis, além do uso de calcário e de gesso nos processos produtivos.

As idéias de Liebig suscitaram muitas controvérsias, pois batiam frontalmente contra toda teoria na qual se baseara o cultivo da terra desde Aristóteles, para o qual as plantas nutriam-se de húmus, ou seja, matéria orgânica. Apesar de contestado, Liebig possuía comprovações científicas de seu trabalho, enquanto os opositores baseavam-se em evidências empíricas, pois, na época, a pesquisa sobre o comportamento da matéria orgânica no solo era ainda incipiente. Somente a partir das pesquisas de Louis Pasteur (1822 – 1895), no campo da microbiologia, é que os opositores de Liebig tiveram argumentos científicos para contestá-lo.

Pasteur foi um dos principais opositores de Liebig e, depois de anos de pesquisas, provou que o processo de nitrificação é um processo bacteriológico e os nutrientes utilizados pelas plantas, principalmente o carbono e o nitrogênio, são constantemente reciclados pela ação de microorganismos do solo que, por sua vez, dependem da matéria orgânica como fonte de nutrientes.

O impacto maior das descobertas de Liebig não havia se limitado ao meio científico. Ehlers (1999) aponta que foi no setor produtivo, industrial e agrícola, que seus postulados tiveram maior conseqüência, abrindo um amplo e promissor mercado: o de fertilizantes artificiais. O próprio Justus von Liebig tornou-se um produtor de fertilizantes químicos e muitas indústrias empenharam-se em fazer propaganda contrária aos processos de fertilização orgânica, procurando mostrar que se tratava de uma prática antiquada.

Paralelamente à entrada de adubação química, a agricultura também passou para a era da motomecanização. Em 1892, o americano John Froelich construiu o primeiro trator agrícola movido à gasolina, porém não houve grande aceitação. Logo depois, em 1917, Henry Ford lançou o trator ‘Fordson’, que conseguiu definitivamente invadir o campo americano.

A principal inovação da agricultura moderna surgiu das pesquisas do monge beneditino Johann Gregor Mendel (1822 – 1884). Os estudos de Mendel sobre a

hereditariedade fizeram dele o pai da genética. Os conhecimentos trazidos por Mendel para a agricultura facilitaram a prática da seleção de características desejáveis nas plantas, tais como: produtividade, resistência, constituição dos tecidos e palatabilidade.

Para Ehlers (1999), as variedades de plantas melhoradas em conjunto com fertilizantes químicos e a motomecanização foram responsáveis por sensíveis aumentos nos rendimentos dos cultivos. Nesse mesmo período, também cresceu o número de pragas e doenças que atacavam as lavouras o que levou ao desenvolvimento de técnicas de proteção às plantas cultivadas. Em 1874, Othmar Zedler havia sintetizado um composto orgânico, o DDT, mas foi Paul Müller que, em 1939, na Suíça, descobriu suas propriedades inseticidas.

As duas grandes guerras mundiais impulsionaram uma série de avanços tecnológicos que foram adaptados para produzir substâncias tóxicas às pragas e doenças. Terminada a Segunda Grande Guerra Mundial, parte do parque industrial bélico estaria ociosa se não fosse a sua rápida adaptação para a produção de insumos químicos e motomecânicos para a agricultura. Da mesma forma, durante a guerra do Vietnã, os americanos haviam inventado um desfolhante, utilizado para combater o inimigo escondido sob a floresta tropical. Este herbicida ficou conhecido como ‘agente laranja’. Atualmente, é usado como arbusticida em pastagens, apesar de, no Vietnã, ainda hoje, nas áreas que foram pulverizadas com o agente laranja, nascerem crianças com problemas de má formação dos membros.

No final da década de 60 e início da década de 70, os avanços do setor industrial agrícola e das pesquisas nas áreas química, mecânica e genética culminaram com um dos períodos de maiores transformações na história recente da agricultura e da agronomia: a chamada Revolução Verde.

2.3.2 Revolução Verde

A Revolução Verde, para Ehlers (1999), fundamentava-se na melhoria do desempenho dos índices de produtividade agrícola, por meio da substituição dos moldes de produção locais e tradicionais, por um conjunto bem mais homogêneo de práticas tecnológicas, isto é, de variedades vegetais geneticamente melhoradas, muito exigentes em fertilizantes químicos de alta solubilidade, agrotóxicos com maior poder biocida, irrigação e motomecanização. Esse chamado ‘pacote tecnológico’ viabilizou, na Europa e nos EUA, as condições necessárias à adoção, em larga escala, dos sistemas monoculturais.

A grande expansão da revolução verde, para Kathounian (2001), deu-se primeiro nos países industrializados. Saturados estes mercados, a expansão foi orientada para os países pobres, sobretudo para aquelas culturas que pudessem pagá-los. No Brasil, a grande expansão ocorreu nos anos 70, vinculada ao crédito rural subsidiado, quando a liberação do crédito para financiamento da safra agrícola foi condicionada à utilização dos agrotóxicos. Conforme Ehlers (1999), esse tipo de prática foi incentivada em todo mundo pelo Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a *United States Agency for International Development* (USAID), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), dentre outras.

Khatounian (2001) afirma que, por este pacote, a agricultura tornou-se completamente dependente da indústria química. Contudo, ao menos aparentemente, era tão eficiente e produtiva que dispensava explicações. Por estas vantagens, consolidou-se e transformou-se, sobretudo nos países industrializados, no modo ‘convencional’ de produção.

Nas décadas seguintes, prossegue Khatounian (2001), essa revolução incorporou-se às mentalidades dos agricultores, dos agrônomos e dos planejadores. Entretanto, tendo

ocorrido, ao longo do tempo, e sendo vista como a face do progresso, consolidou-se como o rumo natural das coisas. No Brasil, até o início da década de 1990, para a maioria dos envolvidos com a produção agrícola, era pura tolice tudo o que destoasse desse modelo convencional.

Como afirma Shiva (2003), antes de ocupar o solo, as monoculturas ocupam as mentes. Tanto é assim que Ehlers (1999) relata a modernização do sistema de ensino e pesquisa no Brasil dos 60 e 70 como um processo de reorientação segundo os métodos de pesquisa e ensino americanos orientado para a difusão do padrão tecnológico da revolução verde.

Prosseguindo, Ehlers (1999) comenta que esse processo de reorientação incluiu a instalação de centros de recursos genéticos, bem como a ampliação do intercâmbio com unidades de ensino e pesquisa norte-americanas. Pelos convênios entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC e USAID), Aliança para o Progresso, Fundação Ford e Rockefeller, dentre outros, o Brasil passou a receber doações de equipamentos científicos, material bibliográfico, além de recursos humanos e financeiros para modernização de sua estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural.

É claro que houve intervenção estatal na chamada modernização, o Estado:

[...] definiu um amplo e complexo conjunto de instrumentos de intervenção – leis, regulamentos, programas, instituições – que passaram a favorecer a expansão e a consolidação do modelo no terreno técnico-científico e a regular as relações sociais e os conflitos resultantes das mudanças na organização social da produção. (EHLERS, 1999, p. 38).

Desse conjunto de medidas, fazia parte a manutenção da estrutura agrária, baseada em latifúndios e na produção patronal. As grandes fazendas eram consideradas mais

adequadas ao processo de modernização e ao desafio de tecnificar a agricultura brasileira do que as propriedades familiares. A estrutura agrária brasileira caracteriza-se:

[...] por um elevado grau de concentração da propriedade da terra. Enquanto algumas propriedades se apossam da maior (e provavelmente melhor) fração da área territorial, um sem número de pequenas unidades disputa exíguas áreas que mal permitem ao produtor e sua família extrair daí o seu sustento. Cerca de 85% dos imóveis rurais têm área inferior a 100 ha e possuíam, em 1972, pouco mais de 15% da área cadastrada. No outro extremo, os imóveis de mais de 100 ha, que chegam a representar 15% do número total de imóveis, apropriam-se de quase 85% da área total dos mesmos. (GRAZIANO 1982, p. 34).

O Cadastro de Imóveis Rurais, conforme Graziano (1982), classifica os imóveis rurais em quatro categorias: minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão. Considera-se como minifúndio o imóvel rural com área inferior a um módulo; como latifúndio por dimensão, o imóvel rural com área superior a 600 módulos; como empresa rural, o imóvel explorado econômica e racionalmente que tenha área de um módulo até 600 vezes esse valor; e como latifúndio por exploração, o imóvel rural que, mantidos os mesmos limites da empresa rural, seja inexplorado. O módulo rural é definido como sendo a área da propriedade familiar definida como o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, absorva-lhes toda a força de trabalho, garantindo-lhes subsistência e o progresso social e econômico.

2.3.3 A Revolução Verde no Brasil

Com a modernização, essa concentração de terras tornou-se ainda maior, os pequenos produtores foram excluídos dos benefícios governamentais e, sem recursos para a aquisição de insumos agrícolas, acabaram vendendo suas propriedades e migrando para os centros urbanos. Na década de 70, 16 milhões de pessoas deixaram sua residência rural para buscar alternativas de sobrevivência nas cidades. Nessa época surgiu a figura do ‘bóia-fria’, trabalhador rural volante, contratado pela agricultura patronal para a época de pico nas safras em que a motomecanização ainda não atendia 100% do trabalho, principalmente nas lavouras de cana-de-açúcar e café.

De acordo com Ehlers (1999), entre as décadas de 40 e 80, a população rural decresceu de 70% para 30% do total da população brasileira. A intensa transferência do campo para a cidade, associada a um processo de industrialização poupador de mão-de-obra, fez crescer a subocupação, o desemprego e a marginalidade na periferia das cidades. Um bom exemplo do problema urbano que representa é dado por Graziano (1999), referindo-se ao crescimento da região metropolitana de São Paulo que, na década de 70 (4,45 milhões de pessoas), apenas 38% se referiam ao crescimento vegetativo. Os 62% restantes foram preenchidos por migrantes.

Além dos problemas sociais gerados pela modernização agrícola brasileira, evidenciaram-se os problemas ambientais decorrentes, em grande parte, da intensiva mecanização e do uso de agrotóxicos. Primavesi (1997) relata o caso dos agricultores gaúchos que migraram para o Mato Grosso do Sul em busca de novas terras férteis; posteriormente para o Mato Grosso, chegando em Goiás e Tocantins e atualmente no Maranhão. Esta

migração deu-se porque, depois de sete anos de uso intensivo de tecnologia convencional, os solos deixam de produzir. Os solos são destruídos pela exposição ao sol e à chuva, pela compactação por máquinas pesadas que, numa lavoura de soja, podem passar até 18 vezes pelo campo e pela elevada adubação com apenas três elementos, NPK, ou seja, nitrogênio, fósforo e potássio, esgotando todos os micronutrientes indispensáveis para a produção e manutenção da saúde vegetal. O uso intensivo de fertilizantes e defensivos tem causado a degradação dos solos e a contaminação das águas e a destruição da harmonia que deve existir entre o homem e a natureza. (OLINGER, 1991).

Paschoal (apud Ehlers, 1999) relata que o elevado consumo de agrotóxicos provocou um aumento significativo do número de pragas, sendo identificadas cerca de 440 variedades de novos insetos e 70 novos fungos. Há duas principais explicações, uma se refere à resistência que as pragas desenvolvem com o passar do tempo às aplicações dos venenos, e outra defende que os agrotóxicos matam as pragas e também os seus predadores naturais, ocasionando um desequilíbrio no agroecossistema.

O nível de consumo de insumos agrícolas no período 1964/1975, no qual o aumento da produtividade das principais culturas foi de 4,5% ao ano, o uso de fertilizantes químicos teve um aumento de 1.234,2%; o de inseticidas, 233,6%; o de fungicidas, 548,5%; o de herbicidas, 5.414,2%; e o de tratores; 398,1%. (PASCHOAL apud EHLERS, 1999).

Sahtouris (1998) comenta que, no início do século, um agricultor produzia 10 calorias de energia alimentar por cada caloria de insumo de energia e, dessa maneira, mantinha sadios o solo e o lençol freático, enquanto o agricultor moderno investe 10 calorias de energia por cada caloria de alimento produzido. Concomitantemente, sua terra torna-se cada vez mais empobrecida, destruindo, dessa maneira, a própria base de seu sustento. A agricultura de alta tecnologia deve ser considerada como imensamente ineficiente e desperdiçadora de energia. A crise de sustentabilidade na agricultura, para a autora, está

relacionada à desastrosa implantação das monoculturas de alta tecnologia. A biodiversidade é essencial em todos os sistemas vivos, incluindo o humano. A monocultura é tão destrutiva e perigosa nos sistemas sociais humanos quanto na agricultura, quanto maior a variedade, mais estável será o sistema. Em termos biológicos, a biodiversidade é a essência na operação dos mecanismos ecológicos internos de controle e equilíbrio. O argumento básico é que, quanto maior a diversidade, maior a estabilidade do sistema pela capacidade de responder a eventuais perturbações, considerando a existência de um maior número de organismos e de interações entre eles, e entre eles e o meio abiótico.

[...] as monoculturas da mente fazem a diversidade desaparecer da percepção e, conseqüentemente, do mundo. O desaparecimento da diversidade corresponde ao desaparecimento das alternativas – e leva à síndrome FALAL (falta de alternativas). Com freqüência, nos tempos de hoje, o extermínio completo de natureza, tecnologia, comunidades e até de uma civilização inteira não é justificado pela “falta de alternativas”? As alternativas existem, sim, mas foram excluídas. Sua inclusão requer um contexto de diversidade. Adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções. (SHIVA 2003, p.15).

Para Sawaia ([et. all.], 2001), essa prática deriva do menosprezo dos saberes populares. Por detrás de atitudes como essas, esconde-se uma discriminação e uma tentativa de exclusão ou supressão de um determinado tipo de saber. O não reconhecimento de práticas alternativas implica deslegitimizar as práticas sociais que as sustentam e, nesse sentido, promovem uma profunda e perversa exclusão social. O genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar,

subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à expansão capitalista... ou comunista. As práticas diferentes, alternativas, assustam os poderes e os saberes dominantes. Há o perigo de que essas práticas levem a pensar diferente e a um conhecimento que fuja, que escape, à hegemonia do saber acadêmico ou institucional. Enquanto essas práticas de exclusão forem hegemônicas, e os saberes populares forem seqüestrados e impedidos de se legitimarem, dificilmente poder-se-á falar numa sociedade verdadeiramente democrática e pluralista tanto política como cultural e economicamente. (SANTOS, 2003).

Na década de 80, a crise econômica e o agravamento do desequilíbrio do setor público acabaram com os mecanismos que asseguraram a implantação do modelo convencional, linhas de crédito, políticas de preços mínimos, incentivos e financiamentos, já que esses mecanismos eram considerados uma das causas do déficit público. Não houve, apesar disso, quebra acentuada na produtividade das safras agrícolas e ainda houve abertura para a entrada das práticas consideradas ‘alternativas’, como conservação dos solos, plantio direto, controle biológico de pragas e fixação biológica de nitrogênio.

Com a crise do modelo tecnológico da revolução verde, as atenções voltaram-se para um outro tipo de agricultura, menos dependente de insumos químicos, privilegiando o resgate de conhecimentos ancestrais aliados a uma nova perspectiva tecnológica.

2.4 AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O aparente sucesso produtivo da agricultura convencional não impediu o desenvolvimento, pelo menos desde a segunda década do século XX, de movimentos que apontavam em outras direções. Utilizando-se de outros critérios, identificavam falhas na proposta dominada pela química, que entendiam não apenas como efeitos colaterais de um bom remédio, mas conseqüências previsíveis e deletérias de um mau remédio. (KHATOUNIAN, 2001). A produtividade agrícola mundial, desde 1985, apresenta-se em declínio devido à degradação ambiental, diminuição das áreas de plantio, salinização das terras produtivas por excessiva irrigação, fatores aos quais se somam outros não diretamente vinculados à agricultura, mas que a afetam em profundidade, como a poluição do ar, a chuva ácida e as transformações na camada de ozônio. (GUIVANT, 1995). A produtividade da agricultura no modelo convencional está baseada na sua maior parte, 85%, em recursos energéticos fósseis, de natureza não-renovável, portanto, insustentável. Tratados marginalmente por longo tempo, apenas se tornaram visíveis ao grande público quando sua crítica ao método convencional mostrou-se irrefutável e, dessa perspectiva, propunham-se a desenvolver outras soluções baseadas no conhecimento científico utilizável disponível e em exemplos, tirados do passado, de melhor convivência com os recursos naturais.

Nas conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorridas em 1972, 1982 e 1992, materializaram-se as evidências de que os danos causados pela agricultura convencional eram de tal magnitude que urgia mudar de paradigma. Para Graziano (1999), a importância do movimento por uma agricultura sustentável não está na questão da produção, mas na proposta de uma nova concepção de

desenvolvimento econômico. A principal contribuição desse movimento não consiste na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, mas na criação de uma nova consciência social a respeito das relações homem-natureza e na produção de novos conceitos filosóficos, morais e até religiosos. Bradenburg (1999) alerta para o fato de que a construção de um projeto de vida que inclua valores éticos, subjetivos, racionalidades diversas e uma relação de convivência com os recursos naturais, que difere de um estilo de vida segundo padrões do modernismo consumista, não é um trabalho solitário. Acima de tudo é uma prática que avança através de vários movimentos sociais ou coletivos, capazes de reforçar a solidariedade e nutrir interesses comuns de sujeitos sociais diversos.

Seguindo a linha da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), desenvolveu-se o conceito de sustentabilidade, entendido como o equilíbrio dinâmico entre três ordens de fatores: os econômicos, os sociais e os ambientais, inter-relacionados, em um processo de transformação que transcende limites geográficos-políticos e coloca a sobrevivência do homem e de outras espécies como seu objetivo maior. Fica, nesse caso, o desafio político para uma nova relação entre os homens: da resolução dos problemas específicos – distribuição de riqueza, alimentação, energia, poluição, urbanização, industrialização e crescimento populacional – aos esforços da administração de áreas comuns do globo terrestre, da paz e segurança internacional, e da evolução mais harmônica das economias nacionais. O desenvolvimento rural sustentado insere-se nesse contexto. (FERREIRA e BRANDENBURG, 1998).

Kathounian (2001) relata que, no caso da agricultura orgânica, já havia um acúmulo considerável de experiências que se aproximavam do ideal de sustentabilidade. Em termos de organismos internacionais, havia uma impossibilidade política de declarar a agricultura orgânica como novo paradigma por dois motivos. A proposta orgânica apresentava ainda lacunas técnicas no que se referia ao seu uso em escala ampliada e, mais importante, os países

membros mais ricos sediavam corporações que lucravam com o método convencional e não subscreveriam uma proposta que ferisse seus interesses comerciais imediatos. Criou-se o termo ‘agricultura sustentável’ como tentativa de conciliar as expectativas sociais de alimento e ambiente saudáveis com os interesses dessas corporações. No passado recente, no Brasil, realizaram-se grandes eventos patrocinados por empresas produtoras de agrotóxicos, que se auto-atribuíram o qualificativo de sustentável.

A palavra sustentável é originária do latim *sus-tenere* e usada em inglês desde 1290. As referências ao termo sustentável em relação ao uso da terra, dos recursos bióticos, florestais e pesqueiros são anteriores à década de 80. (EHLERS 1999). A partir de meados dos anos 80, a expressão agricultura sustentável passa a ser empregada com maior frequência, assumindo também dimensões econômicas e sócio ambientais. A literatura conhecida sobre o assunto oferece uma série de definições de agricultura sustentável e todos incorporam os seguintes itens:

1. Manutenção em longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola;
2. O mínimo de impactos adversos ao ambiente;
3. Retornos adequados aos produtores;
4. Otimização da produção das culturas com mínimo de insumos químicos;
5. Satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda;
6. Atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais. (EHLERS 1999, p.103).

O objetivo da agricultura sustentável, de acordo com essa visão, é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo de impactos ambientais e com retornos econômicos adequados para diminuir a pobreza e atender às necessidades sociais da população. Em 1993, no Fórum Mundial das Organizações Não-Governamentais, realizado em Copenhague, foi feita a seguinte definição para agricultura sustentável:

Um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento eqüitativo e participativo. [...] A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento científico holístico. (EHLERS 1999, p.107).

Para Guivant (1995), a sustentabilidade agrícola como sistema abrange quatro subsistemas, sendo que em cada um deles é destacado um conjunto diferente de fatores. A sustentabilidade agrônômica pode ser entendida como sendo a capacidade que tem a menor unidade agrícola de produzir indefinidamente, respeitando os ciclos naturais e o equilíbrio dos agroecossistemas. Para tanto, o período de tempo vincula-se fundamentalmente a fatores como características da formação dos solos, práticas de cultura utilizadas, localização geográfica e períodos de produtividade da terra. A sustentabilidade micro-econômica, no nível da propriedade rural, denota a capacidade do agricultor de substituir a destinação de certas áreas, segundo estejam respondendo ou não às necessidades produtivas. A sustentabilidade ecológica, numa região maior que a propriedade rural, refere-se à interação de florestas, fauna, flora, cursos d'água, agroecossistemas e áreas não cultivadas. A sustentabilidade macroeconômica refere-se aos planos nacionais e internacionais em que se determinam políticas das quais dependem as capacidades dos sistemas de alimentar as populações, respeitando a equidade entre gerações e dentro de uma geração. Em cada um desses planos, diversas técnicas agrícolas podem ser utilizadas, incluindo-se todas as opções que possibilitem redução dos custos de produção, com substituição dos insumos químicos, que protejam o meio ambiente e a saúde e reforcem as interações biológicas e físicas nos agroecossistemas.

A unidade básica para análise da sustentabilidade na agricultura é o agroecossistema, definido como:

[...] entidades regionais manejadas com o objetivo de produzir alimentos e outros produtos agropecuários, compreendendo plantas e

animais domesticados, elementos bióticos e abióticos do solo, rede de drenagem e de áreas que suportam vegetação natural e vida silvestre. Os agroecossistemas incluem de maneira explícita o homem, tanto como produtor como consumidor, tendo portanto dimensões socioeconômicas, de saúde pública e ambientais. (EMBRAPA. 2003 p. 28).

Para ser sustentável, o desenvolvimento vai além do propósito de capitalizar a natureza e ecologizar a ordem econômica. A sustentabilidade implica em um processo de socialização da natureza e no manejo comunitário dos recursos fundados em princípios de diversidade ecológica e cultural. Nesse contexto, o aproveitamento do potencial de cada região, a autogestão comunitária dos recursos, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, o respeito pelos valores culturais e pela diversidade étnica, assim como pela recuperação e enriquecimento científico das práticas tradicionais de uso dos recursos, abrem canais para uma gestão participativa dos recursos e para um desenvolvimento sustentável. (LEFF, 2002).

Para viabilizar esse processo, o mesmo autor aponta a necessidade de gerar as condições econômicas e políticas que permitam a participação comunitária na definição de suas necessidades, na autogestão de seus recursos e na produção de seus satisfatores, assim como na inovação, assimilação e adaptação de tecnologias ecológicas.

Sahtouris (1998) apresenta o biorregionalismo como solução para os problemas gerados pela agricultura de alta tecnologia, geradora de poluição de desertificação e intensiva no uso de combustíveis fósseis. Um mundo organizado biologicamente por regiões, estabelecido, por exemplo, nas bacias hidrográficas. As várias formas de permacultura, cientificamente integradas, derivadas da agricultura indígena ou tradicional, poderiam ser usadas juntamente com as tecnologias apropriadas a outros aspectos da vida – das comunicações à medicina. O biorregionalismo seria compatível com os movimentos democráticos de base que estão surgindo por todo mundo, criando novos sistemas locais auto-suficientes em que as pessoas estão assumindo o controle de suas vidas e praticando democracia local.

A construção de uma agricultura sustentável está estreitamente relacionada com o resgate de práticas agrícolas praticamente excluídas da agricultura pela onda modernizante. Estas práticas estão adaptadas climaticamente e culturalmente identificadas com o domínio de conhecimento dos agricultores de cada região. (BRADEMBURG, 1999).

Continuando, o mesmo autor comenta que a agricultura sustentável somente pode ser construída numa sociedade sustentável que considere a sustentabilidade de seus vários grupos sociais. Portanto, faz-se necessário o desbloqueio dos potenciais de desenvolvimento. No caso do Brasil esse desbloqueio passa, necessariamente, pela reforma agrária. Poucos países do mundo têm uma vasta área de terra agricultável, no entanto há quatro séculos o Brasil é o país do latifúndio.

De acordo com Olinger (1991), é de grande importância que se faça a reforma agrária em terras de boa qualidade, no que concerne à fertilidade do solo agricultável, à topografia, às condições para irrigação, ao tamanho das parcelas, devendo as mesmas ser localizadas em áreas salubres e com a infra-estrutura necessária para guarda, transporte e comercialização dos excedentes da produção. O êxito dos assentamentos está diretamente relacionado à qualidade da assistência técnica, econômica e social proporcionada aos agricultores. Sem tais condições, os programas de reforma agrária acabam contribuindo para a formação de favelas rurais e para o êxodo do campo.

A força maior de atração para adotar um ambientalismo coerente na produção agropecuária parece vir dos próprios interesses dos donos de terra e dos que dela dependem com suas famílias e seus descendentes para viver. Despontam, assim, algumas indicações de que a posse útil da terra é um arranjo social positivo para preservar a natureza. Nesse contexto, a reforma agrária pode ser um incentivo eficaz para ações e atitudes ambientalistas, mas necessita ser uma posse esclarecida, seja por experiência de uso, seja pela educação agroambiental. (EMBRAPA, 1998).

Um dos caminhos para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável no Brasil é através da ampliação, viabilização e fortalecimento da pequena agricultura familiar e a promoção de uma tecnologia ecológica que conserve os recursos naturais. O mais importante instrumento de ampliação da pequena agricultura familiar é a realização de uma reforma agrária em todas as unidades da Federação. Contudo, dependendo do modelo tecnológico a ser promovido nos assentamentos de reforma agrária, podem ocorrer impactos ambientais e, em longo prazo, até mesmo sociais negativos, levando a uma insustentabilidade. A radical reestruturação fundiária e a verdadeira dinamização da pequena agricultura familiar são condições necessárias, mas não suficientes, para a construção de um modelo sustentável de desenvolvimento rural. Portanto, associada a essas ações, deve ser promovida a adoção massiva da tecnologia agroecológica. (THEODORO [et. all.], 2002).

2.4.1 Demandas Tecnológicas para uma Agricultura Sustentável no Brasil

O significado da palavra ‘tecnologia’, como o de ‘ciência’, mudou consideravelmente no decorrer dos séculos. O termo grego original *technologia*, derivado de *techne* (‘arte’), significava um discurso sobre artes. No século XVII, quando começou a ser usado em língua inglesa, significava uma discussão sistemática sobre as artes aplicadas, ou seja, os ofícios, e, aos poucos, passou a designar os próprios ofícios. A partir do século XX, esse significado foi ainda mais ampliado, passando a incluir não apenas as ferramentas e máquinas como também métodos e técnicas não materiais, ou seja, a aplicação sistemática de

qualquer uma dessas técnicas. Atualmente, a maior parte das definições de tecnologia dão ênfase à relação desta com a ciência. (CAPRA 2002).

Para Castells (apud Capra, 2002, p.104), “tecnologia é o conjunto de instrumentos, regras e procedimentos através dos quais o conhecimento científico é aplicado de maneira reproduzível a uma determinada tarefa”. Capra (2002) salienta que a tecnologia é muito mais antiga do que a ciência. Suas origens remontam ao próprio alvorecer da espécie humana à época em que a linguagem, a consciência reflexiva e a capacidade de construir utensílios evoluíram juntas. Com efeito, a tecnologia é uma das características que definem a natureza humana, tendo moldado de modo decisivo as sucessivas eras de civilização. Identificam-se, desse modo, os grandes períodos da civilização humana: Idade da Pedra, Idade do Bronze, Idade do Ferro, a Era Industrial e a Era da Informática. A partir da Revolução Industrial, começam a se ouvir críticas mais severas sobre as influências, nem sempre benéficas, da tecnologia sobre a vida e a cultura do ser humano.

Para Bazzo (1998, p.156), a tecnologia simboliza uma grande complexidade e, para tentar defini-la, há a necessidade de considerar que:

- a) A tecnologia tem relação com a ciência, com a técnica e com a sociedade;
- b) A tecnologia integra elementos materiais – ferramentas, máquinas, equipamentos – e não materiais – saber fazer, conhecimentos, informações, organização, comunicação e relações interpessoais;
- c) A tecnologia tem relações com fatores econômicos, políticos e culturais;
- d) A evolução da tecnologia é inseparável das estruturas sociais e econômicas de uma determinada sociedade.

Por essas considerações, o autor propõe uma análise de tecnologia isenta de neutralidade, citando Winner (1987 p.27): “a construção de um sistema tecnológico que envolve seres humanos como parte do seu funcionamento requer uma reconstrução dos papéis

e relações sociais”. Para o autor, a tecnologia não é um empreendimento autônomo com vida própria nem tampouco um instrumento neutro que possa ser facilmente modificado e utilizado para as necessidades e interesses de plantão. É antes um empreendimento complexo que tem lugar em contextos específicos configurados e também é configuradora de valores humanos que se refletem nas instituições culturais, políticas e econômicas.

Schumacker (apud Ehlers, 1999) preconiza que o progresso tecnológico e a especialização não deveriam determinar os objetivos da humanidade. Ao contrário, o desenvolvimento tecnológico nos países deve buscar novos métodos de produção e novos padrões de consumo que impeçam a autodestruição, criando um novo estilo de vida planejado para ser permanente. Ainda segundo o mesmo autor, deve ser desenvolvido e utilizado tecnologias apropriadas para as diferentes realidades de cada país ou região, sendo suficientemente baratos, de modo a possibilitar sua utilização pelas populações de baixa renda.

Para Khatounian (2001), a adoção da agricultura sustentável gera demandas tecnológicas sobre os agricultores e técnicos ainda mentalmente presos à dependência dos agroquímicos. Isto porque a agricultura ecologicamente correta não utiliza insumos de um pacote tecnológico pronto, mas é intensiva no uso de um outro produto intangível, o conhecimento. Tecnicamente, os sistemas orgânicos costumam apresentar elementos recuperados de bons exemplos do passado, combinados com procedimentos de ponta em termos de manejo de microrganismos, controle fitossanitário, variedades, máquinas e insumos ecologicamente corretos. Segundo o mesmo autor, existem inúmeras escolas que tratam do tema da agricultura ecologicamente correta, surgidas em vários países, incorporando elementos da cultura de onde emergiram ao seu corpo filosófico e prático. Assim, temos: a Biodinâmica, na Alemanha; a Orgânica, na Inglaterra; a Natural, no Japão; a Biológica, na França; a Alternativa, nos EUA; a Agroecológica, na América Latina; a

Permacultura, na Austrália. Todas são designadas oficialmente por ‘agricultura orgânica’ em relação ao conjunto de suas propostas para a sustentabilidade agrícola.

A agricultura orgânica também se caracteriza pela valorização da agricultura como modo de vida, no qual os fatores econômicos não são os mais importantes. Não se busca resolver o problema global de alimentação das populações em grande escala, mas prover as necessidades de pequenos grupos sociais. Diferentemente da agricultura tradicional, aplicam as técnicas agrícolas não-poluentes que se harmonizem com os ecossistemas locais e que conservem a fertilidade dos solos sem agredir a microvida. (GUIVANT, 1995).

Para Graziano (1999), a questão principal não é tecnológica, mas sim política. Antes de saber qual tecnologia adotar, é preciso decidir que sociedade se quer construir. Na medida em que a desigualdade entre países e povos é a verdadeira causa estrutural da fome, qualquer método que implique em aumentar a produção de alimentos, aprofundando esta desigualdade, está destinado ao fracasso em reduzir a fome, pois, ao contrário, somente as tecnologias que tenham efeitos positivos na distribuição de riqueza, ingressos e recursos podem reduzir verdadeiramente a fome.

No caso do Brasil, são três os aspectos do atual modelo agrícola que se contrapõe à preservação da biodiversidade, a tendência à monocultura, o uso intensivo de agroquímicos e o desaparecimento dos sistemas tradicionais de produção agropecuária. A recuperação desses saberes e o apoio técnico à pequena propriedade são fundamentais para a construção de uma agricultura em bases sustentáveis. De acordo com a EMBRAPA, é necessário gerar técnicas de observação, instalar sistemas de coleta de dados, construir modelos explanatórios e interpretativos. É um mundo de ciência a construir, talvez um paradigma a gerar. As tecnologias de produção que despontam como favoritas para a redução da degradação ambiental baseiam-se em integração e manejo de sistemas. Sua

pesquisa permite o aproveitamento de conhecimentos anteriormente elaborados, mas requer combinação e coordenação dos mesmos, assim como identificação e complementação dos aspectos insatisfatórios ou desconhecidos. A indispensável abordagem sistêmica exige mais disciplina lógico-científica do que parece à primeira vista, complementada por conhecimentos estatísticos e processamento de dados inventivos e pioneiros.

2.5 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST

A luta camponesa tem se mostrado de diferentes formas ao longo do tempo. Na sua luta pela terra e pela reforma agrária, os camponeses enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros e se opuseram ao Estado, representante da classe dominante.

No século XX, por volta de 1945, surgiram as Ligas Camponesas que tinham o apoio do Partido Comunista Brasileiro, PCB, do qual eram dependentes. Apesar de que seus apoiadores defendiam uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos. Fernandes (2000) relata que parte das ligas tentou organizar grupos guerrilheiros quando, então, ocorreu a prisão de muitos trabalhadores e os grupos foram dispersos pelo Exército. Com o golpe militar de 1964, as Ligas Camponesas e outros movimentos foram aniquilados.

Inevitáveis e históricas, as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino nos anos cinquenta e sessenta. A violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro. Caçaram e cassaram as lideranças dos camponeses em luta. Muitos “fugiram” fingindo, sumiram, foram assassinados. (OLIVEIRA, 2001 p.13).

O Partido Comunista pretendia criar as condições necessárias para formar uma aliança política entre operários e camponeses. Para isso, criaram a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) a fim de coordenar as associações camponesas.

No Rio Grande do Sul, no final da década de 50, enquanto Leonel Brizola foi governador, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que se fortaleceu motivando uma série de ações que, à época, contou com o apoio do Governo do Estado.

A partir da derrota do Partido Trabalhista Brasileiro, nas eleições de 1962, o movimento passou a sofrer diversos ataques do novo governo estadual e de outras instituições e entidades, o que levou ao seu desaparecimento, em 1964.

Por influência da Igreja Católica, outros movimentos formaram-se, alguns com tendência conservadora e outros progressista. O primeiro criado no Rio Grande do Norte, foi denominado Serviço de Assistência Rural e chegou a reunir mais de 40 mil camponeses; em Pernambuco, foi criado o Serviço de Orientação Rural; e no Rio Grande do Sul, a Frente Agrária Gaúcha. Estas entidades originaram-se para fazer frente ao processo de formação das organizações camponesas, tentando evitar a influência das idéias socialistas e em defesa da reforma agrária. Na linha progressista, liderada pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), surgiu Movimento de Educação de Base, com a participação de Paulo Freire, que trabalhava com alfabetização e formação política dos camponeses.

Conforme relata Fernandes (2000), as lutas no campo receberam grande estímulo com a formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foi a articuladora dos novos movimentos camponeses que surgiram durante o regime militar, baseada nos ensinamentos da

Teologia da Libertação. A idéia da criação da CPT nasceu na Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em novembro de 1974 e se tornou realidade com o Encontro Pastoral da Amazônia Legal em junho de 1975. Entre os autores da idéia, encontrava-se Don Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, que vinha forjando no seu trabalho pastoral a 'Igreja da Caminhada' do Araguaia. Para isto, estava em luta ao lado dos posseiros contra o latifúndio e os governos militares que protegiam esses latifundiários (OLIVEIRA 2001).

No período de 1979 a 1984, eclodiram inúmeros movimentos por parte dos camponeses, ocupações de terras, reuniões e encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST, fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado de 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná.

O nome do movimento deriva dos nomes dos movimentos anteriores que lhe deram origem. Os termos Movimento e Sem-Terra já eram conhecidos como identificativos das lutas camponesas, por isso foram mantidas. Para dar o caráter de luta de classe, introduziram o termo trabalhador rural, e, assim, foi aprovado por unanimidade o nome MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA.

Estes movimentos foram articulados pela CPT, que rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados.

Do encontro de Cascavel, resultou o esboço dos primeiros objetivos gerais pelos quais os sem-terra propunham-se a lutar pela reforma agrária, por uma sociedade mais justa, integrar à categoria dos sem-terra os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários e dar acesso à terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver.

Para a ampliação e desenvolvimento do Movimento, foi estabelecido que os sem-terra organizados deslocariam-se para os municípios onde os sem-terra não estão organizados,

espacializando a luta e continuando a articulação regional. Esse trabalho tinha por objetivo a formação do Movimento em todas as regiões, procurando apoio de igrejas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, realizando reuniões com famílias em suas casas e nas comunidades, formando grupos sem-terra, realizando assembléias, escolhendo líderes, estudando as leis e as situações dos sem-terra. Além disso, procurando fortalecer os sindicatos com o objetivo de se comprometerem com a luta pela terra.

Na sua formação, o MST tornou-se mais do que um movimento camponês, pois a luta pela reforma agrária é uma luta da sociedade, todos podem participar, além da família camponesa. O movimento é aberto à participação de todos os simpatizantes e ativistas pela mesma luta.

O desenvolvimento do MST teve sempre como princípios de referência a luta contra o capital na formação de uma sociedade mais justa; luta pela reforma agrária para que a terra esteja sempre a serviço de toda a sociedade; luta pela dignidade humana por meio da justa distribuição da terra e das riquezas produzidas pelo trabalho; luta pela justiça com base nos direitos humanos; luta contra todas as formas de dominação; procurando em todo tempo e lugar a participação igualitária da mulher.

O MST acrescentou em sua formação um componente corporativo no sentido associativo. Conforme Fernandes (2000), a razão disso é a realidade vivida nos assentamentos. Depois da conquista da terra, tem lugar um outro conjunto de lutas para conseguir crédito agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo, entre outras coisas que interessam diretamente a comunidade.

Para os camponeses, não basta conquistar a terra; é preciso desenvolver tecnologias apropriadas para possibilitar o desenvolvimento. Portanto, foram além de reivindicar e passaram a agir, pois não bastava reivindicar uma escola, era preciso fazer uma escola, e nesta

escola ensinar que é preciso aprender sempre. Não é um aprendizado baseado na repetição de fórmulas prontas, mas na prática e na reflexão.

A estrutura organizativa do movimento é construída em instâncias de representação nas quais se tomam as decisões que acontecem nos encontros estaduais e nacionais. A partir de 1990, conforme Fernandes (2000, p.184), as instâncias passaram a ter a seguinte configuração:

- 1 – Congresso Nacional, realizado a cada cinco anos e que tem como objetivo a definição de linhas conjunturais e estratégicas, bem como a confraternização entre os sem-terra e a sociedade;
- 2 – Encontro Nacional, realizado a cada dois anos para avaliar, formular e aprovar linhas políticas e os planos de trabalho dos setores de atividades;
- 3 – Coordenação Nacional, composta por dois membros de cada estado, eleitos no Encontro Nacional, um membro do Sistema Cooperativista dos Assentados de cada Estado e por dois membros dos setores de atividades, que se reúnem de acordo com um planejamento anual. É responsável pelo cumprimento das deliberações do Congresso e Encontro Nacional, bem como pelas decisões tomadas pelos setores de atividades;
- 4 – Direção Nacional é uma representação composta por um número variável de membros indicados pela Coordenação Nacional. As funções e divisão dos trabalhos dos membros da Direção Nacional são ratificadas pela Coordenação Nacional, que devem acompanhar e representar os estados, bem como trabalhar na organicidade do Movimento por meio dos setores de atividades;
- 5 – Encontros Estaduais, realizados anualmente para avaliar as linhas políticas, as atividades e as ações do MST. Programam atividades e elegem os membros das Coordenações Estadual e Nacional;
- 6 – Coordenações Estaduais, compostas por membros eleitos nos Encontros Estaduais. São responsáveis pela execução das linhas políticas do MST, pelos setores de atividades e pelas ações programadas nos Encontros Estaduais;
- 7 – Direções Estaduais, são representações compostas por um número variável de membros indicados pelas coordenações estaduais. Seus membros também são responsáveis pelo acompanhamento e representação das regiões do MST nos estados, bem como pela organicidade e desenvolvimento dos setores de atividades;
- 8 – Coordenações Regionais, compostas por membros eleitos nos encontros dos assentados, contribuem com a organização das atividades referentes às instâncias e aos setores;
- 9 – Coordenação de Assentamentos e Acampamentos, compostas por membros eleitos pelos assentados e acampados, são responsáveis pela organicidade e desenvolvimento das atividades dos setores;
- 10 – Na formação das instâncias de representação e dos setores de atividades, nos assentamentos e nos acampamentos, com maior ou menor vinculação, foram formados grupos de base. Esses grupos são compostos por famílias, por jovens ou por grupos de trabalho

específicos: educação, formação, frente de massas, cooperação agrícola, comunicação, finanças, etc., que compõem a coordenação do assentamento. Assim, nesse processo de construção de forma em movimento, os sem-terra construíram sua estrutura organizativa. Todavia, vale lembrar que esta estrutura está em constante transformação, conforme as necessidades da organização e desenvolvimento do MST. Desse modo, são nos assentamentos, nos acampamentos, nas secretarias, nas escolas, nas marchas, nas ocupações, nas diversas manifestações, nos encontros e congressos, nesses espaços, momentos e territórios de socialização e ressocialização que o MST materializa sua estrutura organizativa: das suas formas de organização das atividades e das instâncias de representação. Em todas elas, o sentido da organização é sempre por meio de comissões e de tomada de decisões coletivas. É importante destacar que não existem funções eletivas individuais, como presidente, tesoureiro, secretário etc.

Durante o processo de construção da forma de organização do Movimento, os sem-terra foram desenvolvendo procedimentos indispensáveis para qualificação da luta. Entre estes procedimentos, pode-se destacar o dimensionamento e a interação das atividades; a formação política; a educação; a produção; a administração; e a comunicação.

2.5.1 A Organicidade do MST

Para os sem-terra, a ocupação é uma forma de luta, é uma ação popular que intenta a transformação da realidade. Para Fernandes (2000), é preciso distinguir o ato de ocupar com o processo de ocupação. O ato de ocupar é um momento desse processo, que se inicia na formação dos grupos de famílias, na realização dos trabalhos de base, e desenvolve-se no acampamento, nas negociações, nos enfrentamentos, nas manifestações, na conquista da terra e nas lutas seguintes.

O conjunto de atividades desenvolvido por um grupo no processo de ocupação e conquista da terra denominou-se de Frente de Massa. Na construção da forma de organização do MST, o termo setor tornou-se uma denominação final num processo de nomeação das atividades em que se utilizou termos como: comissão, núcleo, equipe, coletivo etc. Desse modo, foram nomeando as atividades na construção da forma de organização do Movimento.

O setor de Frente de Massas realiza as primeiras atividades pelas quais entram as famílias que passam a compor o MST. Esse setor faz a inserção dos sem-terra no Movimento. Tornar-se sem-terra é mais que tentar superar a condição de ser sem-terra, é possuir o sentido de pertinência e a identidade com os princípios desse movimento camponês.

As pessoas, ao se vincularem à luta, passam a exercer diferentes atividades na organização do acampamento, na educação, na formação, na comunicação, na frente de massa e no desdobramento da luta e podem atuar como representantes nas coordenações, local, regional, estadual e nacional.

A necessidade de reflexão sobre o processo histórico da resistência camponesa, do desenvolvimento da agricultura e do sistema sóciopolítico e econômico levou o Movimento a criar uma atividade de formação, que foi denominada Setor de Formação.

Na segunda metade da década de 80, em conjunto com o movimento sindical vinculado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram desenvolvidos cursos periódicos de formação política, chamada escolas sindicais. Os cursos duraram até o final da década quando a crise de perspectiva do movimento sindical fez diminuir a participação dos sindicatos, inviabilizando a continuação da atividade.

Para atender à necessidade de formação dos sem-terra que atuam nas mais diversas atividades do Movimento, em março de 1990 começou a funcionar a primeira escola nacional, no município de Caçador, em Santa Catarina. No Centro de Capacitação Contestado, estão

associadas formação e escolarização, onde foram criados cursos supletivos de primeiro e segundo graus, Magistério e Técnico em Administração de Cooperativas.

A necessidade de capacitação dentro da realidade do Movimento fomentou a publicação de cadernos, boletins, livros e textos que subsidiam os estudos nas diversas frentes de atuação, utilizados para formação nos diferentes espaços de socialização política. Na coleção Cadernos de Formação, iniciada em 1984, foram publicados temas referentes aos problemas e desafios enfrentados pelo MST, como por exemplo: a organização do Movimento, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a reforma agrária na Constituinte, a relação Igreja-Movimento, a teoria da organização, o sindicalismo, a participação da mulher, a ocupação e conquista da terra, entre outros.

O Movimento também publica o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo Fernandes (2000), este periódico derivou do Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra, cujo primeiro número foi publicado em maio de 1981, no Rio Grande do Sul. Em julho de 1982, passou a ter circulação regional e, a partir de julho de 1984, começou a ser publicado na forma de jornal e ter circulação nacional.

Na segunda metade da década de 80, o Movimento começou a construir o Setor de Educação. Com a organização deste setor, deram-se os primeiros passos para superar os desafios referentes ao analfabetismo e à baixa-escolaridade. Uma pesquisa realizada entre julho de 1994 e julho de 1995, nos acampamentos e assentamentos vinculados ao MST, demonstrou que o índice de analfabetismo dessa população era de 29%; que entre as crianças apenas 1,6% concluíram o ensino fundamental; e que cerca de 20% das crianças e 70% dos jovens e adultos não tinham acesso à escola. (FERNANDES, 2000).

Com o apoio de diversas instituições, foi iniciado um conjunto de atividades e, em meados dos anos 90, o Setor de Educação conseguiu ampliar o número de cursos de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e acampamentos. Em janeiro de 1995, a

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) inaugurou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) em Veranópolis (RS). Em 1995, o trabalho pedagógico do Movimento recebeu reconhecimento internacional, quando o MST recebeu do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) o prêmio Educação e Participação ITAÚ-UNICEF pelo desenvolvimento do programa 'Por uma escola pública de qualidade nas áreas de assentamento'.

Uma experiência pioneira, criada no Rio Grande do Sul, é a Escola Itinerante, implantada em 1996. Esta escola atende aos alunos de 1ª a 5ª séries do Ensino Fundamental que vivem nos acampamentos. Constantemente, com os despejos e as mudanças dos locais das novas ocupações, as crianças ficam sem aula, e a proposta da Escola Itinerante é evitar que isso aconteça.

O Setor de Saúde passou a existir a partir de 1998. Depois da sistematização de várias experiências dentro dos assentamentos, em alguns deles, como Itapeva (SP), as mulheres produzem plantas medicinais e remédios caseiros.

Outra dimensão não esquecida pela organização do Movimento é a cultural, desenvolvida nos diversos momentos da vida dos sem-terra, nos encontros, nas escolas, no trabalho, nos acampamentos, nas cooperativas, nos cursos e nas festas. As poesias e as canções, os atos e as ações, a bandeira e as palavras de ordem, as manifestações ocorridas na espacialização do MST registram a construção de uma manifestação e de resistência, de modo que os sem-terra tornaram-se uma referência de organização para outros setores da sociedade.

A organização do trabalho e da produção nos assentamentos foi outra necessidade iminente no processo de formação do MST. De 1980 a 1985, as experiências relativas ao trabalho e à produção nos assentamentos baseavam-se no trabalho familiar individual e na formação de grupos coletivos.

No período 1986 a 1992, intensificaram-se os debates a respeito da cooperação agrícola e demarcaram os principais fundamentos dessa atividade: não separar nas lutas pela terra e pela reforma agrária a dimensão econômica da dimensão política. Procuraram organizar simultaneamente a cooperação agrícola e as ocupações, investir sempre na formação dos sem-terra para a qualificação profissional necessária ao trabalho em vista das transformações da estrutura produtiva.

A partir de 1986, formou-se a Comissão Nacional dos Assentados que através de várias reuniões no então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, conseguiu elaborar o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), que se tornou a principal linha de crédito dos assentados. Com o desenvolvimento, essa Comissão transforma-se em Setor e, de 1987 a 1989, investiu na criação de diferentes associações de produtores, formadas por famílias, individualmente, ou por grupos coletivos. Além da organização da produção, tratavam das melhorias sociais da comunidade, como escolas, espaços públicos, estradas, postos de saúde, etc. Em outubro de 1988, no município de Palmeira das Missões (RS), o MST realizou o Primeiro Laboratório Nacional Experimental para formação de organizadores de empresas.

Os laboratórios são uma metodologia de capacitação massiva e têm por objetivo a transmissão de conhecimentos para a construção de uma consciência organizativa, visando à melhoria das condições de vida por meio da criação da organização empresarial. Durante trinta ou quarenta dias, as famílias interessadas em formar uma cooperativa estudavam as formas de organização do trabalho que iriam utilizar na implantação da empresa.

A maior parte das experiências do laboratório não se consolidou e os sem-terra abandonaram a experiência.

Não obstante, os fracassos também foram lições aprendidas que os fizeram superar práticas malsucedidas e retirar delas diferentes idéias, compreendendo ainda mais as extensões dos desafios para desenvolver a agricultura camponesa.

Em 1989, existiam 730 assentamentos. Nos assentamentos onde viviam 110.913 famílias, em 5.540.290 ha, existiam problemas de toda ordem, como falta de infra-estrutura social básica, baixo índice de mecanização, dificuldade de armazenamento, transporte e comercialização da produção, baixa produtividade, entre outros. Não existia uma política agrícola voltada para a agricultura camponesa, de modo que as iniciativas dos sem-terra eram os únicos trabalhos voltados para transformar essa realidade. (FERNANDES, 2000).

Desde o segundo semestre de 1988, os sem-terra trabalhavam na formação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Esse sistema formalizaria a organização econômica dos assentamentos em cooperativas e se firmou em maio de 1992 com a criação da CONCRAB. Durante a década de 1990, o SCA foi dimensionado pelo conjunto de experiências construídas pelos assentados e se consolidou, ampliando a forma de organização do Movimento.

No MST, a luta pela terra é uma ação da qual participa, predominantemente, a família, desde os trabalhos de base. O núcleo gerador da organização é composto pelos grupos de famílias. Neste contexto, a participação efetiva da mulher acontece desde a gênese do Movimento. A partir do Primeiro Congresso, as mulheres compuseram a organização e iniciaram os trabalhos para formação da Comissão Nacional das Mulheres do MST.

Em março de 1986, conquistaram o direito de receberem lotes na implantação dos assentamentos, sem a condição de serem dependentes de pais ou irmãos. Nos Estados, as mulheres sem-terra organizaram encontros para reflexão e avaliação das formas de participação na luta. Desse modo, as mulheres contribuíram na formação de todos os setores do Movimento e às instâncias políticas.

Outros setores que compõem a estrutura organizativa do Movimento são os setores de Finanças, Projetos, Comunicação, Relações Internacionais e as secretarias estadual e nacional. O Setor de Finanças tem caráter administrativo enquanto o Setor de Projetos oferece apoio e subsídios às secretarias estaduais e aos assentamentos na elaboração de projetos institucionais para o desenvolvimento das atividades socioeconômicas das comunidades e do movimento. O Setor de Comunicação também interage nas outras atividades como formação e educação, tendo como responsabilidade principal a edição do ‘Jornal dos Trabalhadores Sem Terra’. O Setor de Relações Internacionais é responsável pelo contato com diversas organizações de diversos países que apóiam a luta do MST. Nas secretarias são desenvolvidas as atividades administrativas e políticas. A Secretaria Nacional é responsável pelos encaminhamentos e execução das atividades definidas pela Coordenação e ou pela Diretoria Nacional e tem como função a articulação entre as secretarias estaduais que, por sua vez, articulam as atividades desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos.

Na década de 90, a estrutura do MST foi ampliada com a constituição do setor de Direitos Humanos e a criação do Coletivo de Cultura e da Articulação dos Pesquisadores. O Setor de Direitos Humanos é formado por advogados e atua na defesa dos direitos dos trabalhadores. O Coletivo de Cultura tem trabalhado na valorização da produção artística e cultural dos sem-terra. A Articulação dos Pesquisadores vem elaborando propostas de linhas de pesquisa e projetos voltados para as questões das lutas pela reforma agrária, do cooperativismo, da educação, da saúde, da cultura, entre outros.

2.5.2 O Desafio do MST

Nessa trajetória de mais de vinte anos de lutas, o MST deixou de ser apenas um movimento social e tornou-se uma organização social presente em vinte e três unidades da federação. Essa organização é composta por acampamentos, assentamentos, escolas, cooperativas, secretarias, unidades agroindustriais; e possui veículos, máquinas e implementos, envolvendo trabalhadores de várias categorias, abrangendo as diversas dimensões da vida dos sem-terra.

Desde o início da sua história, o MST tem enfrentado grandes desafios, que são as questões com as quais os sem-terra convivem em seu cotidiano e procuram superá-los. Dois enormes desafios foram a manutenção da sua forma de luta e resistência, impedindo a divisão em um movimento de luta pela terra e outro de assentados, e a implantação do modelo cooperativista que propõe para os assentamentos. A persistência pela autonomia foi outro desafio, pois os sem-terra receberam muitas críticas por entenderem que são os responsáveis pela direção política do Movimento.

A luta incessante pela autonomia política muito contribuiu para a espacialização e a territorialização do MST pelo Brasil. O Movimento não é o resultado de uma proposta política de um partido, não é fruto da proposta da igreja, nem um movimento sindical, embora tenha recebido sempre o apoio dessas forças políticas. O MST é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção. O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado desde a década de 60 gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão de milhões de pessoas, e, nesse processo de exclusão, os trabalhadores intensificaram a luta pela terra. A elaboração e não-realização de políticas de reforma agrária como o Estatuto da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária são partes

desse conjunto de fatores condicionantes. O Movimento é fruto dessa realidade e não das instituições. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato. A ocupação é, portanto, a materialização da luta de classes. (FERNANDES, 2000).

A estratégia de ocupação foi se alastrando por todo país. No ano de 1987, foram 67 ocupações, já em 1994 foram 118. A distribuição regional destas ocupações de terra revela que as regiões Centro-Sudeste e Nordeste têm sido o palco de mais de 70% das mesmas. Acompanhando o aumento no número de ocupações no período, ocorreu um aumento no número de famílias: em 1987, foram 11.772 famílias; e, em 1994, 20.402. (OLIVEIRA, 2001).

A ocupação de terra tem se tornado uma importante forma de acesso a terra, um processo importante de recriação do campesinato e que não pode ser ignorado pela não-realização da reforma agrária. Simplesmente criminalizar as ocupações é condenar famílias sem-terra que lutam pela recriação de suas existências como trabalhadoras.

A luta pela terra impulsiona a política de assentamentos rurais do governo federal. Aproximadamente 77% dos assentamentos implantados na região Sul e Sudeste, nos Estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, Ceará, Alagoas, Sergipe e Pernambuco, no período de 1986/1997, foram originados de ocupações. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, os índices de famílias ocupantes representam 84% das famílias assentadas. Sem a perspectiva da realização de uma política de reforma agrária, a luta pela terra continuará se desenvolvendo por meio das ações das famílias sem-terra.

No Brasil, a conquista dessas áreas, embora pequena, se comparada com a imensidão territorial do país e, particularmente, dos latifúndios, representa uma grande esperança para aqueles que ainda não têm terra continuarem a lutar por ela.

A transformação da sociedade é uma necessidade imperativa do momento e ela passa, necessariamente, pela realização de uma ampla e massiva reforma agrária como forma de retirar da miséria e da fome milhões de brasileiros. Enquanto essa reforma agrária não se faz totalmente, os trabalhadores rurais vão gestando e re-inventando formas de luta e de produção no campo. (OLIVEIRA, 2001).

Com resultados diferenciados, em termos de êxito, há que se ressaltar a obtenção pelo movimento de luta pela terra, da criação de assentamentos rurais que, a partir do início dos anos 80, passaram a redesenhar o espaço rural, tanto pelo povoamento de áreas pouco habitadas quanto pela incorporação à produção de terras com atividades agrícolas extensivas ou totalmente improdutivas e pelo impacto que têm sobre as localidades onde se implantam. Além disso, a luta pela terra e pela reforma agrária, tal como encaminhada pelo Movimento dos Sem Terra, passa a dar visibilidade e legitimidade social e política à contestação do modelo agrário/agrícola brasileiro e às vicissitudes do seu processo de modernização ao mesmo tempo em que coloca em evidência uma nova simbologia da volta à terra e da vivência da ruralidade. (FERREIRA E BRANDENBURG, 1998).

2.5.3 Cooperativismo no MST

Visando a sustentabilidade de seus assentamentos, o MST criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), cuja finalidade é estimular e massificar a Cooperação Agrícola dentro dos assentamentos, nas suas várias formas, integrando neste processo os assentados individuais.

O SCA é responsável pela organização de base dos assentados, produção, tecnologia, transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização, pela mobilização social dos assentados frente à política agrícola do governo, pela política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos.

O cooperativismo proposto neste sistema prioriza o desenvolvimento do associado e a cooperação entre os associados e entre as cooperativas, respeitando as várias formas de cooperação existentes entre os associados.

Este sistema surgiu aos poucos dentro do movimento, à medida que os assentamentos espalhados pelo Brasil foram amadurecendo e mostrando suas potencialidades e dificuldades.

A partir de julho de 1990, com a realização de um seminário sobre experiências de cooperação agrícola, constatou-se que haveria grande dificuldade de sobrevivência dentro do sistema capitalista. Tomaram-se as primeiras definições sobre as CPAs, e foram escolhidos seis Estados prioritários (RS, SC, PR, ES, BA, CE) para a constituição do SCA. Em 1992, é constituída a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda (CONCRAB) em Curitiba (PR).

Para Cerioli e Martins (1998), o SCA soma-se à luta dos pequenos agricultores que buscam, através da discussão e de ensaios práticos, a construção de um novo cooperativismo no Brasil, que se caracteriza por ser alternativo, diferente e de oposição. Alternativo ao modelo cooperativista tradicional do sistema capitalista, demonstrando para a sociedade que é possível organizar a economia sobre outras bases e valores. Isto implica na apropriação dos instrumentos de gestão pelos trabalhadores e da necessidade de ir construindo um mercado popular solidário articulado entre o campo e a cidade, com produtos vinculados às necessidades do povo. Diferente, porque faz opção pela direção coletiva, e a distribuição de sobras é proporcional à participação de cada sócio nas atividades da cooperativa. De oposição,

frente à política neoliberal, pois é inconciliável o resgate da dignidade dos sem-terra e do povo trabalhador dentro da sociedade capitalista, porque esta sobrevive da exclusão do povo trabalhador para concentrar o capital nas mãos de alguns. O cooperativismo proposto pelo MST visa conscientizar a sua base para construir uma sociedade mais justa, demonstrando a possibilidade de novas relações sociais, baseadas no companheirismo e na solidariedade. No quadro a seguir, constam algumas diferenças que podem ser consideradas, entre o cooperativismo alternativo e o cooperativismo tradicional, na visão do MST.

Quadro 01 - Diferenças entre cooperativismo tradicional e o cooperativismo no MST

	Cooperativismo alternativo	Cooperativismo tradicional
Caráter da sociedade	Político. Visa a transformação da empresa econômica para buscar melhores condições de vida para os associados.	Empresa econômica.
Finalidade	Produção. Organização da produção, desde a roça até a industrialização.	Comércio
Organização do trabalho	Produção familiar cooperativada	Produção familiar individual
Base da cooperativa	Trabalha com todos os associados e não associados	Trabalha com os interessados associados
Valorização do associado	Visa ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Por isso busca formas de inclusão	Seleciona os associados pelo retorno que estes oferecem. É excludente.
Classe dos associados	Uniclassista. Só os pequenos podem participar.	Pluriclassista. Grandes e pequenos na cooperativa. Na prática, beneficia os grandes.
Distribuição de sobras	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno direto) ou em serviços por eles decididos (retorno indireto).	Normalmente não distribui. É reinvestido na cooperativa.
Direção	Coletiva com responsabilidade pessoal	Presidencial
Poder dos associados para defender seus interesses	Através dos núcleos	Através da escolha da direção
Organização cooperativista	Construir um espaço alternativo.	Filiação a OCB e as OCEs
Método	Dar condições para o associado descobrir, perceber.	Apresentar proposta pronta ou induzir para que os associados assumam os planos da direção
Núcleos	Ferramenta para construir a organicidade. Funciona de baixo para cima.	Instrumento da direção. Procuram cooptar o líder para ele passar os interesses da direção. Funciona de

		cima para baixo.
Acesso à informação	Alto	Baixo
Participação dos associados	Alta	Baixa
Planejamento	De baixo para cima	De cima para baixo
Formação	Político-ideológica e técnica	Técnica
Associado	A Muller, o homem, o casal e os filhos maiores que trabalham na cooperativa.	Um por família, normalmente o homem.
Desenvolvimento	Conforme um projeto de desenvolvimento regional.	Conforme os planos da direção
Participação na luta	Política (solidariedade) e econômica	Econômica
Projetos ou planos	Os associados participam da elaboração.	Através de pacotes. Já vêm prontos e são apresentados para serem aprovados.
Rotação de dirigentes	Deve investir na formação de novos dirigentes	Baixa
Preocupação com a viabilidade	Do conjunto dos associados	Da cooperativa, cada vez mais se torna uma empresa de capital.

Fonte: caderno de cooperação agrícola n° 5. CONCRAB, pag. 57 e 58.

Dentro dos assentamentos, podem coexistir as mais variadas formas de cooperação, das mais simples, como os mutirões, até a mais complexas, como as CPAs. O objetivo, porém, é sempre chegar às formas mais complexas, por serem consideradas as ideais dentro da lógica do Movimento. Dentre as formas encontradas atualmente, relacionam-se as seguintes:

1. Mutirão, puxirão ou troca de serviço: é a forma mais simples de cooperação. Acontece ocasionalmente entre os assentados individuais, especialmente entre vizinhos e parentes, para fazer: capinas, plantio ou colheitas.
2. Núcleos de produção: são assentados que se unem por proximidade, parentesco ou linha de produção (de leite, por exemplo), com a finalidade de organizar a produção.
3. Associações: podem ser de vários tipos, para aquisição de animais, máquinas e implementos agrícolas, construção de benfeitorias e até mesmo para representação política.

4. Grupos semi-coletivos: quando as pessoas que produzem em lotes individuais se unem para produção de alguma lavoura específica para comercialização.

5. Grupos coletivos: quando a produção é toda coletiva. É considerada uma experiência importante como exercício prático para avançar na direção da formação de uma Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA).

6. Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) de um assentamento: visa planejar e organizar as principais linhas de produção de todos os assentados que produzem no lote familiar, no semi-coletivo ou nos grupos coletivos. A CPS faz a comercialização para as famílias assentadas, presta serviço de assistência técnica, fornece insumos agrícolas e produz algum produto (ração, por exemplo). Cooperativas de prestação de serviços regionais (CPSR) é uma CPS com maior área de abrangência (vários assentamentos lindeiros ou próximos). Normalmente, atua na área da comercialização da produção e de insumos agrícolas no beneficiamento, na assistência técnica e, algumas, na organização da produção, bem como realizam planejamentos nos contextos dos desenvolvimentos municipais e microrregionais.

7. Cooperativas de Crédito: são experiências recentes, iniciadas em 1996, e operam com a modalidade de crédito proveniente de linhas oficiais, como o PROCERA, e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tem por finalidade fazer circular o capital financeiro dos assentados entre si, facilitando, assim, o acesso ao crédito.

8. Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPS): estas podem ser resultado do desenvolvimento das CPS quando implantam unidades agroindustriais, como despoldadeiras, fecularias, farinheiras, máquinas de arroz, ervateiras, microusina de pasteurização de leite, frigorífico, etc. São cooperativas mistas regionais com a finalidade de planejar, organizar, transformar e comercializar uma ou mais linhas de produção de forma coletiva. Além de planejar, organizar e comercializar várias linhas de produção desenvolvidas

nos lotes familiares dos associados. Os cooperados são as famílias assentadas e os pequenos produtores do município ou região. Os diversos grupos coletivos, inclusive as CPAs, podem ser sócios das CPSR e das CPPS. (FERNANDES, 2000).

9. Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA): esta cooperativa é coletiva, já que a terra está nas mãos da cooperativa. Ela é de propriedade social (os trabalhadores são os donos) e de produção social (os donos trabalham e repartem as sobras entre si conforme o trabalho aportado de cada um).

As CPAs foram implantadas como experiência de Cooperação no MST a partir de 1989, e despontam como uma forma superior de organização da produção. Na verdade, uma CPA não se diferencia muito de um grupo coletivo ou de uma associação coletiva, na sua essência e muito menos na sua constituição. O que difere é a personalidade jurídica porque, ao ser registrada como uma empresa cooperativista, será regida pela legislação cooperativista brasileira.

Uma CPA é complexa porque se constitui como empresa de produção coletiva, gestão coletiva e trabalho coletivo. Há também complicações burocráticas com a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária.

A constituição de uma CPA pressupõe que:

- a) a terra deve estar sob o controle do coletivo;
- b) deve liberar quadros para a militância;
- c) deve estar em uma área estratégica; e
- d) deve ter plano estratégico de desenvolvimento.

Outros aspectos que caracterizam uma CPA:

a) Propriedade da terra. Esta permanece sob o controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência mínima de cada associado. Em quase todas as CPAs, o título de propriedade ou concessão de uso da terra permanece em nome do indivíduo, que passa para o controle da cooperativa através de contrato de comodato ou de arrendamento simbólico. Mas pode haver título em nome da CPAs. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, já existem cooperativas com título de propriedade em nome da CPA, concedido pelo Estado através do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA.

b) O capital. Todos os investimentos de capital acumulado estão sob o controle e em nome da CPA. Como a cooperativa tem capital social, este é subdividido em quotas-partes que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado que se tornam investimentos considerados pela legislação como fundos indivisíveis. Neste caso, tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em caso de dissolução.

c) O trabalho. A CPA organiza o trabalho em setores, a partir da divisão do trabalho, na lógica de postos de trabalho, que são determinados pela atividade econômica desenvolvida e pela capacitação técnica dos associados-trabalhadores. O trabalho é controlado por produtividade física, na lógica do desempenho, e faz-se a emulação dos trabalhadores pela sua eficiência política e econômica.

d) O planejamento da produção. Na CPA, os planos de produção de curto, médio e longo prazo são centralizados no coletivo. A partir de uma ampla discussão, baseada em estudos técnicos, define-se as linhas de produção e a ordem de prioridades para serem implantadas.

e) A moradia. Uma CPA, normalmente, organiza-se em agrovilas. O esquema de moradia se diferencia apenas no tamanho do lote para a construção das casas.

f) Os aspectos legais. As cooperativas têm que ser obrigatoriamente legalizadas, inclusive com registro na Junta Comercial (e não no cartório como as associações). Existem leis específicas que regulamentam as atividades das cooperativas. Por serem empresas com fim claramente econômico, as cooperativas são fiscalizadas com maior rigor pelo governo, exigindo um nível mais elevado de controles internos do que a associação ou os grupos formais.

2.5.4 O Sistema Cooperativista dos Assentados e suas Limitações

Apesar de identificar a cooperação como meio eficaz de sustentabilidade dos assentamentos e de entender as CPAs como uma forma superior de cooperação, o MST, como gestor destas iniciativas, percebe que o desenvolvimento da cooperação nos assentamentos depende de alguns fatores, além da vontade e da necessidade dos envolvidos no processo. Podem-se classificar esses fatores em condições objetivas e subjetivas e, para entender o processo de desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos, é necessário levar em conta a realidade em que se apresentam estas condições.

Entre as condições objetivas, estão os fatores de produção, a terra, os meios de produção, o mercado e as potencialidades de cada região. No entanto, no caso dos assentamentos, há ainda outros elementos que podem influenciar o sucesso da cooperação.

A estrutura de propriedade da terra adotada pelo INCRA é voltada para a propriedade familiar. Não existe um planejamento da estrutura de propriedade nos assentamentos que favoreça a implementação de formas de cooperação agrícola.

O papel do Estado, cada vez mais distante, pode influir decisivamente por fazer ou não fazer a implementação de políticas agrícolas, políticas de desenvolvimento regional e outras políticas que viabilizem novas formas de produção agrícola e agro-industrial nos assentamentos. Além destes, o desenvolvimento da agricultura está cada vez mais dependente e integrado ao desenvolvimento da indústria e ao potencial de mercado. A indústria, por sua vez, está voltada para o modelo empresarial monocultor de agricultura, dificultando a existência de tecnologias, máquinas e insumos industriais adaptados aos modelos cooperativos.

A luta por recursos para investir em tecnologia apropriada é tão importante quanto a luta pela terra.

Entre os fatores considerados como subjetivos estão aqueles relacionados às características dos assentados, inerentes da pessoa humana; à voluntariedade destes em participar ativamente das formas de cooperação; ao nível de conscientização que apresentam e determinam a capacidade de organização; e ao grau de qualificação da mão-de-obra.

De acordo com Benecke (1980), muitas pessoas, apesar de viverem em condições precárias, não conseguem avaliar as oportunidades e riscos da cooperação ou não querem fazê-lo, porque aceitam sua atual situação como obra da Providência Divina. Esta atitude é freqüente em países onde a população ainda vive sob influência da religião orientada para o além, sem vinculação com os benefícios deste mundo. A importância da voluntariedade reside no fato de que através dela assegura-se ao associado o direito de impor seus interesses. Isso implica no livre ingresso do associado na cooperativa, podendo decidir sobre a forma e a intensidade da cooperação e ainda ter assegurada sua saída sem restrições caso assim o queira. De acordo com o mesmo autor, os indivíduos cooperarão com mais intensidade quando acreditarem em receber benefícios além do que receberiam com sua atividade individual. Os benefícios podem ser sentidos em aspectos como: ampliação do campo de

influência do indivíduo; racionalização do tempo, antes utilizado em inúmeras atividades para um leque menor e mais especializado; aumento da renda pessoal; e ascensão social.

É importante também o alto grau de clareza em relação aos objetivos que se quer alcançar a curto, médio e longo prazo, e a ação cooperativa não deve ser uma união apenas para melhorar a produção. Há que se criar motivação interior, ideológica, entre os assentados para a escolha da cooperação de forma consciente.

A influência da cooperativa sobre os associados deve ir além do aspecto econômico. De acordo com Benecke (1980), espera-se que haja um incremento no nível cultural e uma mudança de atitude política, fortalecendo a democracia e a solidariedade para que se produza uma mudança na estrutura da sociedade.

A motivação dos assentados deve levar em consideração as origens, a tradição e a cultura dos assentados. Somente assim podem ser criadas formas de cooperação que atinjam a todos.

Agricultores com poucos recursos têm a tendência de aceitar melhor o trabalho cooperativado do que agricultores com uma condição financeira satisfatória. Para os primeiros geralmente a cooperação significa expansão; para os segundos, restrição do seu raio de ação.

A capacidade de organização interna, a existência de quadros técnicos, o nível de qualificação dos associados são determinantes no sucesso das formas de cooperação, e o acompanhamento técnico e administrativo precisa ser constante. De acordo com Benecke (1980), o nível de preparo dos associados está diretamente relacionado ao êxito da cooperativa em longo prazo. Se os associados não sabem como funciona a cooperativa e se não compreendem as inovações que são produzidas pela cooperação, utilizarão o serviço de sua cooperativa apenas esporadicamente. No entanto, para conseguir êxito em longo prazo, é indispensável que a cooperação se efetue de forma consciente e contínua.

O repasse de informações aos associados deve ser constante. Paralelamente às informações a respeito da ideologia na qual se baseia a cooperativa, devem conhecer a situação financeira da cooperativa, os balanços contábeis e as possibilidades de mercado, caso contrário o direito a voz nas decisões, perderá relevância prática.

A respeito da ideologia, Benecke (1980) comenta que, nos países desenvolvidos, a doutrina cooperativista não passa de reminiscência histórica. Porém, para os países em desenvolvimento, constitui ainda importante fator de manutenção da cooperação. Une os explorados contra os exploradores, trabalhadores contra latifundiários, consumidores contra comerciantes, criando um sistema que integra associados e também cooperativas do mesmo tipo. O autor argumenta, porém, que a ideologia não pode se transformar em uma redoma, que protege o grupo contra o meio hostil, pois, dessa forma, o grupo protege-se, mas não luta por mudanças no meio ambiente.

De acordo com Pinho (1982), o *homo cooperativus*, tal como o idealizam os doutrinadores, é apenas uma abstração desvinculada da realidade sócio-econômica. Para a autora o que dificulta a experiência de cooperação pode ser a pluralidade de papéis atribuídos ao cooperado, o que dificulta o seu ajustamento. Espera-se dele diferentes comportamentos como: associado, proprietário, empresário, administrador, gerente, fiscal, usuário, etc, ou seja, deve ser polivalente.

Outros desafios são as questões da industrialização e da inserção ao mercado. Nesse processo, o SCA tem implantado diversas unidades agroindustriais em cooperativas.

Desde o final da década de 80 e início dos anos 90, foram implantadas as centrais de cooperativas nos estados e dezenas de cooperativas em todas as regiões brasileiras, onde atualmente estão estabelecidas 78 cooperativas. A maior parte, 77%, está concentrada na região Sul, o mesmo acontecendo com os grupos coletivos. Também na região Sul, há quatro cooperativas de pequenos agricultores filiadas à CONCRAB. Esse processo é resultado do

avanço da luta e do desenvolvimento das cooperativas regionais que, muitas vezes, são a única opção de organização econômica para esses camponeses. Esse é um exemplo dos impactos socioeconômicos dos assentamentos nos municípios e nas microrregiões.

Em setembro de 1999, a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul Ltda – COCEARGS – expôs os produtos das cooperativas dos assentados na EXPOINTER, principal feira de agropecuária do país, realizada anualmente em Esteio (RS). Para superar os grandes obstáculos que enfrenta com a viabilidade da produção nos assentamentos e com o modelo de cooperativismo que está implantando, a postura do SCA é buscar brechas possíveis, propondo a comercialização nos mercados locais e regionais, bem como procurando criar alternativas, como por exemplo: a criação de mercados solidários.

As experiências desenvolvidas têm contribuído, em geral, para o desenvolvimento econômico dos assentados e com as lutas pela terra e pela reforma agrária.

Os assentamentos mais bem organizados colaboram com as ocupações, liberam e financiam os trabalhos de militantes na territorialização da luta em outros estados e regiões, assim como para desenvolver a organicidade do MST por meio dos setores de atividades.

2.5.5 O MST e o Compromisso com a Terra

A sustentabilidade vai além da preservação dos recursos naturais. Faz-se necessário também o resgate dos remanescentes da cultura e formas de vida de indígenas e quilombolas, e os saberes acumulados por esses povos no trato com a natureza não pode ser ignorado.

O conceito de sustentabilidade tem suas raízes fincadas na ecologia e está associado à capacidade de recomposição e regeneração dos ecossistemas. (LAYRARGUES, 1998). A exigência de inserção desse conceito em outros aspectos das relações sociais e do ser humano com a natureza fez com que alguns teóricos passassem a considerar distintas dimensões desse tema. Entre essas diferentes dimensões, destacam-se:

1. **Sustentabilidade ecológica** – refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques de capital natural, incorporados às atividades produtivas.
2. **Sustentabilidade ambiental** – refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.
3. **Sustentabilidade social** – refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de exclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.
4. **Sustentabilidade política** – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.
5. **Sustentabilidade econômica** – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macrossociais.
6. **Sustentabilidade cultural** – relacionada com a preservação de culturas e valores. (TRIGUEIRO [et. all.], 2003).

A sustentabilidade, para Capra (1996), é a consequência de um complexo padrão de organização que apresenta cinco características básicas: interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade. Sugere que, se estas características, encontradas em ecossistemas, forem ‘aplicadas’ às sociedades humanas, essas sociedades também poderão alcançar a sustentabilidade. Segundo a visão do autor, sustentável não se refere apenas ao tipo de interação humana com o mundo que preserva ou conserva o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, ou que visa unicamente a manutenção prolongada de entes ou processos econômicos, sociais, culturais, políticos, institucionais ou

físico-territoriais, mas uma função complexa, que combina, de uma maneira particular, cinco variáveis de estado relacionadas às características acima.

A teoria dos sistemas vivos fornece um arcabouço conceitual para o elo entre comunidades ecológicas e comunidades humanas. Ambas são sistemas vivos que exibem os mesmos princípios básicos de organização. Trata-se de redes que são organizacionalmente fechadas, mas abertas aos fluxos de energia e de recursos; suas estruturas são determinadas por suas histórias de mudanças estruturais; são inteligentes devido às dimensões cognitivas inerentes aos processos da vida.

Naturalmente, há muitas diferenças entre ecossistemas e comunidades humanas. Nos ecossistemas, não existe autopercepção nem linguagem, consciência e cultura. Portanto, neles não há justiça nem democracia; mas também não há cobiça nem desonestidade. Não podemos aprender algo sobre valores e fraquezas humanas a partir de ecossistemas, mas o que podemos aprender e devemos aprender com eles é como viver de maneira sustentável. Durante mais de três bilhões de anos de evolução, os ecossistemas do planeta têm se organizado de maneiras sutis e complexas a fim de maximizar a sustentabilidade. Essa sabedoria da natureza é a essência da eco-alfabetização.

Capra (2003), baseando no entendimento dos ecossistemas, propõe um conjunto de princípios de organização – interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade, diversidade e sustentabilidade – que podem ser identificados como os princípios básicos da ecologia e utilizá-los como diretrizes para construir comunidades humanas sustentáveis.

Todos os membros de uma comunidade ecológica estão interligados numa vasta e intrincada rede de relações, a teia da vida. Eles derivam suas propriedades essenciais e, na verdade, sua própria existência, de suas relações com outras coisas. A interdependência – a dependência mútua de todos os processos vitais dos organismos – é a natureza de todas as relações ecológicas. O comportamento de cada membro vivo do ecossistema depende do

comportamento de muitos outros. O sucesso da comunidade toda depende do sucesso de cada um de seus membros enquanto o sucesso de cada membro depende do sucesso da comunidade como um todo.

Entender a interdependência ecológica significa entender relações. Isso determina as mudanças de percepção que são características do pensamento sistêmico - das partes para o todo, de objetos para relações, de conteúdo para padrão. Uma comunidade humana sustentável está ciente das múltiplas relações entre seus membros. Nutrir a comunidade significa nutrir essas relações.

A natureza cíclica dos processos ecológicos é um importante princípio da ecologia. Os laços de realimentação dos ecossistemas são as vias, ao longo das quais os nutrientes são continuamente reciclados. Sendo sistemas abertos, todos os organismos de um ecossistema produzem resíduos, mas o que é resíduo para uma espécie é alimento para outra, de modo que o ecossistema permanece livre de resíduos. As comunidades de organismos têm evoluído dessa maneira ao longo de bilhões de anos, usando e reciclando continuamente as mesmas moléculas de minerais, de água e de ar.

Aqui, a lição para as comunidades humanas é óbvia. Um dos principais desacordos entre a economia e a ecologia deriva do fato de que a natureza é cíclica, enquanto nossos sistemas industriais são lineares. As atividades comerciais humanas extraem recursos, transformam-nos em produtos e em resíduos, os produtos são consumidos, descartando ainda mais resíduos. Os padrões sustentáveis de produção e de consumo precisam ser cíclicos, imitando os processos cíclicos da natureza, o que requer o replanejamento das atividades comerciais e da economia.

A energia solar, em suas muitas formas – a luz do sol para o aquecimento solar e para a obtenção de eletricidade fotovoltaica, o vento e a energia hidráulica, a biomassa, e assim por diante – é o único tipo de energia que é renovável, economicamente eficiente e

ambientalmente benigna. Negligenciando esse fato ecológico, os líderes políticos e empresariais, repetidas vezes, ameaçam a saúde e o bem-estar de milhões de pessoas em todo o mundo.

A parceria é uma característica essencial das comunidades sustentáveis. Num ecossistema, os intercâmbios cíclicos de energia e de recursos são sustentados por uma cooperação generalizada. Na verdade, desde a criação das primeiras células nucleadas há mais de dois bilhões de anos, a vida na Terra tem prosseguido por intermédio de arranjos cada vez mais intrincados de cooperação e de coevolução. A parceria – a tendência para formar associações, para estabelecer ligações, para viver dentro de outro organismo e para cooperar – é um dos ‘certificados de qualidade’ da vida.

Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, é possível utilizar o termo ‘coevolução’ de maneira metafórica nas comunidades humanas. À medida que uma parceria se processa, cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos outros. Numa parceria verdadeira, confiante, ambos os parceiros aprendem a mudar – eles coevoluem. Aqui, mais uma vez, nota-se a tensão básica entre o desafio da sustentabilidade ecológica e a maneira pela qual as sociedades atuais são estruturadas, a tensão entre economia e a ecologia. A economia enfatiza a competição, a expansão e a dominação; ecologia enfatiza a cooperação, a conservação e a parceria.

A flexibilidade de um ecossistema é uma consequência de seus múltiplos laços de realimentação, que tendem a levar o sistema de volta ao equilíbrio sempre que houver um desvio com relação à norma devido a condições ambientais mutáveis. Perturbações acontecem durante todo o tempo; no meio ambiente a mudança é permanente e, desse modo, o efeito resultante é a transformação contínua. Todas as variáveis possíveis de se observar num

ecossistema – densidade populacional, disponibilidade de nutrientes, padrões meteorológicos, e assim por diante – sempre flutuam. Os ecossistemas dessa maneira se mantêm num estado flexível, pronto para se adaptar a condições mutáveis. A teia da vida é uma rede flexível e sempre flutuante. Quanto mais variáveis forem mantidas flutuando, mais dinâmico será o sistema, maior será a sua flexibilidade e maior será sua capacidade para se adaptar a condições mutáveis.

Todas as flutuações ecológicas ocorrem entre limites de tolerância. Há sempre o perigo de que todo o sistema entre em colapso quando uma flutuação ultrapassar esses limites e o sistema não consiga mais compensá-la. O mesmo é verdadeiro para as comunidades humanas. A falta de flexibilidade se manifesta como tensão. Em particular, haverá tensão quando uma ou mais variáveis do sistema forem empurradas até seus valores extremos, o que induzirá uma rigidez intensificada em todo o sistema. A tensão temporária é um aspecto essencial da vida, mas a tensão prolongada é nociva e destrutiva para o sistema. Essas considerações levam à importante compreensão de que administrar um sistema social – uma empresa, uma cidade ou uma economia – significa encontrar os valores ideais para as variáveis do sistema. A insistência em maximizar qualquer variável isolada em vez de otimizá-la pode significar a destruição de todo o sistema.

O princípio da flexibilidade também sugere uma estratégia correspondente para a resolução de conflitos. Em toda comunidade haverá, invariavelmente, contradições e conflitos que não podem ser resolvidos em favor de um ou do outro lado. A comunidade precisará, por exemplo, de estabilidade e de mudança, de ordem e de liberdade, de tradição e de inovação. Esses conflitos inevitáveis são muito mais bem-resolvidos estabelecendo-se um equilíbrio dinâmico em vez de sê-lo por meio de decisões rígidas. A alfabetização ecológica inclui o conhecimento de que ambos os lados de um conflito podem ser importantes, dependendo do

contexto, e que as contradições, no âmbito de uma comunidade, são sinais de sua diversidade e de sua vitalidade e, desse modo, contribuem para a viabilidade do sistema.

Nos ecossistemas, o papel da diversidade está estreitamente ligado à estrutura em rede do sistema. Um ecossistema diversificado será flexível porque contém muitas espécies com funções ecológicas sobrepostas que podem, parcialmente, substituir umas às outras. Quando uma determinada espécie é destruída por uma perturbação séria, de modo que um elo da rede seja quebrado, uma comunidade diversificada será capaz de sobreviver e de se reorganizar, pois outros elos da rede podem, pelo menos parcialmente, preencher a função da espécie destruída. Em outras palavras, quanto mais complexa for a rede, quanto mais complexo for o seu padrão de interconexões, mais elástica ela será.

Nas comunidades humanas, a diversidade étnica e cultural pode desempenhar o mesmo papel. Diversidade significa muitas relações diferentes, muitas abordagens diferentes do mesmo problema. Uma comunidade diversificada é uma comunidade elástica, capaz de se adaptar a situações mutáveis.

A diversidade somente será uma vantagem estratégica se houver uma comunidade realmente vibrante, sustentada por uma teia de relações. Se a comunidade estiver fragmentada em grupos e em indivíduos isolados, a diversidade poderá, facilmente, tornar-se uma fonte de preconceitos e de atrito. Porém, se a comunidade estiver ciente da interdependência de todos os seus membros, a diversidade enriquecerá todas as relações e, desse modo, enriquecerá a comunidade, bem como cada um dos seus membros. Nessa comunidade, as informações e as idéias fluem livremente por toda a rede, e a diversidade de interpretações e de estilos de aprendizagem – até mesmo a diversidade de erros – enriquecerá toda a comunidade. (CAPRA, 1996).

A ecoalfabetização proposta por Capra (1996) pressupõe a construção de uma nova ética, que não esteja baseada apenas na racionalidade econômica. Não haverá cidades

sustentáveis sem agricultura sustentável, nem redução das desigualdades sociais, e não se atingirá a sustentabilidade no campo sem que a ciência e a tecnologia estejam voltadas para as necessidades coletivas do país. Projetos de desenvolvimento sustentável devem começar prioritariamente não pela economia ou pela geopolítica, mas pelas identidades nacionais, regionais e étnicas presentes em cada sociedade. (TRIGUEIRO, 2003).

Reconectar-se com a teia da vida significa construir, nutrir e educar comunidades sustentáveis nas quais é possível satisfazer aspirações e necessidades sem diminuir as chances das gerações futuras. Para realizar essa tarefa, podemos aprender valiosas lições extraídas do estudo de ecossistemas, que são comunidades sustentáveis de plantas, de animais e de microorganismos. Para compreender essas lições, é preciso aprender os princípios básicos da ecologia. Precisamos nos tornar, conforme o autor, ecologicamente alfabetizados, o que significa entender os princípios de organização dos ecossistemas e usá-los para criar comunidades humanas sustentáveis. Precisamos revitalizar nossas comunidades – inclusive nossas comunidades educativas, comerciais e políticas – de modo que os princípios da ecologia manifestem-se nelas como princípios de educação, de administração e de política.

Sahtouris (2003) afirma que a sustentabilidade na natureza está relacionada a leis básicas que dizem respeito à existência de equilíbrio, à harmonia, ao sustento mútuo, à devolução em igual quantidade daquilo que se toma.

No que concerne à agricultura, Shiva (2003) lembra que todo sistema de agricultura sustentável funciona com base nos princípios perenes da diversidade e reciprocidade. E a sustentabilidade e a diversidade estão ligadas porque a diversidade oferece a multiplicidade de interações com as quais se reequilibram as perturbações ecológicas de qualquer parte do sistema.

Para os sem terra, a preservação dos recursos naturais é fundamental para sua manutenção no campo. Não é possível abordar a sustentabilidade dos assentamentos sem

incluir a sustentabilidade do patrimônio ambiental. Para massificar o sentimento preservacionista nos seus militantes, o MST elaborou dez compromissos nos quais se evidencia a opção pela agricultura sustentável. Os compromissos propostos são:

1. Amar e preservar a terra e os seres da natureza.
2. Aperfeiçoar sempre os conhecimentos sobre a natureza e a agricultura.
3. Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos.
4. Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas.
5. Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água.
6. Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores...
7. Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente.
8. Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza.
9. Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade.
10. Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras.

O desenvolvimento rural é entendido pelo MST como um processo de melhoria permanente das condições de vida materiais (alimentação, saúde, habitação, vestuário, transporte), sociais, culturais e espirituais de todos os assentados e da comunidade em que estão inseridos.

O Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente tem a função de disseminar os compromissos entre os trabalhadores rurais sem terra. Para alcançar o desenvolvimento rural integral, propõe desenvolver processos econômicos e sociais através da eliminação da exploração dos trabalhadores e utilização racional, com sustentabilidade, dos recursos naturais disponíveis nas áreas de Reforma Agrária, estimulando a prática da cooperação nas mais diferentes formas.

Nesse contexto, o relacionamento com o meio ambiente deve pautar-se por uma concepção sócio-ambiental, sendo o ser humano o centro da natureza e o principal elemento para a sua preservação e uso. O uso sustentável dos recursos naturais implica evitar práticas predatórias e privilegiar o uso de tecnologia agroecológica.

A elaboração de planos de reflorestamento nos assentamentos deve estar adequada à realidade apresentada na comunidade. A defesa das áreas de preservação florestal deve ser estabelecida pelo coletivo. A base da Reforma Agrária é a desapropriação dos latifúndios, e estes, portanto, buscam a democratização dos benefícios da propriedade da terra.

Considerando que o futuro das novas gerações depende de atos e estímulos sociais a que forem submetidos no presente, pretendem transformar as atividades educativas e de capacitação (nas escolas, cursos, seminários) em oportunidades para ampliar a consciência da necessidade da atitude ambiental correta.

Para possibilitar esse processo educativo promovem convênios com instituições de forma a aumentar os conhecimentos sobre a realidade ambiental e, sobretudo, para desenvolver programas em parcerias.

As ações do Movimento incluem cobrar do Estado políticas públicas de apoio a programas de proteção ambiental, quer seja no reflorestamento, de preservação de recursos naturais e/ou na pesquisa e promoção de tecnologias agropecuárias não-agressivas à natureza.

Nas linhas políticas definidas pelo MST, consta o desenvolvimento de ações concretas na construção de um novo modelo tecnológico, sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem-estar social. Deve-se, também, resgatar a importância do debate em torno de questões importantes como: meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia de São Francisco e da Amazônia; transformando em bandeiras de luta para toda a sociedade, como parte integrante da reforma agrária.

No programa de reforma agrária, o Movimento prevê o desenvolvimento de tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável e prevê buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Conforme consta no *site*, o Movimento propõe seis objetivos gerais, assim definidos:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital.
2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade.
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas.
4. Buscar permanentemente a justiça social e igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais.
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.

Os objetivos e a forma de produção e gestão eleitos pelo MST, para os assentamentos da reforma agrária, estão muito próximos dos discursos sobre o que é ou deveria ser uma comunidade sustentável. O MST flexibiliza suas ações no sentido de envolver a sociedade na luta pela reforma agrária, buscar as parcerias adequadas para as diferentes realidades representadas por cada novo assentamento, respeitar a diversidade existente nas suas instâncias para maximizar o poder de resposta às situações que se apresentam e compreender as interações existentes entre os assentamentos e as comunidades em que se inserem.

A sustentabilidade de um empreendimento humano está permanentemente em construção. Não é possível dizer hoje por quanto tempo será sustentável este ou aquele empreendimento. Porém, para saber, é preciso começar, tentar, dar uma oportunidade aos

envolvidos para demonstrarem suas capacidades, pois, sem isso, a evolução, ou coevolução como sugere Capra, não será possível.

A sobrevivência da comunidade humana depende da capacidade para entender os princípios da ecologia e viver em conformidade com eles.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta o caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa. Apresenta-se a seguir a caracterização da pesquisa, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados, a análise e demonstração dos resultados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O contexto onde se desenvolveu o estudo foi o Assentamento 30 Maio, na cidade de Charqueadas/RS.

O primeiro contato com o MST do Rio Grande do Sul aconteceu em setembro de 2004, em Porto Alegre, onde está situada a sede administrativa da COCEARGS. Naquela ocasião, a idéia do projeto de pesquisa era abordar a viabilidade da utilização do modelo de ecovilas para os assentamentos de reforma agrária. Em conversa com alguns militantes locais, eles informaram que as possibilidades dessa abordagem já estavam em andamento, com a utilização do sistema permacultural no assentamento de Viamão e que o Movimento teria outras necessidades a serem satisfeitas. Sugeriu-se, então, que a pesquisa teria maior validade se feita numa cooperativa coletivista para verificar a contribuição dessa forma de gestão para a sustentabilidade dos assentamentos. A cooperativa sugerida para pesquisa foi a COPAC pela facilidade de acesso a Charqueadas e pelo grau de maturidade alcançado por aquela experiência coletivista.

Ao retornar para a Universidade, decidiu-se modificar os objetivos e abordar esta questão no trabalho de dissertação.

O contato com o Assentamento 30 de Maio e a COPAC somente se efetivou em abril de 2005. A demora em estabelecer esse intercâmbio deveu-se às repercussões do Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre em fevereiro de 2005. Os assentados trabalharam durante todo o Fórum, recebendo delegações estrangeiras e estabelecendo intercâmbios com visitantes da Via Campesina Internacional. O Assentamento foi muito visitado devido à proximidade de Porto Alegre e recebeu muitos pesquisadores e visitantes interessados em conhecer como vivem os assentados e quais os frutos colhidos na experiência coletivista.

Os assentados gostam de receber muito bem os visitantes, e a pesquisadora é testemunha disto. Por essa razão, a pesquisa de campo foi agendada para meados de abril de 2005, sendo recebida logo depois de uma delegação de americanos e pouco antes de um grupo de visitantes de Cruz Alta/RS.

Os contatos com a cooperativa efetuaram-se via telefone e as datas das visitas foram agendadas para que não coincidissem com a recepção de outro visitante com tempo integral.

A pesquisadora permaneceu em campo três dias como hóspede das famílias que ofereceram as refeições e a pousada. O contato com as demais famílias ocorreu levando-se em consideração o tempo disponível para atender e responder as entrevistas.

Durante o período de estada no assentamento, a pesquisadora esteve em contato direto com os sujeitos da pesquisa e vários outros visitantes, técnicos da EMATER, funcionários da Secretaria de Agricultura do Município e agricultores. Este convívio, na vida familiar do assentado, possibilitou conversas informais na hora das refeições e durante as atividades da rotina diária. Esses eventos contribuíram para um maior entendimento do mundo dos sujeitos e especialmente para o aprimoramento da percepção da realidade dos

assentados da reforma agrária, suas expectativas, suas lutas, suas histórias de vida, algumas das quais ensejariam o roteiro de um filme.

Esta etapa apresenta os procedimentos metodológicos que foram empregados no desenvolvimento da pesquisa, assim como sua caracterização.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este estudo caracteriza-se como teórico-empírico, pois simultaneamente teoriza o conteúdo apresentado e possui forte conexão com a realidade empírica observada. Conforme Castro (1978), o estudo teórico-empírico está na busca do confronto da teoria com a realidade.

A pesquisa tem uma abordagem predominantemente qualitativa. Conforme apresenta Godoy (1995), pela perspectiva qualitativa um fenômeno pode ser compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte integrada, permitindo sua compreensão a partir das perspectivas das pessoas nele envolvidas.

É desenvolvida uma pesquisa descritiva, não fazendo distinção entre causa e efeito que, como apresenta Bruyne (1977), empenha-se em descrever toda a complexidade do caso. Para Vergara (1990), a pesquisa descritiva consiste na exposição das características de determinada população ou fenômeno, em que é possível se avançar em direção ao estabelecimento de correlações entre fatores ou variáveis ou ainda à definição da natureza de tais correlações sem que haja o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora possa servir de base para tal explicação.

O trabalho caracteriza-se como estudo de caso que, segundo Bruyne (1977), configura pesquisas fundadas no estudo em profundidade de casos particulares, de natureza intensiva sobre uma ou algumas organizações reais. Para Bruyne (1977), o estudo de caso “pretende a cientificidade quando integrado num processo de pesquisa onde o papel da teoria não é deformado, onde a crítica epistemológica dos problemas e conceitos não é negligenciada”. Assim, prossegue Bruyne (1977), estudos de caso podem visar retratar as fases de um fenômeno, o que ocorreu no período da investigação, mas também pode se basear em variáveis medidas anacronicamente, evidenciando, pela análise das séries cronológicas, a seqüência da mudança e as relações entre as variáveis. Bruyne (1977) afirma que, apesar do caráter particularizante e da capacidade de generalização limitada pela própria natureza dos estudos de caso, eles podem objetivar ultrapassar a dimensão particular ao autorizar algumas generalizações empíricas, mesmo que suas conclusões não se revelem necessariamente corretas para outros casos. Para Triviños (1994), o estudo de caso cujo interesse recai sobre a vida de uma instituição, é caracterizado como histórico-organizacional.

3.3 AMOSTRA

Lakatos e Marconi (1991) definem amostra como uma parcela do universo convenientemente escolhida para a pesquisa. Minayo (1998) afirma que a condição para seleção da amostra se pauta na identificação de quais indivíduos sociais têm uma relação mais

estreita e importante para o problema estudado, sendo uma boa amostragem aquela que engloba as diversas dimensões do problema investigado.

A amostra desta pesquisa situa-se no Assentamento 30 de Maio, localizado na cidade de Charqueadas/RS, onde, da população dos atores envolvidos no MST, foram selecionados:

- A unidade da Cooperativa de Reforma Agrária, COPAC;
- Associados integrantes dos setores administrativo e produtivo.

Foram entrevistadas ao todo nove pessoas, selecionadas entre as 27 famílias. Sendo pelo menos uma de cada setor, entre os quais três coordenadores, e um militante liberado pela cooperativa. Todos os entrevistados, três mulheres e seis homens, são casados e tem filhos. As entrevistas foram realizadas, na sua maioria, no próprio setor de trabalho do assentado. A seleção dos sujeitos da pesquisa foi realizada intencionalmente. Os sujeitos deveriam ser moradores e trabalhadores do assentamento; homens e mulheres; independente de faixa etária, desde que adultos; preferencialmente um de cada setor, em funções administrativas e operacionais. O menor número de mulheres deve-se ao fato de que três das mulheres abordadas para a entrevista disseram estar envergonhadas porque, segundo elas, ‘não sabiam falar direito’ devido ao baixo nível de instrução, sendo que estudaram até a quarta série do ensino fundamental.

Nesta perspectiva, a seleção de amostra é não-probabilística intencional, pois os elementos pesquisados foram escolhidos pelo pesquisador.

Segundo Castro (1978), a amostragem aleatória é mais relevante quando a pesquisa trata da estimação de parâmetros da população, mas perde importância quando a questão é a busca por relações entre as variáveis. Para Triviños (1994), em uma pesquisa qualitativa, de fundamentação teórica, fenomenológica, ao invés da aleatoriedade, pode-se decidir

intencionalmente, considerando uma série de fatores e condições sobre a amostra, já que a quantificação da representatividade obtida por recursos aleatórios para fixar amostras não é, em geral, motivo de preocupação.

Para facilitar a redação e a compreensão deste trabalho e por questões éticas, optamos por identificar no texto cada sujeito da pesquisa por uma letra do alfabeto “E” (de entrevistado), associada a seqüências de números de 1 a 9 (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9) relativos à ordem em que os personagens foram entrevistados.

Quadro 02 – Distribuição dos entrevistados.

Entrevistado	Setor	Idade	Sexo	Instrução
E1	Grãos	42 anos	Masculino	4ª série do Ensino Fundamental
E2– Coordenador	Horta	36 anos	Masculino	2º ano do Ensino Médio
E3	Animal	39 anos	Masculino	2º ano do Ensino Médio
E4	Social	38 anos	Feminino	5ª série do Ensino Fundamental
E5	Mercado	32 anos	Feminino	4ª série do Ensino Fundamental
E6 – Coordenadora	Social	34 anos	Feminino	6ª série do Ensino Fundamental
E7 – Coordenador	Grãos	43 anos	Masculino	5ª série do Ensino Fundamental
E8	Mercado	40 anos	Masculino	2º ano do Ensino Médio
E9	Militante	38 anos	Masculino	1º ano do Ensino Médio

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

3.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram obtidos a partir de fontes primárias, coletados pela primeira vez pelo autor, e fontes secundárias, tratando-se de dados já existentes e disponíveis para a pesquisa. Richardson (1989) identifica as fontes primárias como as que têm relação física direta com os fatos analisados enquanto as fontes secundárias têm sua relação com os mesmos a partir de elementos intermediários.

Para obtenção de dados, a partir de fontes primárias, foi utilizado:

Observação pessoal: para Triviños (1994), observar um fenômeno social traduz-se na separação abstrata de um evento social de seu contexto a fim de que, em sua dimensão singular, este seja estudado. Segundo Selltiz (apud Richardson, 1989), “a observação torna-se uma técnica científica à medida que serve a um objetivo formulado de pesquisa, é sistematicamente planejada, sistematicamente registrada e ligada a proposições mais gerais e, em vez de ser apresentada como conjunto de curiosidades interessantes, é submetida a verificações e controles de validade e precisão”. Foi realizada observação não participante, livre de fichas e registros.

Diário de campo: Segundo Triviños (1994), as anotações de campo são descrições por escrito das manifestações observadas e as reflexões do pesquisador perante esta observação de fenômenos, podendo representar buscas espontâneas por significados, e este material pode compor o produto final do estudo ou desaparecer. Para Triviños (1994), ele possibilita a obtenção de informações sobre o cotidiano das organizações pesquisadas, permitindo a inclusão de fatos inesperados ou eventos especiais.

Entrevistas Semi-estruturadas: segundo Minayo (1998), através desta entrevista, procura-se obter informações presentes na fala dos atores sociais. A natureza semi-estruturada representa a articulação entre as entrevistas abertas, em que o informante aborda livremente o tema, e as entrevistas estruturadas, que pressupõem todas as perguntas previamente formuladas. Desta forma, pretende-se atingir maior conteúdo e espontaneidade nas respostas, enriquecendo, assim, a investigação. Segundo Triviños (1994), as entrevistas semi-estruturadas partem de certos questionamentos básicos que interessam à pesquisa para depois permitir um amplo campo de interrogativas, fruto da própria seqüência de respostas do informante.

Segundo Selltiz (1987), a pesquisa de arquivo consiste na busca por dados a partir de registros estatísticos, documentos escritos e comunicação de massa. Assim, o levantamento através de fontes secundárias ocorrerá por pesquisa documental, feita através de livros, jornais, artigos, revistas, trabalhos científicos, documentos internos das organizações e dados de *sites* oficiais. Para Godoy (1995), a análise de documentos trata do reexame de materiais diversos, passíveis de um tratamento analítico que propicie novas interpretações.

No momento do primeiro contato, os entrevistados foram informados da finalidade – objetivo do trabalho, as questões éticas, a possibilidade do uso do gravador e, especialmente, sobre o caráter sigiloso da entrevista.

Os diálogos gravados foram transcritos e posteriormente elaborada a sistematização e categorização dos dados.

3.5 TRATAMENTO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.

Para Lakatos e Marconi (1991), a análise é a busca pelas relações entre o fenômeno estudado e outros fatores enquanto a interpretação consiste na exposição do significado do que foi obtido, na tentativa de se conseguir um significado mais amplo para as respostas, pela correlação com outros conhecimentos.

A análise qualitativa incide sobre os dados levantados pelas técnicas de observação pessoal, diário de campo e entrevistas com os associados da cooperativa. Para Kaplan (apud Richardson, 1989), a análise de conteúdo é a análise estatística do discurso político. Segundo Triviños (1994), a análise de conteúdo destina-se a obter indicadores que possibilitem a inferência de conhecimentos relacionados à coleta das mensagens através de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que se caracteriza pelo uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo.

Primeiramente, a documentação foi organizada. A seguir as entrevistas foram transcritas e os dados da coleta foram criteriosamente detalhados através de um estudo minucioso do conteúdo, das palavras e frases.

É importante salientar que, no processo da pesquisa, as falas dos entrevistados emergiram com grande riqueza e complexidade de dados, na transcrição das falas para a análise e interpretação das informações respeitou-se a linguagem usada pelo entrevistados. Não é proposta deste trabalho exaurir e reproduzir todos os aspectos elencados, mas sim suscitar novos questionamentos a partir dos dados relatados.

3.6 INTERPRETAÇÕES DE TERMOS

Segundo Triviños (1994), na pesquisa qualitativa existe pouco empenho em se definir operacionalmente as variáveis, sendo estas apenas descritas e sem limitação quanto ao seu número. Deve ser levado em consideração que os conceitos podem ter significados diferentes de acordo com o quadro de referências ou a ciência que os emprega. Apresenta-se, a seguir, a definição de alguns termos a serem abordados neste estudo:

- **Cooperativas**

Uma cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se uniram voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada. (RECH 2000, p.22).

- **Agricultura Familiar**

É considerado agricultor familiar aquele que administra o próprio estabelecimento e cujo trabalho dos membros da família é superior ao trabalho contratado. (Vogt [et. all.], 2003).

- **Agricultura sustentável**

Um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento equitativo e participativo. [...] A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento científico holístico. (EHLERS 1999, p.107).

- **Tecnologia**

Tecnologia é o conjunto de instrumentos, regras e procedimentos através dos quais o conhecimento científico é aplicado de maneira reprodutível a uma determinada tarefa. (Castells apud Capra, 2002, p.104).

4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta um breve histórico sobre os assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, a estrutura fundiária do Estado e a atuação do MST nesse contexto. Em seguida, é apresentada a cidade de Charqueadas e um histórico do Assentamento 30 de Maio e da Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas – COPAC.

Na seqüência apresenta-se a exposição do planejamento e das ações da cooperativa nas dimensões ambiental, social e econômica. Ao final expõe-se as dificuldades enfrentadas pela cooperativa e a busca de soluções.

4.1 ASSENTAMENTOS RURAIS NO RIO GRANDE DO SUL.

O setor agropecuário do Rio Grande do Sul, no conjunto de suas atividades, representa uma importante fatia da economia do Estado, com dimensão maior se considerado o que a ele está vinculado: à indústria produtora de insumos e à indústria de processamento de mercadorias rurais.

Nos últimos 20 anos, houve a consolidação do complexo produtor de soja, responsável por cerca de 15% do total de exportações do Estado que, em anos recentes, enfrenta sérios limites a sua capacidade de expansão.

Dentre as grandes propriedades, as mais modernas, nos moldes da racionalidade capitalista implantada pela revolução verde, são principalmente as produtoras de arroz.

Conforme estudos de Medeiros e Leite (1999), a pecuária, porém, é tecnologicamente atrasada, mas, mesmo assim, apresenta indicadores de utilização da terra e de produtividade que protegem as propriedades de atos de uma possível desapropriação, o que representa, no Estado, um sério entrave à política de reforma agrária.

O plantio de uvas e de fumo é atividade típica dos estabelecimentos agrícolas familiares chamados de coloniais. Os produtores integrados à indústria do vinho modernizaram-se, permitindo a redução do trabalho familiar nas propriedades que acarreta evasão dos jovens em busca de empregos urbanos ou de melhor formação educacional. A situação dos produtores de fumo é mais difícil devido à maior subordinação destes à indústria fumageira, cujos métodos de seleção excluem do setor e até mesmo da atividade agrícola, um número crescente de famílias. Da agricultura familiar vem a produção de pêssegos, feijão e batatas, produtos cujos preços têm mantido os produtores no limiar da mera reprodução social, impossibilitando melhorias nas condições de vida e desestimulando a permanência no campo.

Alguns produtores familiares optaram pela criação de aves e porcos, cujos resultados variam de acordo com as condições de integração às agroindústrias da região.

A produção de leite, embora em condições produtivas muito variadas, congrega um grande número de pequenos produtores, incapazes de melhorias tecnológicas que elevem a produtividade. A produção de leite traz a vantagem de uma renda permanente, em contraposição à renda sazonal da produção agrícola.

Outro grande contingente de agricultores familiares é formado por produtores diversificados do Alto Uruguai com forte tendência às atividades de subsistência. As difíceis condições de produção, devido às características do solo e da topografia, transformaram o Alto Uruguai na maior fonte de migrantes de recrutamento do MST e, conseqüentemente, de assentados em outras regiões, segundo Medeiros e Leite (1999).

4.2 A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

No censo de 1980, verifica-se que as grandes propriedades, de 500 hectares ou mais, detinham 42,9% da área total e representavam 1,7%; estabelecimentos com 100 hectares ou menos detinham 33,4% da área e representavam 92,6% dos estabelecimentos. Se comparado ao censo agropecuário de 1985, constata-se maior concentração fundiária, reflexo da modernização conservadora que afetou principalmente os estados do sul pela sua alta capacidade de exclusão dos pequenos produtores. O latifúndio, no entanto, caracterizado por padrões de dominação política clientelista e exploração econômica extensiva de baixa produtividade, tem diminuído em número, em razão do processo mais recente de modernização. As médias propriedades, entre 100 e 500 hectares, apresentam um ligeiro incremento em número no mesmo período, entre 1970 e 1985, provavelmente devido a sua inserção no sistema cooperativista.

As pequenas propriedades são, na sua maioria, estabelecimentos com até 25 hectares, área que tem diminuído devido às pressões demográficas e ao fechamento da fronteira agrícola no Estado, inviabilizando o acesso à terra pelos filhos dos colonos, conforme Medeiros e Leite (1999).

4.3 O MST NO RIO GRANDE DO SUL

O processo histórico de colonização do território brasileiro privilegiou as grandes propriedades e as elites; primeiro a aristocracia imperial e mais recentemente a burguesia industrial. A colonização deu-se não apenas geograficamente, mas mentalmente, gerando, nesta terra, rica em recursos naturais, um povo dependente e servil.

Os indígenas, os negros, os pobres em geral foram sempre excluídos de qualquer possibilidade de ascensão social, pois lhes foi negado desde sempre o acesso à cultura, à saúde e à posse dos meios de produção.

Esse tratamento historicamente discriminatório e desumano gerou uma grande massa de excluídos, que somente fez crescer a partir de projetos de modernização industrial e agrícola, importados de países considerados desenvolvidos.

O melhor exemplo é o pacote tecnológico da chamada Revolução Verde, que expulsou do campo centenas de famílias de camponeses, e pessoas que se auto sustentavam na pequena agricultura tornaram-se dependentes do meio urbano.

A longa história de desmandos governamentais no tratamento das camadas mais pobres da população, em especial no meio rural, levou ao surgimento de movimentos sociais na tentativa de resgatar a dignidade desse povo.

O MST é um desses movimentos que fez colocar no cenário nacional os excluídos e ignorados, aqueles que não têm representatividade política e econômica.

O final da década de 70 foi marcado pela confluência de fatores que determinaram o surgimento de movimentos sociais rurais no sul do Brasil:

- a) a liberação política que antecedeu a transição democrática brasileira;
- b) os profundos impactos da modernização capitalista em áreas rurais, incluindo aí o fechamento da fronteira agrícola e a elevação dos preços da terra;
- c) a decisiva ação dos setores progressistas das Igrejas Católica e Luterana;
- d) as características socioculturais das regiões de colônia nos três estados do sul, desenvolvendo um sentido de identidade social, nas comunidades rurais, raramente encontrado em outras regiões. (MEDEIROS E LEITE, 1999).

A proposta de organização do povo rural cresceu, naqueles anos, baseada no discurso que difundiu a participação política. Como alternativa de superar as dificuldades, nasceram os movimentos sociais nos anos 80, destacando-se o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMRT), e o MST, principal força propulsora na constituição dos assentamentos rurais.

É possível indicar, como marco da retomada das lutas sociais no campo, a reação dos grupos indígenas para recuperar suas terras, no município de Nonoai, em 1978 e 1979, de onde aproximadamente mil famílias de pequenos produtores foram expulsas. Neste episódio, foram envolvidas 526 famílias remanescentes dos ‘afogados do Passo Real’, excluídas dos projetos de assentamento que beneficiaram outros grupos e ficaram perambulando pelas estradas da metade norte do estado até conseguirem ocupar, por irregular determinação governamental, as terras da reserva indígena. Ainda em 1979, ocorreram as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no Alto Uruguai. O sucesso destas primeiras ocupações encorajou a repetição da tática na tentativa de ampliar o número de beneficiados. Em março de 1981, foi organizado o acampamento da Encruzilhada Natalino ao longo da estrada que une a cidade de Passo Fundo a Ronda Alta, com aproximadamente 600 famílias e o grande apoio de religiosos, de acordo com Medeiros e Leite (1999).

Estes episódios criaram, de fato, as bases da instituição do MST e aumentaram em muito a capacidade de resistência, as expectativas e a disposição militante dos acampados. A luta pela terra empreendida pelo MST transformou-se, com o tempo, na luta pela sobrevivência dos camponeses e sua famílias.

A partir de 1984, com sua fundação oficial, o MST avançou em legitimidade social e influência. Em 1985, organizou um gigantesco acampamento em Palmeira das Missões, onde, por três dias, de 10 a 12 mil agricultores reuniram-se e exigiram a imediata implantação do PNRA. Em outubro do mesmo ano, ocuparam a Fazenda Annoni com aproximadamente 6500 pessoas originárias de 50 municípios diferentes, que demonstraram espantosa capacidade de mobilização e organização. Até meados de 1987, a luta pela terra, no Estado, seria conformada e determinada pelas particularidades do acampamento na Fazenda Annoni. Foi uma longa trajetória envolvendo ações de repressão militar, embates legais, uma desgastante e ineficaz seqüência de negociações com autoridades estaduais e federais e, finalmente, uma épica caminhada a Porto Alegre, onde foi recebida por mais de 30 mil pessoas que se solidarizaram com a luta dos colonos.

A partir de 1988, houve uma onda de desapropriações mediadas pelo INCRA, que resultaram na instalação de 21 novos assentamentos de responsabilidade federal, instalados em uma área de 24.734 hectares e beneficiando 1183 famílias.

Neste período, duas novas regiões foram escolhidas para as ocupações de terras. A primeira delas na região metropolitana de Porto Alegre, na qual foram instalados 11 assentamentos entre os anos de 1988 e 1994. A segunda região é a campanha gaúcha, na fronteira com o Uruguai, reduto histórico das grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva no estado.

Foram instalados 132 assentamentos no período de 1978 a 1997, beneficiando 5.790 famílias em mais de 100 mil hectares. Os números parecem expressivos, porém estão

muito aquém da demanda, pois ainda que sejam um tanto imprecisos, estima-se que os assentados sejam apenas 1% dos demandantes.

Há de se considerar, além disso, o extraordinário esforço organizativo e com os complexos e nem sempre pacíficos processos de ocupação de fazendas, prédios oficiais, despejos, negociações, manifestações, caminhadas, longas esperas, fome, sofrimento e morte.

Quanto ao apoio financeiro, os recursos do PROCERA somente permitem plantar, em média, 6 hectares, com o que nenhuma família pode se sustentar se a produção for dirigida ao mercado. A alternativa é financiar o restante junto ao banco, com juros de mercado, o que significa endividar as famílias. Um dos principais problemas relativos ao crédito para a produção, quando existe, é que condiciona o plantio de certas culturas, a soja, por exemplo. Nem sempre as culturas são as mais adequadas ao caso específico de cada assentamento.

De qualquer modo, o impacto externo dos assentamentos nas áreas em que se instalam já se faz sentir. Na campanha gaúcha, por exemplo, a receita por hectare nos assentamentos é de US\$ 166,76/ano contra US\$ 50,5 nos cultivos tradicionais devido à diversidade da produção dos assentamentos. Na região de Cruz Alta, a participação dos assentamentos na produção animal do município é elevada: 3,85% em relação aos bovinos, 21,9% em relação aos suínos, 22,5% em relação às aves e 18,4% na produção de leite.

Os números apresentados reforçam a tese dos que defendem a reforma agrária não apenas como acesso a terra, mas com assistência técnica e financeira aos assentados, segundo Medeiros e Leite (1999).

4.4 A CIDADE DE CHARQUEADAS

O Assentamento 30 de Maio está localizado a 12 Km da sede do município de Charqueadas. Estradas de chão batido de fácil acesso levam ao assentamento distante 60 Km de Porto Alegre – capital. O município está localizado na região centro sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região carbonífera, hoje pertencente à área metropolitana de Porto Alegre. A área total do município é de 214,80Km². Destes, 25Km² são considerados área urbana e 189,80Km², rural.

Charqueadas é banhada pelo rio Jacuí, no trecho compreendido entre a foz do rio Taquari e as Ilhas Carioca e do Araújo. Neste trecho, o rio apresenta várias ilhas, como a das Cabras, Dorneles, do Fanfa e da Paciência. Sua formação teve início pelo rio onde fazendas de charque foram sendo instaladas.

Posteriormente, a extração de carvão trouxe um grande número de pessoas, iniciando o processo de migração intra-regional. A facilidade do escoamento da produção e da deficiente malha viária fez a cidade manter-se por muito tempo voltada para o rio. A relação de dependência e de complementaridade mantida com a capital do Estado no princípio da formação da cidade, e que mantém resquícios até hoje, iniciou-se em função da pouca distância e da impossibilidade da cidade em atender às necessidades básicas dos cidadãos.

A partir da década de 60, com o avanço industrial, fez-se necessário o melhoramento das vias de acesso, especialmente rodoviário, fazendo com que a cidade virasse as costas para o rio. Hoje, a região ribeirinha é marginalizada, com prédios em ruínas e um grande cinturão de populações carentes sem infra-estrutura e saneamento básico.

O aumento populacional foi muito grande. Os imigrantes vieram de toda parte, inclusive do exterior. Houve um crescimento rápido e desordenado da cidade, o que gerou

muitos problemas de infra-estrutura para as populações ali residentes, alguns dos quais se perpetuam até hoje.

Conforme Virote (2002), a zona rural do município de Charqueadas apresenta-se de maneira bastante heterogênea, onde 20,8% das propriedades com área acima de 1.000 hectares, 2,9% entre 501 e 1000 hectares, 8,7% entre 101 e 500 hectares e 67,6% com área até 100 hectares. Com estes dados, constata-se a grande desigualdade entre as populações rurais. Há latifúndios produtivos, mas há também alguns poucos improdutivos. Nas pequenas propriedades, há uma produção diversificada e, nas médias e grandes, alguns proprietários residem e trabalham. Em outras, é o capataz quem organiza os trabalhadores, sendo visitada, de vez em quando por um de seus proprietários que residem nas grandes e médias cidades próximas, como, por exemplo, Porto Alegre. Há moradores na zona rural em agrupamentos residenciais que trabalham nas fazendas, na agricultura capitalista como trabalhadores rurais remunerados. Estes trabalhadores não residem no local de trabalho, deslocam-se diariamente, seja a pé, a cavalo ou, em algumas situações, com transporte do dono da fazenda. É o caso do loteamento chamado Guaíba City. Na zona rural, encontram-se também sítios de final de semana.

Para a EMATER, a definição de propriedade rural está fundada em dois critérios principais: o tamanho da propriedade e o tipo de atividade produtiva de quem ali reside. São consideradas rurais as propriedades de mais de um hectare (medida agrária equivalente a 10.000m²). Também são tidas como rurais as propriedades em que o proprietário realiza alguma atividade agropecuária, mesmo que esta propriedade não tenha o tamanho mínimo de um hectare. Dentro da cidade, a EMATER classifica como 'rururbano' as propriedades que, independente do tamanho, também possuem estas características.

Os principais produtos da zona rural charqueadense que merecem destaque são o arroz e a melancia. Também estão presentes a produção de leite, milho, feijão, soja,

bovinocultura e piscicultura. Há plantações de eucaliptos para a utilização de postes e de papel.

A produção agropecuária é absorvida em parte pela região, como, por exemplo, as hortaliças, os ovos e parte da produção de pêssego, melancia, melão e arroz, e comercializados muitas vezes fora do município, geralmente na CEASA e nos engenhos.

O assentamento rural que foi criado em Charqueadas possui uma produção bastante diversificada, a exemplo das pequenas propriedades individuais que atendem principalmente ao consumo interno, ou seja, a subsistência. As principais fontes de renda ficam por conta da produção da lavoura extensiva de arroz, na produção de leite, na horticultura e na suinocultura. Com o beneficiamento de alguns produtos, tais como geléias, pães, queijos, embutidos e conservas, os assentados incrementam o lucro obtido com a comercialização.

Quadro 03 - Distribuição da Economia Municipal

SETOR	<i>ARRECADAÇÃO %</i>
Indústria	72,77%
Serviços	11,55%
Comércio	13,04%
Agricultura	2,64%

Fonte: Plano municipal.

Quadro 04 - População Municipal

<i>ZONA</i>	Habitantes	Percentual
Urbana	29050	97%
Rural	898	03%
Total	29948	100%

Fonte: IBGE/2000

Nos quadros 03 e 04 pode-se observar que a zona considerada rural apresenta arrecadação e população pouco significativas no município, fato que pode explicar a falta de investimento governamental no aparelhamento da EMATER local.

É no contexto rural que está inserido o Assentamento 30 de Maio e a seguir é apresentado um breve histórico a respeito da origem dos assentados de Charqueadas.

4.5 HISTÓRICO DOS ASSENTADOS DE CHARQUEADAS

As informações apresentadas são baseadas nos relatos dos próprios assentados. No entanto, alguns fatos relevantes podem ser encontrados em Medeiros e Leite (1999).

O Assentamento 30 de Maio nasceu em dezembro de 1990. Os assentados são filhos e filhas de pequenos agricultores da região do Alto Uruguai norte do Estado, na sua maioria, oriundos dos Municípios de Ronda Alta e Constantina; faziam parte das comunidades de base, principalmente da Igreja Católica, participando nas equipes de liturgia, catequese e Pastoral da Juventude.

A situação da agricultura, principalmente pela monocultura da soja, trouxe a necessidade de discutirem a produção para a auto-sustentação e o endividamento dos pequenos agricultores. Isso fez com que muitos abandonassem o campo indo para a cidade tentar um emprego para sobreviver, outros faziam o debate da situação nas reuniões de base organizadas pela CPT, objetivando encontrar coletivamente as saídas da monocultura e a retomada da produção para auto-sustentação. Concluíram que deveriam diversificar e organizar a produção, objetivando atingir o mercado através de feiras.

Os agricultores, naquele momento, pouco puderam fazer, pois ainda não tinham uma consciência formada sobre a importância da diversificação e organização da produção como meio para a resistência no campo. Muitos trabalhadores rurais, até aquele momento, ou viviam com os seus pais que tinham pouca terra ou plantavam em terras de terceiros.

Mais tarde, estas reuniões passaram a ser organizadas pela Frente de Massa do MST junto com a CPT e Sindicatos. Era preciso ir além daquelas reuniões, ou seja, organizar um movimento a fim de mudar a situação. Os agricultores perceberam duas possibilidades: ir para a cidade ou entrar na luta por um pedaço de terra maior e com mais condições. A alternativa viável diante da situação seria a organização, então, decidiram entrar para o MST. No dia 22 de novembro de 1987, reuniram-se 1500 famílias e fizeram a primeira ocupação na fazenda do Salso de Plínio Dutra no Município de Palmeiras das Missões, uma fazenda com 2.400 ha de terra. Essas famílias permaneceram três dias na área e foram despejadas. Transferiram-se, então, para uma área cedida por um pequeno agricultor onde ficaram até junho de 1988. Nesse período, no município, fizeram muitas manifestações, marchas e reivindicações pela alimentação e pela terra, o que determinou a compra pelo Governo de uma área de terra de 719 ha no município de São Miguel das Missões para onde foram transferidos.

No dia 22 de novembro, 700 famílias que haviam ocupado uma área no Município de São Nicolau e 1500 famílias que ocupavam a Fazenda do Salso de Plínio Dutra juntaram-se em São Miguel das Missões. Muitas dessas famílias mais tarde foram assentadas em Charqueadas, no assentamento 30 de Maio.

Segundo os assentados, o objetivo do Governo era isolá-los em uma área distante do comércio, no meio das fazendas, para que não pudessem sair e ficassem brigando por aquela área. Não foi isso que aconteceu, permaneceram dois meses na área; partiram para a ocupação da fazenda Buriti no Município de Santo Ângelo; e caminharam 9km a pé com as mochilas nas costas na noite mais fria do ano, dia 25 julho de 1988. Ficaram três dias na área e

negociaram com o Governo que prometeu assentar todas as famílias em 30 dias e fornecer mais lona e alimentação. A proposta foi aceita e, então, foram levados para Tupã em uma área do Estado próxima da cidade.

Na cidade, houve um embate, por um lado, a sociedade apoiava os assentados, faziam visitas ao acampamento e isso era favorável. Por outro lado a União Democrática Ruralista (UDR), que era muito forte na região, iniciou um ataque contra o acampamento, via meios de comunicação, afirmando que eram um bando de baderneiros, vagabundos, que traziam doenças para a cidade. Nesse meio tempo, foi articulada uma operação militar que cercou o acampamento por 30 dias. Os acampados foram perseguidos pela polícia, espancados nas barreiras e presos. A pressão foi muito forte por parte da UDR, mas os acampados resistiram, o que forçou o Governo a retomar as negociações. Conquistaram várias áreas de terra, mas novamente mudaram de acampamento, sendo levados para o assentamento Rincão do Ivaí, no município do Salto do Jacuí, no mês de setembro de 1988. Permaneceram no assentamento organizando-se internamente, fazendo trabalho de formação, preparando novas mobilizações. Com a conquista de algumas áreas, famílias foram assentadas, e os acampados aguardaram por uns dias as novas áreas. O Governo não cumpriu parte das negociações e começou a faltar lona, alimentos e remédios; a situação ficou tensa. Os assentados prepararam a grande ocupação da fazenda Santa Elmira, realizada no dia 8 de março de 1989, no próprio município, e foram preparados para resistir, mas agüentaram apenas três dias na área. Foram violentamente massacrados pela polícia, e o saldo do embate foi de quatrocentos feridos e vinte e dois presos. Alguns foram retirados à força e colocados nos caminhões da UDR e outros ficaram presos pelas estradas, sofrendo humilhações por parte da polícia, chegando no acampamento no outro dia, a pé. Foi grande a repercussão na sociedade, o que forçou novamente o Governo a negociar e, conseqüentemente, mais algumas áreas foram conquistadas. Nessa luta, o fazendeiro, dono da fazenda invadida, pulverizou o

acampamento com um avião envenenando e causando a morte de seis crianças. Apesar disso, ainda continuaram com jejum e greve de fome.

Em agosto de 1989, ocuparam a fazenda Capela, no município de Capela de Santana, quando novamente foram despejados e levados para o lado de fora, onde montaram acampamento na beira da estrada. Depois disso, deram um tempo nas lutas para participar do processo eleitoral de 1989 com a esperança de mudar o Brasil, mas o eleito foi Fernando Collor de Melo. Retornaram a luta reocupando a fazenda Capela por duas vezes, sendo que a terceira vez foi a mais forte. A ação foi no dia 30 de maio de 1990, resistindo durante trinta dias à muita chuva e à repressão policial. Finalmente, a área foi conquistada, grande parte das famílias foi assentada ali mesmo e o restante foi para uma área do Estado, no mesmo município. Como não tinham poder de pressão, resolveram se juntar ao acampamento de Cruz Alta e de lá rumaram para ocupar a praça da matriz em Porto Alegre. No dia 8 de agosto de 1990, houve severo combate com a polícia e o saldo da ação foi triste: um policial morto, centenas de sem terra feridos, muitos presos e seis condenados.

Depois de três anos acampados e lutando, enfim conquistaram uma área da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul destinada para Colônia Penal Agrícola. Dos 1600 ha da área total, 850 ha foram destinados para o assentamento.

Os anos passados em acampamento foram uma grande escola para a aprendizagem de conhecimento da realidade, para aprenderem a conviver coletivamente com as dificuldades, com as alegrias e tristezas. Aprenderam que os trabalhadores são capazes de realizar seus sonhos quando caminham juntos e sabem o que querem.

Durante o acampamento, fizeram muitos debates sobre as possíveis formas de trabalhar na terra quando esta fosse conquistada. Chegaram à conclusão de que precisariam mudar a forma de organizar a produção, sair do modelo agricultor artesão, aquele que faz tudo, para uma divisão especializada do trabalho, trabalhando de forma coletiva. A forma

coletiva no MST significa que a terra e os instrumentos de produção são de propriedade da cooperativa e as decisões são tomadas coletivamente, com igualdade de direito e poder. Os cooperados são os donos, os trabalhadores e os gestores da cooperativa e a distribuição de sobras é feita conforme o trabalho aportado por cada um.

4.6 A ORGANIZAÇÃO DA COPAC

A sobrevivência exige o desenvolvimento de estratégias, e o cooperativismo foi privilegiado pelo Movimento, não apenas como viabilização econômica dos assentados, mas como meio de demonstração da potencialidade que há no cooperativismo como um transformador das relações sociais. Considerado não apenas como um modo de produção, mas como um modo de vida baseado na solidariedade, na democracia e no desenvolvimento humano integral. A gestação da Cooperativa de Produção dos Assentados de Charqueadas – COPAC – surgiu da necessidade dos assentados permanecerem na terra conquistada.

Quando chegaram ao assentamento, a área era ocupada por umas poucas árvores de eucalipto e 200 cabeça de gado, sobre as quais o Estado não tinha controle, pois o gado era de pessoas que arrendavam as terras do Estado. Encontraram uma área descoberta e tudo por construir. Além disso, no período houve uma seca muito grande. Iniciaram o assentamento com o que tinham, algumas ferramentas, as sementes vieram de doação ou empréstimo; produziram para o próprio consumo, mesmo sem recurso do Governo. Junto ao Setor de Formação e Produção do MST, organizaram um curso de 45 dias, chamado de ‘Laboratório Organizacional de Campo’, que se realizou do início de abril até meados de maio de 1991.

Organizaram aproximadamente 20 cursos, ministrados pelo MST e EMATER, entre os quais, hortigranjeiros, administração, produção de arroz, gado leiteiro, fruticultura, suinocultura, avicultura, teoria da organização, apicultura, xadrez, entre outros.

Este laboratório foi de fundamental importância para os assentados, pois vinham de outra região onde produziam outras culturas, e também para firmarem-se como grupo de trabalho. Não dividiram a terra, optaram pela divisão social do trabalho, da mão-de-obra.

Durante o curso, organizaram os setores de produção e criaram a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas LTDA – COPAC. Oportunamente, elaboraram o regimento interno no qual constam os direitos e deveres de cada membro.

Dos setores organizados na época, alguns foram excluídos e outros criados conforme a necessidade e a realidade de cada momento.

Na fundação da cooperativa, estavam associadas 46 famílias; destas, 27 permanecem. As desistências foram motivadas por discordâncias no modo de trabalho coletivo, havendo várias argumentações a respeito, mas o que se percebe pelos relatos dos assentados é que o principal problema foi a cultura individualista dos assentados.

A Ata de constituição da COPAC foi lavrada em 28 de julho de 1991 e consta como objetivo desenvolver a produção agropecuária no trabalho coletivo e tomar todas as decisões da forma mais democrática possível.

O Estatuto Social em vigor foi firmado em 25 de outubro de 1996. No Capítulo III, das características e dos objetivos consta:

No artigo 4:

A cooperativa além dos princípios cooperativistas terá as seguintes características:

I – Propriedade coletiva dos meios de produção;

II - Organização cooperativa do trabalho;

III – Participação nos resultados e nas sobras proporcionalmente ao aporte de trabalho quantitativo e qualitativo de cada associado;

- IV – Repasse mensal aos sócios, a título de antecipação de sobras, na proporção do trabalho aportado, seja em espécie, em bens de consumo e ou em serviços;
- V – Promoção social e educacional de todos os associados;
- VI – Educação para o trabalho dos filhos dos associados;
- VII – Período de estágio para os primeiros seis (6) meses do associado que ingressar na cooperativa.

No artigo 5:

A cooperativa tem por objetivo principal proporcionar aos sócios à produção coletiva, para produzirem de forma coletiva bens e serviços para si e para terceiros, tendo em vista de melhoria das condições de vida de seus associados, através do desenvolvimento da produção agropecuária, dos serviços, da agroindústria, desenvolvendo as seguintes atividades para a consecução de seu objetivo:

- I – Coordenar o planejamento coletivo da produção e organização cooperativa do trabalho;
- II – Comercializar a produção e adquirir os bens necessários para a produção;
- III – Implementar atividades produtivas, agro-industriais, industriais e comerciais, inclusive criando filiais para tais fins.
- IV – Realizar operação de repasse de crédito e produtos para os associados;
- V – Prestar serviços para associados e a terceiros;
- VI – Garantir a capacitação dos associados e a assistência técnica para a cooperativa;
- VII – Educação para o trabalho dos filhos dos associados;
- VIII – Prestação de serviço de transporte rodoviário”.

O objetivo da presente pesquisa foi conhecer as ações empreendidas pela cooperativa no sentido de fomentar a sustentabilidade do assentamento; não apenas a sustentabilidade social e econômica, mas também a ambiental. Uma vez que a cooperativa propõe-se a fomentar as dimensões social e econômica, conforme se lê no seu estatuto, e o MST propõe em seus objetivos e compromissos que esta sustentabilidade deve ser feita com a preservação da terra como principal patrimônio do assentado, buscou-se através da pesquisa de campo conhecer em que a atuação da cooperativa está de acordo com essa diretriz.

No que diz respeito à dimensão econômica, para os cooperados, foram observados como aspectos significativos para caracterizar a sustentabilidade: rendimento financeiro

individual, posse de bens, existência de assalariamento fora do assentamento e satisfação com a condição de vida atual.

Na dimensão social, foram considerados como aspectos significativos para caracterizar a sustentabilidade: adesão ao sistema cooperativista coletivista, participação nas atividades comunitárias, participação em cursos e outras atividades de formação, participação decisória, participação da mulher e existência de dificuldades com o trabalho cooperativo.

Na dimensão ambiental foram considerados como aspectos significativos para caracterizar a sustentabilidade: o entendimento demonstrado pelos assentados com questões de preservação ambiental e de agroecologia.

Em relação a COPAC, como é uma cooperativa coletivista, as questões relativas ao seu funcionamento são estreitamente entrelaçadas ao funcionamento do assentamento, não existe divisão entre cooperativa e cooperados. É a figura jurídica da COPAC que representa os assentados frente aos órgãos de fomento e instituições públicas e privadas. Portanto, no que se refere à COPAC, apresentaremos o planejamento elaborado para os próximos dois anos, no qual estão contempladas as dimensões que nos propomos a estudar.

Com base na análise documental, nas observações, no diário de campo e nas entrevistas semi-estruturadas, a análise é feita a seguir.

4.7 A SITUAÇÃO ATUAL DA COPAC

O Assentamento 30 de Maio completa 15 anos de existência em 2005. Nasceu em dezembro de 1990. Estão assentadas 46 famílias, sendo que, destas, 18 trabalham de forma

individual nos seus respectivos lotes e outras 27 trabalham de forma coletiva associadas à COPAC.

A direção e a coordenação da COPAC são compostas por um coordenador de cada setor e o Conselho Fiscal por um membro de cada setor.

A Assembléia Geral Ordinária ocorre a cada dois meses. Na ocasião são discutidas as principais definições: Estatuto Social, Regimento Interno, investimentos e balanços.

A distribuição dos associados pelos setores de trabalho é feita mediante assembleias gerais e estes permanecem nos cargos por um período não inferior a dois anos.

A divisão atual dos setores por área de produção é a seguinte:

A) Hortigranjeiro

Trabalham neste setor sete pessoas por dia em caráter permanente. A produção é agroecológica e diversificada, com área de 2,5 hectares, com 11 estufas e um viveiro. Além de abastecer as famílias a produção vai diretamente para o Mercado COPAC, no centro da cidade de Charqueadas. A produção média mensal é de: 480 dúzias de alface, 600 unidades de repolho, 160 dúzias de tempero verde, 60 dúzias de couve, 40 dúzias de cenoura, 32 dúzias de rúcula, 100 dúzias de beterrabas, rabanetes, brócolis e 1280 Kg de morangas e pepinos.

B) Produção de grão

Neste setor, trabalham sete pessoas por dia em caráter permanente. Estão produzindo arroz agroecológico em 50 hectares, colhendo cerca de 300 toneladas de grão por safra. Produzem também aipim em 5 hectares e frutas cítricas em 4 hectares. A estrutura física conta com um armazém com silo secador, três tratores, uma colheitadeira, diversos implementos menores, um caminhão e galpão para garagem.

C) Produção animal

Este setor está dividido entre suinocultura, gado leiteiro, aviário, apicultura e piscicultura. Trabalham neste setor 13 pessoas em caráter permanente. É considerado pelos

assentados como o trabalho mais árduo, porém com rendimento garantido, existe demanda para os produtos e os preços praticados são atrativos. Está composto da seguinte forma:

Suínos – 60 matrizes e 3 reprodutores, plantel total de 400 cabeças, criado ao ar livre no sistema de piquetes. A engorda é a partir de 70 dias de vida quando as crias são separadas das mães e levadas para um período de confinamento na pocilga. Antes do abate, que ocorre a cada 21 dias, os animais são retirados do confinamento e levados de volta para os piquetes. A produção aproximada é de 7.200 Kg de carne por mês, com uma receita bruta de R\$ 13.000,00.

Bovinos – O plantel conta com 180 cabeças, em média 72 estão em lactação. Na criação, utiliza-se o método pastoreio racional voizin, numa área de 90 hectares com piquetes de 40x40m. A pastagem é composta de gramíneas e leguminosas perenes. A produção é de 30 mil litros de leite por mês, sendo 25 mil litros vendidos para a empresa de laticínios Santa Clara. A receita bruta gira em torno de R\$ 18.000,00. Com exceção das vacinas obrigatórias, o tratamento de saúde animal é feito à base de homeopatia.

Aviário – Conta com 1250 aves de postura, criadas em piquetes, produzindo 2500 dúzias de ovos por mês; a receita bruta é de R\$ 2.500,00.

Apicultura – Conta com 100 caixas espalhadas por todo o assentamento.

Piscicultura – Existem 4,6 hectares de açudes povoados por 17000 alevinos, do qual se espera produzir 8 mil Kg de peixe vivo, com previsão de receita de R\$ 24.000,00.

A estrutura física do setor animal conta com serraria, sala de ordenha, resfriador de leite, pocilga, galpão, fábrica de ração, dois aviários e um abatedouro. O abatedouro está em fase final de implantação e terá capacidade de abate diário para 10 cabeças de suínos e 03 de bovinos.

D) Social

Neste setor, trabalham cinco pessoas, nas seguintes áreas:

Secretaria – Responsável pela recepção de visitantes e pela organização burocrática da cooperativa, agendamento de reuniões, distribuição de boletins informativos, distribuição dos pagamentos aos associados, entre outras atividades.

Educação – No assentamento existe uma escola do Ensino Fundamental, com 11 alunos do assentamento e mais alguns alunos que moram nas proximidades e que freqüentam a mesma escola. Existe também uma creche para crianças de um até seis anos; atualmente cinco crianças são atendidas na creche. Crianças menores de um ano ficam com as mães, licenciadas pela cooperativa.

Padaria – São produzidos por mês 220 kg de pães e cucas, 200 Kg de biscoitos e outros doces, como rocamboles e rapaduras.

Agroindústria – Produz conservas (picles), alambique, fábrica de ração, e está em construção um frigorífico. No assentamento, também se faz o empacotamento de arroz, milho e feijão.

E) Mercado

Neste setor, trabalham em média 20 pessoas, sendo que duas famílias do assentamento moram no local e tomam conta do mercado em período integral. O terreno do Mercado de 30x30m e o prédio com toda estrutura interna de funcionamento são propriedades da COPAC, que estão localizados na cidade de Charqueadas. O mercado tem refeitório onde os trabalhadores recebem todas as refeições diárias preparadas pelas mulheres associadas. Para o transporte de trabalhadores e cargas, o mercado tem um caminhão 1618, uma caminhoneta 710, uma Kombi e uma moto. Os estudantes que vão para a cidade ficam meio período na escola e meio período trabalham no mercado em serviços leves que são prestados apenas quando não atrapalham as atividades do estudante; quando têm que estudar para provas e fazer trabalhos escolares são liberados. A principal função do mercado é comercializar produtos do assentamento e da reforma agrária, vindos inclusive de outros

assentamentos da região do Alto Uruguai. Com exceção do leite e parte da produção de arroz, toda a produção do assentamento é escoada via mercado. A receita bruta anual fica em torno de R\$ 190.000,00.

O objetivo da cooperativa é que todos os associados tenham oportunidade de aprender as atividades de todos os setores, porém, ninguém é obrigado a permanecer numa atividade na qual não se sente bem ou se considera pouco preparado. A cada dois anos é oferecida a oportunidade de remanejamento, sendo que nas assembléias todos dão seus pareceres sobre a atuação de cada um nas equipes, inclusive sobre os coordenadores. É estabelecido que a função do coordenador de setor não é uma forma de policiamento, mas de facilitar as comunicações e as pesquisas. Um exemplo que ilustra bem essa forma de trabalho é a atuação do coordenador do setor animal, que deve buscar conhecimentos, tecnologias, enfim, todos os meios para que a equipe desse setor aprimore seu trabalho. Atualmente, estão investindo no pastoreio racional Voizin. O método conhecido como Pastoreio Voisin (PV) constitui uma tecnologia de processo que atende as melhores exigências para o crescimento e desenvolvimento das pastagens e atendimento das necessidades dos animais em pastoreio. Através dos tempos de repouso concedidos aos piquetes, proporciona-se às plantas todas as condições para que possam crescer sem interrupções ou agressões, até que atinjam um novo ponto de corte. Os animais, uma vez por dia, todos os dias (no gado leiteiro, duas vezes), saem de uma parcela semi-pastoreada, de odor desagradável, na qual depositaram seus excrementos, e vão para uma nova, de pasto fresco e odor agradável. Esse manejo diário é o mais poderoso indutor de consumo de pasto verde nos sistemas rotativos de utilização de pastagens. Além de todos os benefícios ecológicos, essa produção reduz os custos, o que é o anseio dos criadores de gado de leite ou corte, cuja maioria enfrenta os baixos rendimentos econômicos de suas propriedades.

Além dos efetivos de cada setor, existem as brigadas de trabalho que são formadas para atender às necessidades urgentes de um determinado setor. Na colheita do arroz, por exemplo, no pico da safra, a equipe titular não consegue dar conta de todo o trabalho, então as brigadas formadas por membros de outros setores prestam auxílio. As brigadas atuam também nos finais de semana, pois as equipes titulares têm folga e são substituídas pelas brigadas. No setor animal, por exemplo, que não pode parar, de segunda a segunda os animais devem receber alimentação, os cercados devem ser limpos, o gado leiteiro ordenhado, entre outras tarefas.

As brigadas são formadas com base em dois critérios: o primeiro é que todos devem ter direito à folga em três finais de semana por mês, o que possibilita fazer rodízio para constituir as brigadas. O segundo critério é a ordem de prioridade dos setores. Atualmente, a prioridade é o mercado, seguido pelo setor animal, setor de grãos, setor social e hortigranjeiros. Por esse critério, o primeiro setor que pode liberar quadros é o hortigranjeiro, e por último é o mercado. Para cumprir horário de trabalho nas brigadas, apenas serão chamados os trabalhadores do mercado que estiverem de folga, jamais do quadro titular.

A COPAC também cumpre o dever de liberar militantes para o MST em âmbito estadual e nacional. Assim, existem dois associados que passam a maior parte do tempo fora do assentamento: um que trabalha no Setor da Frente de Massa estadual e outro que trabalha na Coordenação Nacional. A COPAC paga todos os custos de manutenção destes dois militantes, que ficam a serviço do movimento durante dois anos, e depois são substituídos por outros associados. O rodízio foi adotado para dar oportunidade a todos de fazerem parte da militância e não permitir que o assentado esqueça suas origens como homem do campo.

Os associados da COPAC são homens, mulheres e jovens a partir de 14 anos, com os mesmos direitos e deveres conforme estabelecido no Estatuto e no Regimento.

O instrumento para quantificar a participação de cada associado é a contabilização mensal das horas trabalhadas. O acumulado no ano, que vai de 1 de julho a 30 de junho, servirá para contabilizar a distribuição de sobras.

A principal obrigação dos jovens é com os estudos. Todas as crianças e jovens estão estudando até a quarta série na escola do próprio assentamento, da quinta série em diante vão para as escolas de Charqueadas; dois jovens estão na Universidade e outros dois estão cumprindo serviço militar.

Entre os adultos, o nível de escolaridade é baixo; do total, apenas quatro com Ensino Fundamental completo e dois com Ensino Médio. Nos relatos, muitos disseram que não estudaram por falta de oportunidade, por isso, hoje motivam e oferecem oportunidade aos jovens, seus filhos, para estudarem.

A assistência técnica recebida vem principalmente da EMATER que atualmente conta com um médico veterinário e uma assistente social para atender a comunidade rural de Charqueadas. Não há no corpo técnico engenheiro agrônomo, o que tem dificultado a vida dos assentados. A equipe técnica não consegue cumprir com o cronograma de trabalho, e as visitas que deveriam ser semanais nem sempre acontecem. De acordo com os assentados, o não-cumprimento do cronograma deve-se à falta de condições de trabalho da equipe, que demonstram boa vontade e competência fazendo o possível para prestar atendimento.

A renda média mensal em dinheiro de cada cooperado fica em torno de R\$ 350,00 e é composta da seguinte forma: R\$ 1,15 por hora trabalhada + R\$ 100,00 fixos por mês.

Além do valor em dinheiro, as famílias retiram da cooperativa: gás de cozinha e alimentos a preço de custo, como leite, pão, ovos, arroz, aipim, carnes, frutas, mel, feijão, entre outros. As hortaliças são colhidas e consumidas de acordo com a necessidade de cada família e são gratuitas por ser um lema da cooperativa incentivar o consumo de alimentos saudáveis.

A distribuição das sobras é feita anualmente com base no resultado do balanço anual e a Assembléia Geral determina o destino dos resultados.

Realizações da COPAC:

- a) Agrovila onde moram as 27 famílias;
- b) Creche Ciranda Infantil e praça para as crianças;
- c) Refeitório coletivo para receber os visitantes e que serve também para as missas e festividades, como bailes e aniversários;
- d) Quiosque;
- e) Secretaria;
- f) Campo de futebol;
- g) Churrasqueira;
- h) Escola do Ensino Fundamental de 1ª à 4ª séries;
- i) Rede de energia elétrica e de água (poço artesiano) para todas as famílias;
- j) Rede de telefonia (todas as casas do assentamento têm telefone);
- k) Florestamento com árvores nativas (50 mil mudas de árvores foram plantadas nestes 15 anos de assentamento);
- l) Construção de uma boa relação com a comunidade e a sociedade em geral.

Constatou-se, com base em entrevistas, observações e análise documental realizada no Assentamento 30 de Maio, que a COPAC, fundada pelo assentados, vem cumprindo os objetivos do Movimento, principalmente no que se refere à manutenção das famílias na agricultura com qualidade de vida.

O êxito alcançado pela cooperativa até o momento faz com que os assentados tenham confiança no futuro e estejam motivados para o novo planejamento.

4.8 PLANEJAMENTO DA COPAC

A COPAC tem como metas para 2005/2006: construção de um Centro Comunitário, perfuração de mais um poço artesianos, melhora das estradas internas e implantação de um projeto voltado à juventude rural, a fim de incentivar os jovens a permanecerem no campo.

Os objetivos traçados são:

- Melhorar a qualidade de vida das famílias com ações que aumentem sua renda e a defesa da bio-diversidade;
- Apoiar e orientar as famílias no uso de tecnologias de produção, visando alcançar níveis de produtividade compatíveis com a preservação ambiental;
- Promover a preservação ambiental com ações de manejo, conservação e recuperação dos recursos naturais.

Como estratégia para alcançar esses objetivos pretendem implantar processos contínuos de capacitação, agindo interativamente nas áreas ambientais e econômicas; e melhorar o aproveitamento dos fatores de produção e recursos naturais.

Nos meses de abril e maio de cada ano, os associados da COPAC realizam reuniões de planejamento por setor para avaliação das conquistas e das dificuldades do último ano de serviço e definição do planejamento para o subsequente, que inicia no mês de Julho. A Assembléia Geral ocorre nos meses de Junho. Na ocasião, todos os setores comparecem com suas avaliações concluídas, as metas para o próximo ano estabelecidas e as propostas para execução das metas apresentadas. Nesta assembléia, é avaliada por cada um dos presentes a atuação de cada participante das equipes e da coordenação. A discussão destes assuntos definirá o planejamento geral da COPAC para o próximo ano e a estruturação dos setores.

O planejamento anual da cooperativa gera, além de um plano de ação interno para alcançar as metas, uma pauta de reivindicações a ser encaminhada aos órgãos públicos, uma vez que, algumas ações requerem uma integração com esferas fora do âmbito do assentamento.

A sistemática é a seguinte: de posse do planejamento geral, os assentados reunidos fazem a distribuição de tarefas pelos setores. Essa distribuição origina um plano de ação setorial voltado para as metas globais. A partir daí os membros de cada setor reúnem-se e verificam qual a melhor alternativa de ação das suas equipes o que for considerado inviável passa para a pauta de reivindicações. Faz parte do planejamento da COPAC instalar um posto de saúde para os assentados, e essa é uma antiga reivindicação, mas somente será executado com parceria da Prefeitura.

No setor animal, um desafio da equipe para execução no próximo planejamento é a erradicação da tuberculose bovina, o que requer a presença de um veterinário e a atuação da Secretaria da Agricultura e Pecuária do município, pois, segundo os assentados, o foco da doença não está no rebanho do assentamento, e sim nas propriedades próximas. A reivindicação do setor é que a Prefeitura, através da Secretaria, fiscalize todo o rebanho da região para eliminar os focos de contaminação existentes.

O setor de grãos tem como meta aumentar a área de plantio do arroz orgânico. O impedimento é a pulverização das lavouras pelos vizinhos que usam aviões, facilitando a dispersão dos agrotóxicos que contaminam a lavoura do assentamento. Para a solução desta questão, faz-se necessária a mediação dos órgãos públicos, do contrário a meta não poderá ser atingida.

4.8.1 As ações da COPAC e a dimensão ambiental

Conhecendo o planejamento de trabalho da COPAC para 2005/2006, é possível perceber que as ações da cooperativa tem um forte cunho preservacionista, não descuidando da realidade imediata e da viabilidade econômica, sem a qual os assentados não permanecem na terra conquistada.

O objetivo primordial da cooperativa é a permanência dos assentados na terra conquistada. Neste sentido, a estratégia desde o início do assentamento foi a manutenção de uma atividade que promova uma renda mensal. Uma das atividades escolhidas pelos assentados foi à venda de leite. Outra da qual deriva uma renda, inclusive diária, é a venda de hortaliças. No planejamento destas atividades pode-se perceber o alto grau de preocupação dos assentados com o meio ambiente. Todavia, nem sempre foi assim. No início do assentamento, quando a palavra de ordem era produzir e sobreviver, os assentados trabalhavam no modelo dito ‘convencional’, ou seja, o modelo legado pela revolução verde. Sementes manipuladas, uso intensivo de insumos químicos e dependência do receituário agrônômico, confirmam os estudos de Medeiros e Leite (1999).

A conversão do modelo convencional para o modelo agroecológico deu-se no decorrer dos anos com a constatação de que a produtividade despencava enquanto o uso de insumos aumentava, elevando conseqüentemente o custo da produção. Nas palavras dos próprios assentados: “estávamos ficando novamente sem terra, assentado sem terra”.

O entrevistado E3, trabalhador no setor animal narra como foi a conversão do sistema de pastoreio extensivo para o atual pastoreio rotativo.

No início do ano de 1991 começamos com 10 vacas trazidas pelas famílias e colocadas no coletivo, eram vacas comuns o leite era para consumo interno, principalmente para as crianças. Foi se descartando algumas e segurando as melhores, em 92 foi comprado 7 vacas

Holandesas. Começamos fazer queijo, mas avaliamos o custo e paramos de fazer, então começamos a vender o leite nas casas da cidade de Charqueadas, também para o consumo interno.

O rebanho foi aumentando com reprodução destas e com a produção e projetos. Em 94 tínhamos 40 vacas. Aumentou a venda do leite nas casas, mas tivemos problemas no recebimento, em 96 mudamos novamente a venda, começamos entregar para indústria, laticínio do município de São Jerônimo, Unileite do município de Ivoti e finalmente então para a cooperativa Santa Clara do município de Carlos Barbosa.

Até 96 nós não fazíamos manejo, as vacas eram largadas no campo extensivo, fazendo com que as vacas não aproveitassem o potencial da área, nós fazíamos cilagem para o ano todo, isto era um custo muito alto, este gasto a mais, também se dava na ração. Nossa média era de 12 litros leite por vaca.

Chegamos a conclusão que deveríamos mudar a maneira de trabalhar com o gado leiteiro, Entre 96 e 2000, foi plantado novos tipos de grama como, tifton, ermati, estrela africana, pensacola, e ainda continuamos com campo nativo. Mas ainda não era pastoreio rotativo, não se respeitava o repouso necessário para a pastagem. Tivemos a decisão de não mexer mais na terra, iniciamos o piquetamento por conta, sem dados técnicos.

É interessante observar que os assentados, embora sem uma assistência técnica adequada, partiram da observação pessoal e, usando de criatividade, passaram a introduzir modificações nas suas formas de trabalho. O relato continua:

Durante o ano de 2000 fomos convidados a participar de alguns cursos sobre remanejo aproveitamento da área convidados pela regional do MST de POA e EMATER Charqueadas. Então, iniciamos com piquetes de 40x40m com corredor de 5 m, de largura. O remanejo era feito nos piquetes e convencional. Outros cursos são: melhoramento da pastagem, produção de alimento, como fazer ração, cilagem, pastagem convencional, aveia, milheto e azevém.

Fomos observando a diferença que se dava no aproveitamento da pastagem, com isso fomos melhorando a leguminosa do campo nativo introduzindo na pastagem perene, ervilhaca cornichão e aveia azevém por lança. Hoje temos um total de 90 ha que é usado para o piquetamento, 50 ha é construção fixa e 40 são piquetados durante o uso de pastagem de inverno, cercado com um fio de arame liso eletrificado.

O manejo é feito entre trinta a quarenta dias cada piquete, com isso a pastagem tem uma melhor qualidade, também há um aproveitamento do adubo produzido pela própria vaca, respeitando o meio ambiente,

os dejetos e urina não vão para os rios e fontes de água, ficando no local se diluindo e se transformando em adubo, o que evita a erosão da terra, pois a terra fica sem ser mexida. É importante para o controle das doenças, que se dá através do descanso da terra, eliminando os vírus, bactérias, dando vida ao solo, os animais não posam no lodo, com isso o animal fica mais resistente a doenças.

Há uma área de 2,5 ha só para as terneiras, também no sistema rotativo. Os terneiros são descartados, vendidos no nascimento não há viabilidade econômica.

Novamente aqui é possível observar o uso dos recursos locais e da sabedoria popular, quando os assentados resgatam o conhecimento sobre os métodos homeopáticos de manter a saúde animal, Sahtouris (1998). Os assentados observaram uma sensível melhora na produtividade e otimização no uso dos recursos. Prossegue o relato do entrevistado E3:

Usamos produtos homeopáticos, para vermes, carrapato, mosca do chifre entre outras. Para mamite usamos banha com alho, para vermes usamos também alho na ração. Hoje ainda temos a suplementação alimentar cilagem em períodos de inverno ou seca, a ração no rebanho é em média de 2kg por cabeça/dia.

Vantagem do pastoreio rotativo:

- Aumenta a produção de leite por ha.
- Diminui o custo de produção.
- Melhora a sanidade animal.
- Melhora o ambiente.
- Base para produção de leite orgânico.

Importante frisar que este trabalhador não é da coordenação, mas respondeu com tranquilidade todas as questões relativas não só ao planejamento global da cooperativa, mas também do setor animal, no qual trabalha, revelando estar bem informado sobre o andamento de todas as atividades. Antes de ser trabalhador no setor animal, ele foi militante, um ‘liberado’ da cooperativa para atuar na Frente de Massa do MST no Rio Grande do Sul. Como militante representou o MST em eventos em países da Europa, deixando-o bastante satisfeito, pois não pôde estudar quando jovem, e o fato de estar atuando no Movimento franqueou-lhe a oportunidade para um mundo vasto de conhecimento, o que ele até então imaginava ser possível apenas aos ‘estudados’.

A narrativa do entrevistado permite conhecer o alto grau de comprometimento deste trabalhador e da cooperativa com a viabilidade econômica e ambiental da produção leiteira do assentamento.

Na conversão do sistema da horta, podemos perceber, na narrativa do entrevistado, a consciência a respeito do que é estar simplesmente reproduzindo um modelo imposto, sem questionar sua validade, sua aplicabilidade, suas conseqüências. Muitas vezes, essa reprodução ocorre por falta de esclarecimento, falta de alternativas, e a narrativa nos permite perceber que a conversão de modelo começa na mente das pessoas, o que corrobora Shiva (2003).

O entrevistado E2, coordenador do setor da horta, narra como foi a conversão do modelo de produção de hortaliças:

Herdamos do sistema imposto através da revolução verde, o uso intensivo de máquinas agrícolas, tínhamos a idéia da grande lavoura, da quantidade, de produzir bastante nem que para isso fosse preciso envenenar a terra e o meio ambiente, por meio de venenos e adubos solúveis. Ainda não tínhamos uma educação ambiental. Os resultado dessa prática foi que não avançamos economicamente como esperávamos, pois nesse tipo de modelo o custo de produção é muito alto, elevado demais para nós que partimos do nada, tudo vinha de fora do assentamento a dependência externa era muito grande.

Inicialmente o nosso assentamento fez investimentos nas áreas de infra-estrutura para estruturar o assentamento, pois quando aqui chegamos não havia absolutamente nada, apenas o campo bruto esperando para ser cultivado. Num primeiro momento esgotamos toda a capacidade de produção de nosso solo, quando percebemos estávamos ficando novamente sem terra.

Os adubos solúveis dão resultados mais imediatos, porém não recuperam o solo, pelo contrário agredem o solo e o meio ambiente. Após um trabalho intensivo da Emater, Fundação Gaia e COCEARGS, que trouxeram para nós experiências de outros assentamentos com resultados de recuperação de solos através da adubação verde, ai se iniciou um trabalho em pequenas áreas e entendendo como um processo, onde continua até hoje.

Nesse ponto da narrativa, o entrevistado demonstra clareza no conhecimento dos hábitos de vida dos insetos, fazendo diferença entre o que pode ser considerado uma praga ou não, dependendo do ângulo de visão do observador. A narrativa prossegue:

Aqui na horta temos que ter clareza de uma coisa, não existe inseto praga, existe inseto com fome, aí que está nossa capacidade de conhecer as plantas que são as preferidas de cada inseto, se elas não estiverem disponível eles vão atacar as nossas plantas.

A horta nasceu com dois objetivos principais, atender a demanda das famílias consumo interno e ser uma horta que de fato seja mais uma fonte de renda, ou seja, uma horta com um caráter comercial. Para nós que éramos acostumados somente com lavouras extensivas, andar ao redor dos canteiros era muito estranho, pois não acreditávamos que isso ia dar lucro.

No início foi assim, a primeira estufa, os primeiros canteiros, mas aos poucos fomos aumentando de acordo com nossa capacidade financeira e técnica, na época nós tínhamos mão-de-obra, porém não era especializada. A comercialização era feita de forma direta aos consumidores, através das feiras livres na cidade de Charqueadas. Ampliamos a área cultivada chegando a 2 ha de terra e 29 estufas, nesse período boa parte da produção ia para a CEASA, que esta exige novos desafios, mais qualificação que até então era desconhecida, no que se refere na qualidade dos produtos, apresentação e padronização dos mesmos e planejamento mais rigoroso. Para obter essa resposta, em contra partida se intensificou cada vez mais o uso de veneno e adubo químico.

Ao longo dos anos, quando o adubo químico e venenos não resolviam mais os problemas com pragas, insetos fungos e solo, nós mudávamos a horta de lugar, buscando uma nova terra teoricamente descontaminada. No conjunto das atividades da COPAC também se vivia uma crise de modelo, nas culturas de arroz, milho, feijão, leite. Somos resultado da revolução verde, herdamos isso e estava na nossa cultura produzir assim. Tínhamos a idéia da grande lavoura, da quantidade, do resultado econômico, da ilusão. Sem ter uma educação ambiental.

Nesta narrativa, pode-se perceber que a mudança de modelo tecnológico veio da constatação de que o pacote da revolução verde não é viável para a sustentabilidade do assentamento, confirmando os estudos de Guivant (1995), Sahtouris (1998). Enquanto essencialmente agrícola, a produção do assentamento não pode estar dependente de tal

tecnologia, pois seria inviabilizado pelo esgotamento da terra, na continuidade desse modelo o assentado estaria expulsando a si mesmo da terra e conquistada. A narrativa continua:

Chegou um momento onde esgotamos toda a capacidade de produção de nosso solo, quando percebemos estávamos ficando novamente sem terra e com um solo mais pobre do que quando iniciamos o cultivo da terra. Foi ai que decidimos iniciar um processo de transição para a agroecologia do conjunto das atividades da COPAC, tanto de origem vegetal como animal.

Anteriormente a decisão da mudança de modelo, fizemos alguns ensaios e algumas práticas, sem ter muito claro onde isso ia chegar. Mas somente depois que foi decidido politicamente, que não entraria mais veneno nem adubo químico da porteira para dentro e cada setor da COPAC tinha que ver em conjunto a assistência técnica, qual seria a melhor forma de produzir de forma ecológica. Mesmo que fosse preciso perder alguns produtos no início, o mais importante era a experiência que iríamos acumulando, pois até então, simplesmente vínhamos reproduzindo um modelo falido, cheio de receitas que não davam resultado.

O nosso primeiro desafio foi à recuperação e conservação de nosso solo, entendendo que sem esse recuperado dificilmente faremos agroecologia.

Nas áreas mais degradadas foi feito um planejamento de manejo e adubação verde e os casos mais graves se encontram até hoje em descanso para que vão se recuperando. Os canteiros foram refeitos de forma definitiva, em nível observando o caimento do solo, permitindo que estes tenham um maior aproveitamento da água, uma importante fonte de vida. Água sem qualidade poderá trazer ainda mais problemas para dentro da horta e por consequência evitando erosão e esgotamento ainda maior do solo.

Geralmente os assentamentos ocorrem em solos degradados e sem base para se iniciar uma implantação de culturas e sempre os recursos financeiros são poucos ou quase nada. Para o desenvolvimento da agroecologia de forma massiva, o MST deveria reivindicar uma fonte de recursos junto aos governos, (a fundo perdido) para a reestruturação e conservação dos solos, já que sem esses recuperados jamais podemos implantar e desenvolver uma agricultura agroecológica.

A narrativa do assentado permite perceber o comprometimento com os objetivos da cooperativa, além de firmeza, decisão séria de optar pela mudança de modelo e assumir os riscos advindos dessa posição.

Poderíamos ainda transcrever outras narrativas dos assentados que corroboram a decisão da cooperativa de investir na produção agroecológica, mas julgamos, que sendo estas duas atividades, venda de leite e hortaliças, as mais importantes para a viabilização econômica das famílias, estas narrativas demonstram em boa medida o quanto a COPAC vem sendo coerente com o discurso ambientalista do MST e com os objetivos dos assentados: permanecer na terra com qualidade de vida. Julgamos que está caracterizada a sustentabilidade ambiental do assentamento.

Na dimensão ambiental, a cooperativa tem todo o planejamento da produção agrícola voltado para a segurança alimentar, e os assentados demonstraram envolvimento com as questões ecológicas. O modelo tecnológico privilegiado é a agroecologia, na qual a cooperativa vem investindo na busca de assistência técnica para capacitação dos associados.

4.8.2 As ações da COPAC e a dimensão social

A sustentabilidade social do assentamento envolve aspectos relacionados ao bem-estar das pessoas que ali residem, ao processo educativo e ao modelo de gestão que deve ser democrático, colaborativo e participativo. A vida social dos assentados e a sua inserção na comunidade de entorno é outro aspecto importante a ser considerado. Observamos como se realizam as relações de gênero entre os assentados para verificarmos se também, neste sentido, o discurso do Movimento faz-se atuante.

Nos dias de permanência no assentamento para realização desta pesquisa, foi oportunizada a participação em dois eventos. O primeiro foi uma reunião geral dos assentados

com os técnicos da EMATER e da Secretaria da Agricultura do Município. A reunião teve como objetivo fazer conhecer aos órgãos públicos as demandas dos assentados, as quais fazem parte do planejamento da COPAC para 2005/2006. A referida reunião teve duração de duas horas, participaram todos os associados da COPAC, com exceção das brigadas de trabalho.

A reunião foi conduzida por uma técnica da Prefeitura, que abriu os trabalhos falando sobre colaboração. Isto porque o atual prefeito pretende fazer um planejamento participativo no município, razão pela qual chamou os assentados para contribuírem. Homens e mulheres participaram da reunião, mas apenas os homens se pronunciaram, falando sobre as demandas do assentamento. A principal cobrança dos assentados foi uma ação mais efetiva da Secretaria na fiscalização dos produtores vizinhos ao assentamento que pulverizam suas lavouras com avião, contaminando as lavouras do assentamento. Da mesma forma, foi cobrada uma vigilância mais efetiva em relação à tuberculose bovina. No assentamento, foram sacrificadas 50 cabeças de gado para conter o alastramento da doença. Entretanto, os vizinhos não têm o mesmo critério na manutenção da sanidade animal, o que acarreta novos focos de contaminação. Para a região, os assentados propuseram a realização de estudos, via prefeitura, que viabilize a transformação de Charqueadas em uma 'bacia leiteira' e ainda que se aproveite melhor o potencial hídrico da região, incentivando a piscicultura com a construção de uma unidade industrial para processamento de peixe. Os técnicos passaram por escrito as sugestões apresentadas e comprometeram-se a repassar ao prefeito.

Outro evento foi uma recepção, seguida de palestra e dia de campo, promovida pela COPAC e oferecida aos sem terra de dois acampamentos, o Capela e o Sinos. Compareceram cerca de 50 pessoas destes dois acampamentos, que vieram em busca de conhecimentos e experiência dos associados da COPAC. Os principais assuntos tratados na palestra inicial foram o sistema cooperativista coletivista e a agroecologia.

Na palestra proferida pelo coordenador da horta, foram enfatizados aos acampados os prós e contras do modelo de cooperativismo da COPAC, seu funcionamento, as vantagens que se pode obter e as dificuldades encontradas. Em relação à agroecologia, enfatizou as razões econômicas, ambientais e políticas que determinaram a opção pela utilização deste modelo de produção. Depois da palestra, parte do grupo foi conhecer o assentamento e, especialmente, a organização e manejo da horta. Aproveitaram a oportunidade e levaram mudas e sementes para os acampamentos e marcaram nova visita para receber um conteúdo mais prático do trabalho com agroecologia.

Com estas reuniões, pôde-se perceber o quanto os assentados estão inseridos na comunidade e a atuação da cooperativa no sentido de disseminar as boas práticas agrícolas. De acordo com a secretária da COPAC, entrevistada E6, o assentamento recebe em média duas mil pessoas por ano entre visitantes, estagiários, estudantes e membros do MST que vem trocar experiências.

Em relação à educação, a COPAC mantém uma creche e uma escola do assentamento, que privilegia uma educação voltada para a realidade, tendo em vista que o sistema de ensino é próprio do Movimento. O entrevistado E7 declarou: “A política de educação é voltada para a realidade dos assentamentos onde as crianças vivem, uma política onde as companheiras mulheres têm espaço, e tudo isso é reivindicação e luta também...”.

Na educação de adultos, o MST promove o sistema de Educação de Jovens e Adultos – EJA – do qual participam três assentados, um que cursa o Ensino Fundamental e dois que cursam o Ensino Médio. O contato com esses estudantes revelou o quanto está sendo importante na vida deles o acesso ao conhecimento. Os três estão perto dos quarenta anos e estudar era um sonho acalentado desde criança. Os trabalhos de sala de aula no EJA também têm como tônica a realidade vivida pelos assentados, e todos os exemplos usados em sala de aula têm a vida no campo como inspiração. Os trabalhos solicitados aos alunos têm como objetivo fazê-

los apresentar aos colegas as respectivas tarefas, sua atuação dentro do movimento. Conforme relata o entrevistado E3:

[...] fiz o primeiro grau e agora estou fazendo o ensino médio. Tem mais duas etapas para completar o ensino médio. Está sendo difícil recuperar o que tinha aprendido na época, e claro o ensino mais avançado, muito tempo parado, sem banco de escola, por outro lado não é tão difícil porque a gente tem uma história de vida, junto com a história do Movimento que a gente vem construindo também, as duas coisas se completam.

Assim, se um aluno trabalha no setor de grãos, ele vai levar para a escola trabalhos escritos sobre a sua área de atuação, por exemplo, vai escrever um artigo sobre a produção de arroz orgânico. Dessa forma, compartilham experiências e elevam a auto-estima, e todo o trabalho é igualmente valorizado, pois o funcionamento do assentamento e do próprio MST somente é possível com o trabalho de todos; não existe o trabalho mais importante, ou a função mais humilde. A limpeza das estrebarias ou contabilidade da cooperativa tem igual importância; todas as atividades são necessárias, insubstituíveis dentro do seu momento; todo aluno tem uma atuação considerada importante dentro do Movimento. A fala da entrevistada E6 foca a igualdade de tratamento para as funções desempenhadas pelos cooperados:

[...] o nosso caso, todo mundo é sócio, todo mundo é dono, todos tem seus direitos e deveres. E tem o cooperativismo de forma tradicional que é aquela hierarquia e tem 4 ou 5 que mandam, se fosse assim, a coordenação compraria do sócio, só que não é assim. Aqui a coordenação é sócio também, e trabalha também, e ganha também de acordo com quanto trabalha. E é R\$ 1,15 para qualquer função, para qualquer horário, independe de escolaridade.

Em relação ao lazer, a COPAC oferece aos assentados uma opção a qual dificilmente um pequeno agricultor teria acesso. Os associados têm direito a trinta dias de férias não remuneradas; compete a cada um fazer sua programação financeira para viabilizar sua

programação de férias. O período escolhido sempre é comunicado à cooperativa de modo a providenciar uma escala de substituição nos postos de trabalho. A maioria dos associados aproveita este período para ir à praia e visitar os parentes, especialmente os pais.

Uma vez por ano, normalmente em fevereiro, vão à praia. Organizam-se em duas turmas, cada uma com direito a quinze dias, ficando hospedados em alojamentos pertencentes à igreja. Os entrevistados demonstraram muito contentamento com essa possibilidade, pois todos os anos podem aproveitar o mar, longe das lidas diárias do campo, com o tempo todo para o lazer. A entrevistada E4 comenta: “... é um lazer onde a gente esquece totalmente da cooperativa...”.

O refeitório do assentamento é o espaço utilizado para as reuniões, festas, e missas. As missas acontecem uma vez por mês, de acordo com uma programação prévia. Neste local, são realizadas as comemorações maiores, como aniversário da COPAC e do assentamento, festa de São João e as comemorações especiais. A entrevistada E6 comenta: “no ano passado no dia das mães os homens fizeram um jantar para nós no refeitório, assim muito bonito, então dia dos pais nós fizemos para eles, entregamos presente e tal”. A festa de São João é conhecida até mesmo em Charqueadas, os assentados convidam toda a comunidade a participar. O entrevistado E1 declarou:

É raro os anos que não tem uma grande festa. E talvez algum torneio, festinha de dia dos pais e dia das mãe, a gente faz, e traz gente de fora, da cidade. Nós temos uma convivência com o pessoal de Charqueadas muito grande, então às vezes eles perguntam, quando é que vai ter festa lá (?). Aqui tem um lugar muito bonito para festas, está faltando ainda mais estrutura, mas o pessoal que vem da cidade para cá, pra eles é outros quinhentos, então o pessoal gosta de vim para cá de qualquer maneira.

A construção de uma convivência harmoniosa com os moradores de Charqueadas foi um grande desafio para os assentados, o entrevistado E8 comenta que no início houve uma política contrária à implantação do assentamento. Segundo ele:

Era um município que não conhecia a palavra sem terra e para eles além do presídio, eles achavam que chegaram outros quase pior. Então tu trabalhou na lógica de hoje nós chegar em qualquer loja, em qualquer estabelecimento e comprar o que quiser.

No início tinha vereadores que vinham na rádio e falavam contra, então a melhor resposta nós damos no dia a dia, não adianta atacar, que aí vira uma baixaria, então a gente trabalha, na parte de esporte, comercializando, e as coisas vão acontecendo e deslançando por si só.

Atualmente, os assentados são bem recebidos em Charqueadas, especialmente depois da inauguração do Mercado COPAC, que é conhecido como ‘mercado dos colonos’. Através do Mercado, os assentados conquistaram a confiança e o respeito dos moradores, fazendo campanhas, sorteando cestas de mantimentos com direito a visitas ao assentamento, onde os visitantes são recebidos com almoço especial.

Com relação à condição das mulheres no assentamento, observamos que persiste uma divisão nas tarefas, embora alguns homens apresentem uma postura mais aberta, especialmente os mais jovens. Entre os casais mais antigos ainda perpetua o modelo tradicional; algumas coisas são próprias de mulher, outras são próprias de homens. O entrevistado E2 comentou que: “... ainda tem casos aqui em que a mulher faz tudo, tem aqui algumas raízes que são mais tradicionais, conservadoras, tem uns ainda que acham que a tarefa da mulher é cuidar do marido (risos)”.

O objetivo da cooperativa é envolver as mulheres no trabalho coletivo. Experiências de outras cooperativas do movimento demonstraram que as mulheres que não encontraram espaço de trabalho dentro da cooperativa abandonaram as atividades agrícolas e passaram a desenvolver outras tarefas fora do assentamento.

Na COPAC, todas as mulheres estão inseridas em algum setor e são responsáveis por alguma atividade, exceto as mães com bebês menores de um ano. No entanto, a entrevistada E6 declarou:

Pode-se dizer que desde do início as mulheres já evoluíram bastante, mas o trator, por exemplo, nunca dirigiram, nem caminhão, a camionete e a Kombi. No mercado as mulheres nunca foram no açougue, já no setor social é só mulher, tem uma que cuida da creche, então tem uma mulher lá que cuida das crianças para que as outras mulheres trabalhem. No refeitório é só mulher, quando tem que cozinhar para receber as visitas, é só as mulheres que cozinham. Mas em casa eles cozinham bem! Tem uns dois ou três que tem carro, e as mulheres estão aprendendo a dirigir, tem a filha de um que já sabe.

Na COPAC, há cinco setores e em apenas um deles a coordenação está a cargo de uma mulher. Da mesma forma, na coordenação geral há apenas uma mulher, mas há uma mulher do assentamento que é da Coordenação Nacional do MST.

Nenhuma das mulheres está no EJA, e a principal alegação para não estarem estudando é o cuidado com os filhos. A entrevistada E5, mãe de dois meninos, diz: “... meu marido quer que eu volte a estudar, mas agora não dá, ele diz que cuida dos meninos, para eu ir, mas prefiro esperar mais um pouco, para eles estarem mais crescidos...”.

No âmbito do lazer, as mulheres também se dizem prejudicadas, pois apenas os homens têm uma atividade de lazer semanal, toda a terça-feira a noite vão jogar futebol em Charqueadas, inclusive participam do campeonato municipal, e já conquistaram dois primeiros lugares. Algumas vezes, fazem churrasco depois do futebol e, nessas noites, algumas mulheres acompanham os maridos. Todos os entrevistados concordam que o lazer para as mulheres é pouco e ainda não encontraram um meio de equacionar o problema.

As mulheres também se queixaram de não estarem sendo ouvidas nas reuniões e que, quando são ouvidas suas opiniões não são respeitadas. A entrevistada E5 relata:

[...] Até que ouvir, ouvem, mas a importância é mínima. Porque é tipo assim, tu estás ali, tu ouve, a partir do momento que tu estás numa assembleia tu vai ouvir, todo mundo vai me ouvir, mas depois vamos ver se vai ser respeitado alguma coisa do que eu também acho.

A entrevista E4 concorda com a afirmação, dizendo:

Olha hoje, na nossa situação hoje aqui, como mulher não tem muita voz, não é muito levada em conta. A gente trabalha, participa das reuniões, mas não é muito ouvida. Falta lazer, porque os homens saem, nós é trabalhar e trabalhar, sempre em casa.

Estes depoimentos confirmam que a condição da mulher no assentamento e na COPAC ainda não está de acordo com o tratamento igualitário proposto pelo MST nos seus objetivos gerais, conforme o sexto item “Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher”.

Essa constatação faz parte de um determinado momento, um corte da realidade, e pode-se julgar que, a exemplo de tantos outros objetivos já alcançados pela COPAC, a participação igualitária da mulher da mesma forma o será. Cabe a estas mulheres guerreiras abrirem ainda mais seu merecido espaço e elevarem alto sua voz. Certamente, possuem meios para transformar a realidade em que vivem hoje e toda a sociedade ganhará com isso.

Em relação ao bem-estar geral, os assentados se dizem satisfeitos, gostam do lugar onde moram, gostam dos setores onde trabalham, e na grande maioria dos casos, consideram-se bem adaptados ao trabalho coletivo.

No quesito saúde, deixam bem claro a relação que existe entre a manutenção da própria saúde com o meio ambiente. A entrevistada E5, que trabalha no Mercado, quando indagada sobre o uso de agrotóxicos, comentou: “... quando a gente usava esses produtos na lavoura meu marido ficava com bolhas pelo corpo, uma alergia que a gente sabe que era

desses produtos, depois (da conversão para orgânico), nunca mais, então tu vê a importância disso...”. O entrevistado E2, ao falar sobre os motivos da conversão da lavoura para o modelo orgânico, foi enfático, questionando até mesmo a ética dos produtores que trabalham com agrotóxicos, o que nos permite perceber o alto grau de consciência demonstrado por estas pessoas, que estão preocupadas não apenas com a própria saúde, mas com a saúde dos consumidores, e vão além, considerando sua prática de trabalho um legado importante para as futuras gerações.

A herança que nós pretendemos deixar, na verdade nós estamos criando as condições, nós estamos preocupados não só conosco, mas com as outras pessoas que vão comer esses alimentos, se comer um alimento com veneno, vai prejudicar a saúde dos outros também, tem gente que trabalha com veneno, mas só no produto para vender, para eles comerem, eles tem horta separada, sem veneno. Onde é que entra a ética nesse negócio? Então tomamos a decisão porque não gastamos com veneno agora e nem com remédio depois, podemos erguer a cabeça.

Os assentados consideram a forma de trabalho no coletivo um grande aprendizado, demonstram um alto grau de tolerância uns para com os outros e sabem que estão construindo alguma coisa para a sociedade, que vai muito além dos objetivos da cooperativa, a experiência de que é possível fazer diferente. Com respeito às diferenças que existem entre as pessoas, elas podem ser oriundas das diferenças étnicas, culturais, religiosas, ou devido a idade e o nível de instrução, essa diversidade é riqueza quando utilizada para criar sinergia no ambiente.

O princípio da democracia na cooperativa está calcado primeiro no respeito às pessoas e suas necessidades. Por isso, há uma grande flexibilidade nas ações. O entrevistado E2 fala sobre a convivência na agrovila, como uma escola, onde aos poucos as pessoas têm a oportunidade de se desapegar da crença no individual e da necessidade da competição. Diz ele: “... a convivência no coletivo é uma forma de educação, muda-se a mentalidade assim...” e continua dizendo:

[...] então cada um tem uma história diferente, e isso nós temos que compreender, mas o coletivo tem que se pautar por alguma coisa, algo que vai direcionar, é como o Movimento, tem várias paradas para chegar ao objetivo final, uma nova sociedade, mais justa, alguns chamam de socialismo, outros chamam de sociedade mais humanitária... e quando vai chegar? Essa é a questão, agora ele vai!

A crença na possibilidade de mudança da sociedade está presente em muitas falas.

Os assentados consideram-se instrumentos da mudança no país e tem orgulho de poderem ser vistos como exemplo, um bom exemplo de como a reforma agrária dá bons resultados, de como os agricultores têm capacidade, coragem, criatividade e que podem viver bem no campo.

O entrevistado E3, quando indagado a respeito do objetivo de trabalhar cooperativamente, faz um depoimento bastante elucidativo:

É uma forma de aprendizado, e a única forma, porque quando nós ainda estávamos no acampamento a gente já vinha discutindo como é que nós vamos trabalhar na terra, como é que nós iríamos resistir na terra. A decisão foi de se organizar, de trabalhar diferente do que se via lá fora, uma forma individual, artesanal, o agricultor artesão que fazia tudo, no começo era para ser um grupo coletivo, e depois não, fazer uma cooperativa coletiva. Aonde que a gente vinha estudando, para gente conseguir diversificar a produção e competir, aonde chegamos a conclusão que quando chegasse aqui, não dividir a terra. A gente fez foi divisão social do trabalho, isso para mim sim é uma cooperação, é um aprendizado. Uma parte das pessoas produz o arroz, outra parte produz na horta, outra parte o suíno, e outra parte o leite, agroindústria, mercado, se completa o ciclo da agricultura mesmo. Nós através da cooperativa conseguimos as três fases, a organização, a produção, agroindústria, e o mercado. Uma verdadeira reforma agrária deveria ter esses fatores principais, que é onde as famílias se viabilizam. Se não completa esse ciclo, chega ao consumidor a nossa produção é muito difícil, se a reforma agrária não for assim completa, não avança, ou avança em algumas áreas formação, educação, na mudança geográfica, mudança social, econômica, política, tudo isso, mas deveria de fato ter um incentivo para ter essa questão satisfeita. É nosso desafio. Então cooperativismo é isso, cooperação, é a gente conseguir se viabilizar em conjunto. Porque é assim ó, se eu tivesse sozinho lá em Frederico, outro lá em Ronda Alta, nós não tínhamos chegado aqui. Quando você começa um acampamento você já começa uma grande cooperativa. É um trabalho de cooperação de os pobres se organizar, se o objetivo é a conquista da terra, vamos nos organizar, se o objetivo é se manter na terra, vamos nos organizar. Nosso objetivo é

mudar a sociedade, então fazemos nosso exemplo para mudar. Não basta a gente fala é preciso fazer.

A respeito da atuação da COPAC, o entrevistado E7 relaciona os bons resultados da cooperativa com a formação política recebida pelos acampados. Segundo ele:

Quem entrou no Movimento, que foi uma luz que apareceu ai para gente mudar de vida, conquistar um pedaço de terra para trabalhar, tudo que a gente faz, tudo que a gente aprende, é uma lição de vida. A minha formação política aconteceu com o Movimento, isso na prática, não fazendo cursos teóricos. Para quem saiu lá de Três Passos, na barranca do Rio Uruguai, e ver tanto latifúndio improdutivo e o governo prometendo fazer reforma agrária, precisa ver mais que isso, não precisa, é só ver a miséria que a gente vê nas periferias das grandes cidades e tanta terra improdutivo no estado. É só quem não enxerga, quem fica grudado todo dia na tv e não sai, conhecer o estado e conhece as coisas que vai ter aquela visão da Globo, da RBS, que os acampados só destroem as coisas, não vê o outro lado da moeda, a RBS e a Globo, nunca divulgaram uma reportagem aqui do assentamento. Quem financia a RBS? Os empresários, os grandes latifundiários, então eles vão falar aquilo que interessa aos grandes, não passam o que interessa aos mais humildes, aos trabalhadores, eles tem que falar mal de quem, falar mal dos sem terra, vão falar bem dos sem terra para as outras pessoas apoiar? Tem terra para fazer reforma agrária em todo canto e gente para trabalha também tem, quem tem um mínimo de inteligência, ele vai perceber que a situação na cidade está cada vez mais complicada. Cada vez mais as famílias que moram nas cidades estão cercando suas propriedades, botando sistemas de segurança, porque que estão colocando isso? Porque tem muita gente desempregada, passando fome, e vai ter que roubar né? Porque não tem emprego, tem gente que diz, se a pessoa quer trabalhar, ela arruma emprego, mas não é tão simples assim. Hoje é difícil tu entrar sem ter o 2º grau, e quem tem condições de fazer o 2º grau? É poucas pessoas que tem essa oportunidade e hoje as empresas estão exigindo isso.

Os assentados em geral mantêm um estreito vínculo com o MST e participam de todas as campanhas. A COPAC libera pessoas e recursos materiais para dar continuidade a luta dos sem terra, e este é considerado o objetivo político da cooperativa e também está sendo cumprido. Ao referirem-se ao Movimento, é comum dizerem “o MST somos nós”, da mesma forma que se referem à COPAC, “a cooperativa somos nós”. Apesar de estarem

assentados há 15 anos, os assentados, de Charqueadas não perderam o vínculo com o Movimento e continuam identificados com as lutas. O entrevistado E9, que é um ‘liberado’ da COPAC e presta serviço no Setor de Frente de Massa do Rio Grande do Sul, fala da campanha contra os transgênicos. Segundo ele, a política do Movimento é contrária à utilização de variedades geneticamente modificadas. Conforme seu relato, o Movimento tem procurado alternativas economicamente viáveis para dissuadir os assentados que plantaram essa variedade de soja.

O assentado é um pequeno agricultor e o assentado precisa sobreviver, então se não tem alternativa ele vai atrás, e alguns plantaram soja transgênica, eles querem uma renda, e não interessa da onde venha. Então nós temos região do estado que produz soja orgânica, e o Movimento tem a política de não plantar soja transgênica, mas tem alguns que se fecham e não aceitam e o Movimento não tem como controlar isso. Nós não temos que proibir ninguém, nós temos que educar, ensinar, mostrar porque que não queremos soja transgênica e a gente faz, até a gente diz tu não vai plantar, a gente diz, e tem umas políticas severas, nós deixamos de considerar ele (o infrator) como membro, a não ser que ele se recicle depois. Mas é um assentado e a própria assistência nossa é para todos os assentados, independe se ele é um militante ou não. Então não pode dizer que ninguém planta, alguns plantam, mas a nossa política aqui mesmo na região de Jóia que tem alguns companheiros que plantaram soja transgênica e muita soja, agora nós temos uma cooperativa lá de laticínios, recolhimento de leite, nós entregamos 120 mil litros de leite, então nós estamos desenvolvendo uma alternativa para contrapor a soja. Para contrapor as corporações e as grandes empresas que vem colocar aquilo que eles querem, tem muita gente que não tem serviço, tem que dar uma alternativa e o leite está sendo uma das grandes, tanto na região sul como na região norte do estado.

Um aspecto bastante enfatizado pelos assentados é a democracia. O Movimento tem diretrizes nacionais, mas são as bases que decidem o que cada assentamento vai priorizar na sua luta pela sobrevivência, a democracia local é citada por Leff (2002) e Sahtouris (1998), como fundamental para as estratégias de sobrevivência dos povos marginalizados. As diretrizes não são imposições e não existe policiamento; o que existe é uma formação, uma pedagogia voltada a transformar essas pessoas em cidadãos mais conscientes de seus direitos, porém da mesma forma mais conscientes de seus deveres, não somente como cidadãos, mas

como seres humanos. O entrevistado E7, ao ser indagado sobre a diretriz do Movimento quanto à matriz tecnológica adotada na cooperativa, destacou:

O Movimento sem terra, que somos nós, incentiva todas as famílias a produzir organicamente, mas é uma decisão que quem toma é os assentados, é nós que tomamos a decisão de plantar o produto orgânico ou não. O Movimento tem o papel de orientar e dá formação para nós plantarmos orgânico, mas quem decide somos nós, não tem como, quem está vendo os problemas aqui e enfrentando somos nós. Não é o governo, nem instituições, somos nós mesmos que tomamos a decisão de acordo com as capacidades de cada assentamento.

Da mesma forma que consideram haver democracia no Movimento, os assentados consideram haver democracia na COPAC. Enfatizam que todas as decisões passam pelo coletivo, em assembléias e reuniões, das quais todos participam e tem oportunidade de manifestar-se, que começa nos setores e chega até o grande grupo. Os entrevistados consideram-se ouvidos nos grupos e nas assembléias e consideram-se bem representados nas esferas estadual e nacional. As mulheres, porém, reclamam que são ouvidas mas suas opiniões não são respeitadas nas assembléias. É possível supor que isto se dá porque as mulheres tem preocupações mais voltadas para o lado social, como a manutenção da Creche, por exemplo, enquanto os homens estão focados no aspecto operacional, ‘fazer andar a máquina’, como dizem.

Os entrevistados enfatizaram que, para trabalhar bem no coletivo, deve haver uma adaptação, não apenas submissão em relação à vontade, mas a necessidade do grande grupo. O entrevistado E3 oferece, no seu depoimento, um exemplo de flexibilidade e submissão ao coletivo quando diz:

Eu sou da lógica assim, que você está na cooperativa ela é democrática e você pode mudar de setor ou não, você tem uma responsabilidade ou outra. No caso da função que eu estou fui coordenador do setor de grão dois anos, não sei se eu exerci bem, mas a avaliação que eu tenho, que foi bom, eu trabalhava no arroz, depois

me colocaram na Câmara dos Vereadores, mas fiquei só um ano, acho que não é para mim. Eu fui assessor de vereador, mas isso de ganhar sem trabalhar não é comigo, então pedi pra voltar. Se é para o povo viver mal e eu bem, não é, tenho outra visão. Fiquei nove anos liberado para o MST, cumpri uma função na área da formação, ajudei na relação pública, na frente de massa. A gente trabalhou muito na idéia de não perder as raízes, muitos perdem as raízes, então vamos começar a fazer um rodizio no caso dos liberados, então na última assembléia acharam que eu tinha que trabalhar no gado leiteiro, e estou lá, não sou coordenador, sou apenas uma tarefa num setor, que é cuidar do gado, porque a gente sempre precisa respeita o coletivo, eu estou satisfeito. Senão o coletivo não dá certo, você tem que de fato se submeter ao coletivo. E aqui mais ou menos, todo mundo está trabalhando dentro do que gosta de fazer.

Uma forma de ajudar na adaptação é estar sempre disposto a aprender, a flexibilizar, a ver o todo e a distância no futuro. Dessa forma são feitos os planejamentos na COPAC, com visão de futuro, pois um dos principais objetivos é manter na terra os filhos. O entrevistado E8 diz:

E nós através da cooperativa fez com que nós não perdesse esse vínculo da agricultura familiar fazendo dela uma empresa, mantendo as famílias, os filhos na terra, não sendo preciso sair. Eu tenho um, e vou trabalhar que ele tenha essa vocação, esse espírito de trabalhar com a terra, que tenha a dimensão do cooperativismo, desses valores, vai depender da cabeça de cada um. Mas eu boto fê e acho necessário trabalhar na lógica de dar continuidade.

Além da democracia, a COPAC oferece transparência nas informações. Todos os meses, os associados recebem boletins com as informações econômicas da cooperativa juntamente com o pagamento e boletim individual por associado. Dessa forma, os associados acompanham o dia-a-dia da cooperativa, sabem quanto foi gasto e recebido por área. Do boletim da cooperativa, obtêm informações para pensar e repensar as estratégias de ação frente aos objetivos propostos. No boletim individual, aparecem a contabilização de horas por mês e o acumulado do ano até aquela data. As horas acumuladas geram informações, primeiro para a distribuição de sobras no final do exercício e segundo para o caso de afastamento do

associado por doença, pois, no período em que estiver doente, receberá da cooperativa um valor que será baseado na média de horas dos últimos três meses.

A entrevistada E7 fala sobre isso:

É por mês, nós temos a contabilidade, para nós termos a cooperativa tem um monte de coisa que tem que ter legal, e nós temos que ficar em dia com isso tem um cara que nós pagamos para fazer a contabilidade. Nós sabemos todos dias nossas dívidas, talvez o pessoal não lembre tal data, tal dívida, mas a gente sempre procura informar e ser transparente o mais possível, e o pagamento dos sócios é feito com o dinheiro do leite. O sócio tem um número de horas por mês, e para tudo a gente tem um valor, que nem o arroz, nós cobramos R\$ 0,40 do sócio, tudo é controlado, tudo é anotado, e cada um paga um pouquinho por cada coisa que ele tira. O gás é R\$ 28,00, porque nós conseguimos direto, por isso nosso salário é pouco mas nossos gastos, se a gente fosse comprar direto no mercado pagaria bem mais. O que nós não cobramos é na horta, porque no nosso entender as pessoas tem que comer verduras. Mas o mel é R\$ 2,00 o kg, o pão é R\$ 0,70 cada, já as coisas que não são necessidade diária, a gente cobra o preço do mercado, como os doces.

As informações contábeis são discutidas nas reuniões e assembleias, e os setores devem passar por uma auto-avaliação. Quando uma atividade passa a ser considerada inviável, existe a necessidade de buscar alternativas. Essas discussões e pesquisas de alternativas começam nos próprios setores, conforme comenta o entrevistado E8:

[...] há vários aspectos, que talvez todos não tenham acesso em todas as áreas, eu na minha área não tenho um acompanhamento aprimorado da produção de arroz, o arroz ecológico, fazer o plantio direto. Eu não estou lá, mas estou representado, por alguém que tem essa responsabilidade e eu me sinto seguro, porque alguém está fazendo por mim. Alguém de lá não está vendo, mas eu estou procurando a melhor aquilo que for da parte de controle, na contabilidade o que eu puder avançar eu estou fazendo por eles, alguém não está na parte de administração e comercialização, mas tem um rapaz que está fazendo faculdade para aprende. Assim vai em cada área, na parte de gado leiteiro, alguém está buscando.

Numa esfera mais ampliada, a cooperativa faz o que chamam de estudos de conjuntura, especialmente para balizar os planejamento anual, o entrevistado E2 explica:

E a questão também de processo de formação das pessoas, o pessoal aqui, geralmente é um pessoal que está informado, sobre a conjuntura, sobre o que acontece no Movimento, nós fizemos análise de conjuntura, fizemos discussão, fizemos discussão de relação de gênero, discussão sobre psicologia, fizemos vários tipos de debate assim né, dentro da cooperativa, com todos. Olha qual é a conjuntura durante o ano e vê qual a palestra, vem uma pessoa de fora fazer a discussão, coloca a situação que está, a economia, por exemplo, no planejamento que está agora, a gente se pauta também um pouco, por exemplo, o arroz, qual é que é o futuro do arroz, do leite, a tendência a gente sabe é estar entrando o arroz do Mato Grosso, uma variedade nova lá, arroz de sequeiro, o Rio Grande é um plantador de arroz, mas a tendência é diminuir, aqui porque o custo da produção é muito alto, então já não é um indicativo muito positivo, já é um cuidado que tem que ter, e assim vai.

No geral nas questões que se referem à dimensão social, os assentados têm voz ativa politicamente e é possível dizer que a sustentabilidade social está caracterizada; estão plenamente inseridos na comunidade de entorno, participando ativamente em festividades e competições esportivas, embora persista a necessidade de ampliarem-se os espaços femininos no âmbito da coordenação, no acesso à educação e no lazer. A existência de democracia e transparência nas informações cria um clima de confiança entre os assentados o que os incita a prosseguirem na sua luta por melhores condições de vida.

4.8.3 As ações da COPAC e a dimensão econômica.

A primeira luta dos assentados é pela posse da terra, e a segunda é pela permanência na terra conquistada, que se refere principalmente à condição básica, ou seja, ter o que comer, a partir da produção de alimentos. Iniciam as lutas pela construção da infra-estrutura, moradia, estradas, rede de energia elétrica e de água, acesso à escola, financiamento para a produção de alimentos para comercialização.

Os assentados de Charqueadas permaneceram três anos acampados na área, lutando e resistindo até conquistarem sua posse, e estão há quinze anos lutando para manterem-se nesta terra.

A opção pelo cooperativismo de forma coletivista foi o caminho encontrado pelo assentados para manterem-se na terra, porque consideram que a organização dos pequenos torna-os mais fortes e com possibilidades de competirem em algumas áreas de produção. De acordo com os depoimentos coletados entre os assentados, a dificuldade do pequeno agricultor é imensa, pois não existe uma política agrícola que favoreça o pequeno produtor. A concorrência com a agricultura empresarial é desigual, até mesmo injusta, mantendo os camponeses na pobreza quando não os excluem completamente do campo, o que corrobora os estudos de Loureiro [et. all.] (1981).

Uma vez organizados na cooperativa, os assentados unem esforços, saberes e recursos para viabilizarem-se em conjunto. Nas palavras do entrevistado E7:

A cooperativa quando nós criamos ela, quando nós fundamos, há 14 anos atrás foi o objetivo de nós melhorarmos de vida. Porque não tem investimento, não tem uma política agrícola voltada ao pequeno agricultor, não existe uma política que garanta que nós podemos produzir e comercializar e vender com preço justo, uma política que a

gente possa permanecer trabalhando na agricultura, por causa desse tipo de situação nós resolvemos trabalhar coletivamente. Porque coletivamente? Para nós conseguir comercializar nosso produto com melhor preço, porque se nós comercializar 100 sacos de arroz cada família é um preço, mas se nós comercializar 5 mil sacos é diferente, nós vamos negocia preço, nós vamos ganhar mais por saca, conforme a quantidade for maior. No leite nós ganhamos mais porque entregamos 1000 litros de leite por dia, se nós entregássemos 100 litros o preço era diferente, também nas compras, nós conseguimos ganhar preço porque compramos em grande quantidade, nós quando vamos comprar qualquer mercadoria não compramos só um. No início do assentamento a cooperativa comprou eletrodomésticos, conseguimos ganhar 20% de desconto no preço da loja. Os recursos que nós conquistamos do governo federal, o PROCERA, se cada um ficasse individualmente não daria para fazer nada, mas investindo coletivamente tu consegue planejar alguma coisa. Se hoje fosse fazer um financiamento por família de R\$ 2000,00 individualmente não faz nada, agora no coletivo 27 vezes R\$ 2000,00 dá R\$ 54.000,00, daí você consegue planejar alguma coisa. Essas são as vantagens da cooperativa, de trabalhar no coletivo, mas não é fácil porque nós vivemos numa sociedade individualista, onde os meios de comunicação, a educação, a família, nossos pais nos formaram para ser individualista, e nós estamos trabalhando no coletivo. Cada um tem uma visão, um entendimento e no fim temos que chegar num consenso que tem que ser decidido pela maioria. Tudo que tem aqui é compra coletiva, a única coisa individual é o terreno onde estão as casas, que é um terreno de 20 por 35 e a casa e o que tem dentro de casa. O maquinário e toda infra-estrutura é coletivo. Como a cooperativa somos nós mesmos, tudo que tem na cooperativa é nosso. Então não muda praticamente nada muda o jeito de dizer, isso aqui é meu ou isso aqui é nosso, isso é o que nós fazemos diferente das cooperativas tradicionais que tem por aí que na maioria das vezes os presidentes dessas cooperativas são pessoas que nem são agricultores, são pessoas que não tem nada haver com a agricultura, que ganham altos salários, e quem paga a conta é o agricultor, que produz e entrega a mercadoria para a cooperativa. Aqui não, aqui o presidente da cooperativa é o que trabalha na lavoura, as pessoas responsáveis pelas finanças são os que trabalham em outros serviços, não tem uma hierarquia, tudo nós decidimos, discutimos e encaminhamos, essa que é a diferença. E o lucro é dividido em partes iguais de acordo com a participação no trabalho.

No caso dos assentados de Charqueadas, a primeira diretriz foi plantar para a subsistência e, posteriormente, buscar recursos para ampliar a produção e a infra-estrutura. Na produção para subsistência, o princípio fundamental é a diversidade da produção vegetal e animal.

Na infra-estrutura, há necessidade de estradas para escoar a produção comercial e o silo para armazenar os produtos antes da venda. Na escolha das culturas para comercialização,

o fator determinante na escolha é o mercado consumidor, considerando onde se localiza e para qual cultura há demanda. Para escolher as culturas, tanto comerciais como de subsistência, existe como fator determinante as condições do clima e do solo onde está o assentamento. Esse conhecimento é de fundamental importância, conforme referido nas pesquisas de Guivant (1995).

Como o agricultor não recebe salário, é necessário optar por culturas que possibilitem uma renda mensal, conforme relata o entrevistado E2:

A renda mensal, no campo tu não recebe salário, então tu tem que ver qual é a cultura que tu vai planta para te dar o salário. No nosso caso aqui, é a horta, porque é uma coisa que entra dinheiro todo dia, o arroz entra dinheiro uma vez por ano, então não é bem a saída. Daí entra o leite, que entra dinheiro todo dia. O assentado não pode esperar lá um ano pra pegar um dinheiro e comprar uma coisa que está precisando hoje, tem que ter um jeito de ter uma renda mínima, e isso é pautado nas culturas, dado no planejamento, na definição do que vai fazer no lote, isso é uma coisa muito importante que tem que se analisada com carinho, então qual que é a atividade que todo mês eu vou ter um dinheiro? A horta é um caminho, mas tem que ver a comercialização do outro lado.

Outra preocupação dos assentados é não cair na monocultura, não investir apenas no arroz ou no leite, pois, havendo qualquer oscilação no mercado, o prejuízo é certo. As condições climáticas, muitas vezes determinam uma quebra acentuada na produção e no rendimento das culturas. O ano de 2004 foi um ano difícil para os assentados devido à perda da lavoura de milho. Também houve quebra na safra do arroz, dos cítricos e da horta. A tuberculose bovina contaminou o gado, obrigando o sacrifício de 50 animais e, conseqüentemente, ocasionou uma quebra na produção de leite.

A situação dos assentados não ficou pior porque, no passado, investiram na construção dos açudes, o que lhes garantiu o suprimento de água para irrigação, e na

diversificação da produção animal, principalmente os suínos, possibilitando a manutenção de uma renda estável, embora abaixo das perspectivas do planejamento anual.

Quando indagados a respeito de sua satisfação individual com a renda auferida no trabalho coletivo, as opiniões não foram unânimes. As mulheres, na sua maioria, não consideram satisfatório o rendimento financeiro, e os homens dizem estar satisfeitos no conjunto, embora eles considerem que a remuneração em dinheiro não é satisfatória, apontam outras vantagens não-financeiras, o que é mencionado por Guivant (1995).

As mulheres, algumas por pensarem nos filhos, gostariam de ter uma renda maior para ter acesso similar ao consumo urbano, passeios, mais roupas, reforma da casa e um carro próprio, são alguns dos itens citados.

Os homens chamaram atenção para os valores além do econômico valorizam a convivência, o local, a saúde e o aprendizado conquistado nos anos de convivência no MST, conforme relata o entrevistado E8:

A dificuldade é assim, a medida que você passou por um novo sistema tu tem que a cada momento trazer a realidade de fora para ali dentro. Para todo mundo se atualizar, porque se não esquece, bom aqui está difícil e lá fora estaria melhor, mas como estaria ? Como é que você estava 14 anos atrás e como é que está hoje, qual era a projeção? Então depende da conduta política e dele se sentir bem, o contentamento se dá mais na relação, na afinidade, do que na parte econômica, se eu olhar só a parte econômica, bom eu tinha um primo que estudava comigo na mesma sala, ele hoje é contador, ele cobra R\$ 36,00 a hora, então estava eu cobrando R\$ 36,00 a hora, mas eu não troco a minha vida pela dele. Tem outros valores, na cooperativa tu tem que soma, é outra lógica.

O entrevistado E3 concorda com a afirmação anterior. Embora considere baixo o valor em dinheiro, valoriza as conquistas feitas até o momento afirmando:

Olha só pegando a parte financeira, não dá só pegando essa parte, porque de fato a situação da agricultura ela não diferencia de outros que não trabalham na cooperativa. Um exemplo, deu a seca, nós

perdemos muito dinheiro, no leite, no arroz, no milho, a fruta também não deu, deu também tuberculose nas vacas, tivemos que matar, é prejuízo. Ninguém tem garantia de nada, mas pegando a realidade da agricultura, hoje com certeza nós estamos vivendo assim muito bem, uma alimentação saudável, um convívio, a moradia, que a gente não tinha nada disso. O principal é a gente estar construindo e morando onde a gente gosta. Então para mim o financeiro é secundário, eu não me apego a muitas coisas, acho que vivendo bem de saúde, uma boa alimentação e você dando exemplo de que é possível você vive numa sociedade diferente, já é uma grande coisa. Mas o financeiro falta para nós. Na questão de saúde não temos problemas, no dia-a-dia nunca falta nada.

Entre as mulheres, a satisfação não está definida. Mesmo satisfeitas com o bem-estar alcançado, elas ainda têm mais sonhos de consumo. A entrevistada E4 comenta:

Com o dinheiro dá para dizer que está estável. Nunca a gente vai acompanhar as coisas que está aí, a moda, tudo que a TV mostra, a gente não vai ter como acompanhar. O consumismo é muito grande, mas para gente sobreviver em boas condições, acho que a gente tem mais, para come bem pelo menos, a gente se veste mais ou menos, atende as necessidades.

A entrevistada E5 demonstra maior insatisfação com relação às suas necessidades. Para ela, a cooperativa já demonstra solidez suficiente, o coletivo está assegurado e deveria haver uma distribuição financeira melhor entre os sócios. Ela argumenta:

Eu acho assim que os objetivos da cooperativa já foram alcançados, para mim acho que estaria bom o que nós temos de patrimônio, esse era o objetivo nosso, Mercado nós temos, bom tudo isso que tu viu né, nem preciso te dizer, eu acho que para cooperativa está bom, acho que agora teria que se volta para nós.

Nenhum associado da cooperativa está trabalhando fora do assentamento para complementar a renda familiar, e apenas a entrevistada E5 mostrou-se favorável a esta alternativa dizendo: “Sim, com certeza, para aumenta o rendimento”.

A cooperativa gera emprego e uma renda para todos os assentados, composta por dinheiro, referente às horas trabalhadas, e alimentação a preço de custo.

Quanto à moradia dos assentados, as casas são de madeira, na sua maioria, algumas mistas e poucas em alvenaria. Porém, todas são servidas de energia elétrica, água de boa qualidade, telefone e possuem eletrodoméstico. Os assentados dispõem de horas livres para o lazer e férias programadas todos os anos. Têm acesso à educação básica e capacitação oferecidas pelo próprio MST e/ou pela EMATER.

No geral, o assentamento 30 de Maio é um belo lugar, agradável, bem cuidado, de fácil acesso de carro e, no período letivo, há linha de ônibus urbano em três horários diferentes. A cooperativa também dispõe de veículos de transporte para os assentados.

As necessidades básicas dos assentados estão garantidas conforme proposto nos objetivos da constituição da COPAC, o que assegura a sustentabilidade do assentamento.

Em relação à satisfação de desejos de consumo, além dos básicos, esta é uma situação particular, que envolve a subjetividade de cada um, sua cultura, ambição e expectativa pessoal.

No que se refere à cooperativa coletivista, cabe aos assentados buscarem nos próximos planejamentos contemplar uma possível distribuição maior de sobras. A viabilidade desta proposta poderia suprir as expectativas de consumo de bens e serviços além do essencial, verbalizada por alguns entrevistados. Essa é uma questão orçamentária delicada, uma vez que, na agricultura, como aconteceu em 2004, uma seca pode levar todo lucro previsto no exercício.

Na dimensão econômica, as ações da cooperativa têm surtido efeito. Todos os assentados têm rendimento econômico do trabalho cooperativo, não têm que trabalhar fora do assentamento para garantir sua subsistência. A cooperativa está estruturada, organizada e possui patrimônio em bens e imóveis para assegurar a continuidade de suas atividades.

4.8.4 A COPAC: dificuldades e construção de alternativas

Quando indagados a respeito das dificuldades enfrentadas no trabalho da cooperativa, os assentados referiram-se à situação vivida pela pequena agricultura. Este cenário é nacional, pois, em todas as partes do país a pequena agricultura, a cultura camponesa, tem dificuldade para reproduzir-se, o que corrobora os escritos de Olinger (1991), Graziano (1982). Na opinião dos assentados, isto se deve à ausência de uma política governamental adequada ao atendimento das necessidades dos pequenos agricultores, como linhas de crédito bancário para construção de benfeitorias nas propriedades e modernização das técnicas de plantio e manejo dos rebanhos. A inexistência de uma política de preços para os produtos torna a atividade muito incerta quanto à perspectiva de resultados. Um caso emblemático é o arroz. Em 2004, os assentados conseguiram comercializar a safra com preço de R\$ 31,70 a saca, e este ano o preço caiu para R\$ 20,00, valor que não cobre os custos de produção. Esta quebra no preço deve-se a entrada de arroz dos países vizinhos, especialmente do Uruguai. O Brasil importa arroz dos países do Mercosul para cumprir acordos comerciais, não levando em consideração os produtores nacionais, especialmente os pequenos produtores. Na safra 2004/2005, de acordo com a CONAB, serão colhidos 5.877,8 toneladas do grão no Rio Grande do Sul e a produção nacional deve chegar a 13,2 milhões de toneladas, sendo o território gaúcho o principal produtor em volume e área de cultivo. Sobre a situação atual, o entrevistado E2 declara:

[...] é que a agricultura passa num momento de crise, não é querendo se esconder atrás, mas é verdade, ela é uma coisa que não é prioridade para o governo, porque se o governo quer, o governo vai trazer arroz de fora, então pega arroz e importa. Então o governo não tem uma política de agricultura e nesse meio campo os preços dos produtos variam muito, dentro da oferta e da procura, então hoje não dá para dizer assim, vamos planta isso porque vai dar, então nós buscamos

diversificar, para na medida do possível tu diversificando tu vai ter uma coisa ou outra que vai dar. Então apesar de ser uma coisa boa de viver na agricultura, de ter os alimentos saudáveis, de ter essa vida assim no campo, mas a vida do agricultor enquanto economicamente é muito precária, porque tu planta, cuida, corre o risco de perder, e o produto não vale nada, muito pouco valorizado.

Além da dificuldade de comercializar a safra de arroz com um preço justo, os assentados têm ainda outra dificuldade: o arroz produzido no assentamento é orgânico, possuindo inclusive certificação ambiental do produto. Porém, das 3.000 sacas colhidas, apenas 600 foram vendidas no mercado orgânico. Na opinião do entrevistado E7, o mercado para o arroz orgânico não está bem desenvolvido no Rio Grande do Sul. A cooperativa tem feito a divulgação do arroz para os órgãos de abastecimento, mas até mesmo a CONAB não tem uma política diferenciada para a produção orgânica.

Como a lei que determina que a composição da merenda escolar seja orgânica não é cumprida, então, o que poderia ser um grande mercado para escoar a safra de arroz orgânico acaba sendo perdido por falta de cumprimento da lei.

[...] o mercado nós estamos conquistando. O arroz faz vários anos que nós produzimos sem agrotóxico, e não temos mercado suficiente para vender toda a produção nossa. Ano passado toda produção foi vendida como convencional. E esse ano temos certo vendido 600 sacos de arroz, quando a nossa produção é de 3.000 sacos, se não acha de vender o restante como orgânico, vai novamente ser vendido como convencional.

[...] nós temos a certificação. Não há procura do arroz orgânico. Temos divulgado, para o governo, a CONAB sabe, as Universidades, mas os prefeitos para merenda compram o arroz convencional, apesar de dizerem que a merenda tem que ser toda orgânica, eles compram o arroz mais barato. A merenda tem que ser orgânica, mas não tem uma lei que garanta isso, o Governo deveria exigir das prefeituras que cumprissem com a lei, mas eles não cumprem nem com a lei da reforma agrária, imagina se vão cumprir com a comida orgânica na merenda escolar. Mas nós vamos continuar investindo mais por uma questão de saúde nossa.

O desenvolvimento do mercado de consumo de produtos orgânicos passa pela reeducação do consumidor, que está alheio aos seus benefícios. O povo brasileiro está hipnotizado pelo consumismo fácil veiculado pela mídia, que propaga o uso de alimentos práticos no seu preparo, como pratos congelados, aos quais ainda agregam a idéia de saudável e moderno.

Para os assentados, a construção de um mercado consumidor para os produtos orgânicos passa pela consciência da importância do seu consumo, de uma mudança qualitativa nos hábitos alimentares e acesso aos produtos. Os entrevistados abordaram esse ponto nos seus relatos. O entrevistado E7 expressou-se da seguinte forma:

O consumidor compra no mercado pela embalagem, se procurasse qualidade não comeria Elma Chips, cheese burger, Mcdonalds, não comia produto da Nestlé. O consumidor hoje não está consciente da importância dele não compra mais estes produtos que está cheio de produtos químicos, e quem tem o papel de fazer a conscientização são os meios de comunicação, mais ai a Globo defende os transgênicos, a Monsanto, e o povo come pela televisão, aquilo que a televisão fala. E nós que somos um grão de arroz nesse cantinho aqui, não tem como. Não tem como competir, não tem como divulgar, então não tem. A saída vai, se não melhora, amanhã ou depois, nós acabamos com a cooperativa e vamos voltar para as periferias das cidades, então vamos lá lutar por um emprego numa indústria, porque se não houver uma inversão de valores por parte do governo a pequena agricultura vai acabar, é poucos que estão resistindo ainda no campo. Do jeito que está indo a política agrícola do governo, de todos os governos, inclusive desse que está aí, a pequena agricultura vai acabar.

O entrevistado E8 concorda com essa afirmação, pois o consumidor compra muito motivado pela aparência, pela imagem agregada ao produto, esquecendo completamente de considerar a forma de produção do item que está consumindo. A produção orgânica é importante para a saúde dos assentados, que são os produtores, e importante para a saúde dos consumidores, que é um caminho para a sobrevivência da espécie humana. Na opinião de E8,

há a necessidade de trabalhar a mentalidade do consumidor, gerando a aproximação entre quem produz e quem consome.

[...] a grande dificuldade é entre quem produz e quem consome, porque tem que trabalhar uma dimensão bem maior, do que só quem produz, tem que trabalhar quem consome, para valorizar mais essa área. Se não o consumidor vai continuar comprando só pelos olhos e o agricultor que sofre para plantar, vai ser mais caro e ele vai ter dificuldade com a aparência dos produtos, então vai ter que ter muita aproximação, um trabalho bem forte dos órgãos, para que o consumidor valorize mais essa área, que é a saída para sobrevivência quem sabe até da espécie humana.

Os assentados consideram deficiente a atuação da cooperativa na divulgação dos produtos do assentamento, apesar de já terem feito uma boa campanha de aproximação com a comunidade. O Mercado COPAC, no centro de Charqueadas, é bem conhecido, porém ainda não é suficiente para escoar toda a produção do assentamento. Há necessidade de criar alternativas de comercialização dos produtos, e fazê-lo com o rótulo de orgânico e certificado. Nesse ponto, constata-se outra deficiência na COPAC, ou seja, a assistência técnica. Os assentados dependem da EMATER e do MST, os quais nem sempre conseguem suprir todas as necessidades da cooperativa.

A EMATER prioriza as questões operacionais, especialmente com os rebanhos, uma assistência que ainda não é suficiente. Os assentados consideram que o órgão não tem condições de prestar uma assistência adequada por falta de aparelhamento, mas valorizam o esforço dos técnicos. Pode-se perceber a compreensão que os assentados têm acerca das possibilidades da EMATER pelas palavras do entrevistado E7:

Eu acho que foi boa, dentro das condições que a própria Emater, dentro do estado, tem. Só que não foi aquilo que deveria de ser, porque não tem uma estrutura adequada por parte do Governo do Estado. Então tem um veterinário que tem que fazer tudo, então falta uma equipe técnica que tenha condições de fazer o trabalho de campo, não é culpa das pessoas que estão no órgão, eles fazem aquilo do

alcance deles, o que eles podem fazer eles tão fazendo, agora, não é aquilo que deveria ser, precisaria de muito mais acompanhamento.

Quando indagados a respeito dos convênios com as universidades, os assentados demonstraram um certo desalento, pois estes convênios não têm tido o retorno esperado. A principal queixa refere-se ao fato de que os trabalhos não são concluídos, e, mesmo que sejam, ou se o são os assentados não obtêm respostas ou qualquer outro tipo de informação a respeito. Os assentados recebem os estudantes com esperanças de adquirirem novos conhecimentos e auxílio para suas dificuldades, mas não é isso que tem acontecido. Os estudantes vão para o assentamento, são bem recebidos, tomam o tempo dos assentados, colhem informações para seus trabalhos e vão embora. Muitas vezes, jamais retornam para falar sobre suas conclusões. A URGS alega descontinuidade dos projetos por falta de verbas. Quando indagados a respeito da assistência técnica recebida das Universidades, os depoimentos foram pouco amistosos. O entrevistado E7 apresentou a situação da seguinte forma:

Está bastante precária, esse projeto que nós tínhamos aí com eles esbarrou em R\$ 11.000,00, mas poderia ter feito pela metade, ou eles poderiam ter vindo sem recurso, mas ou bota em prática o projeto que eles querem, tudo bonitinho no computador, mas a primeira coisa que eles vão ver é orçamento, e donde que sai dinheiro? Daí não tem lógica né... Acho que não é trabalho voluntário, mas acho que a Universidade tinha que sair de dentro, tinha que ter uma estrutura de estudantes de professores que viessem para o assentamento marcavam reunião, marcavam discussão teórica, sem precisa envolver recurso, eles tem dinheiro, se tem que fazer uma pesquisa, então tem uma área aqui que vocês estão plantando com adubo químico, e uma experiência no lado sem produto químico, mas esses recurso a Universidade tinha que bota, porque que a Universidade não pode bota, se eles tem que ensinar os estudante? Passar uma visão diferente, e isso tem que ser na prática. As Universidade forma as pessoas para serem vendedores de produtos químicos, para trabalhar na Monsanto, para vende adubo, pelo menos é isso que a gente vê aí.

[...] nós achávamos que a Universidade tem que ser parceira nossa, acho que a Universidade não pode ficar entre quatro paredes, as Universidades tem que fazer trabalho de campo, só que se vê que elas não tem recurso para fazer este trabalho de campo, e até nós tínhamos

feito um projeto com os estudantes da URGS a onde eles iam fazer um projeto muito interessante, em que eles iam aprender muito e nós também, mas esbarrou a onde, em recursos pra implanta o projeto, nós não dispomos de recursos e a URGS também não, então nós todos saímos perdendo, os alunos que querem trabalhar na veterinária e agronomia não estão conseguindo fazer as pesquisas, então hoje a educação não é prioridade, se fosse prioridade com certeza um projeto desses teria sido aprovado pelo governo para ser implantado em um assentamento ou numa comunidade de agricultores.

Os assentados têm muita necessidade de ajuda técnica, especialmente nas lavouras de arroz e nos hortigranjeiros, pois a EMATER não dispõe de agrônomo no município. A descontinuidade dos projetos é lamentada pelo entrevistado E8:

Na parte dos animais está atendendo. Tem dificuldade nos hortigranjeiros e na produção de arroz, é escassa a assistência nessa área, e a Universidade não dá continuidade, o estudante faz o estágio, mas depois não vem mais. E um projeto tem que ter o início, a análise, o fim, senão não funciona.

A assistência técnica que o MST oferece aos assentados está mais vinculada à administração da cooperativa, pois o Movimento tem o ITERRA em Veranópolis, que se dedica à formação dos assentados para trabalharem cooperativamente. O ITERRA forma administradores e educadores dentro da metodologia do Movimento, mas são cursos técnicos profissionalizantes, não uma faculdade.

A cooperativa não dispõe de recursos financeiros suficientes para pagar assistência técnica especializada vinda de empresas privadas, o custo para os assentados é muito alto. Esta é uma importante lacuna a ser preenchida, pois pode comprometer a continuidade da cooperativa e, conseqüentemente, a sustentabilidade do assentamento.

A atuação da cooperativa é determinante para a continuidade dos assentados na terra conquistada e a construção das possibilidades para essas pessoas carece de uma maior atenção institucional. Os associados da COPAC não estão em melhores condições de vida no contexto

geral por falta de apoio básico das instituições governamentais. O acesso à tecnologia, por exemplo, é fundamental para mantê-los no campo, obtendo maior rendimento de seus recursos e podendo expandir as possibilidades para as próximas gerações.

O uso da tecnologia não implica que os assentados façam uso da tecnologia moderna voltada para as grandes propriedades. Essa tecnologia altamente dependente de insumos externos é inviável para os assentados, concordam pesquisas feitas pela EMBRAPA (1998).

Tecnologia moderna para os assentados é a tecnologia simples, voltada para a agricultura familiar, tecnologias agroecológicas que permitam uma produção voltada para nichos de mercado específicos e que não agridam o meio ambiente, Theodoro [et. all.] (2002).

A competitividade é um dos maiores desafios. Aos assentados, caracterizados pela falta de capital para investimentos em maquinários, insumos, irrigação, entre outros, restam as tecnologias baratas, acessíveis e que preservem os recursos naturais disponíveis – o único bem desses trabalhadores. Essas tecnologias, diferentes das tecnologias agrícolas convencionais, apesar da produtividade menor – contrastando com as tecnologias convencionais que dominam o mercado – podem atingir um mercado emergente que valoriza os produtos da agricultura familiar.

As regras de mercado – que beneficiam os grandes investimentos rurais – fazem com que a possibilidade dos assentados comercializarem sua produção de forma competitiva pareça uma realidade impossível. Falta mais organização do que tecnologia para que isso aconteça. Os assentados de Charqueadas construíram e administram um mercado no centro da cidade, por onde conseguem escoar sua produção, sendo uma importante ferramenta de desenvolvimento social, pois, além da oportunidade de venda da produção, possibilitou-lhes a definitiva inserção na comunidade de entorno.

A produção agroecológica do assentamento está se desenvolvendo bem a despeito da precária assistência técnica. E este é um segmento que tem a competitividade do seu perfil,

atuando em nichos de mercado. Espera-se que, com uma política adequada, por parte do governo no que se refere às safras de produtos orgânicos, como é o caso do arroz produzido pelos assentados, expanda-se o mercado para além dos nichos. O produto dos assentados, produzido de forma mais sustentável, precisa de uma melhor divulgação, haja vista que a demanda ainda é pequena, mas é possível alavancá-la através de campanhas educativas visando informar o público para a qualidade desses alimentos.

No contexto atual, a grande monocultura – uma invenção do colonialismo – está sendo criticada e repensada por muitos atores sociais, inclusive cientistas que, criando tecnologias mais sustentáveis, dão sua contribuição para as mudanças necessárias no campo, Khatounian (2001). Os assentados, ainda vistos como uma parcela marginal da sociedade, têm o importante papel de demonstrar, através de seu trabalho, que essas tecnologias sustentáveis são uma realidade.

O principal problema dos assentados decorre da ausência de crédito e investimentos.

No passado, a política para a agricultura comercial produziu muitas distorções, incentivou a concentração de renda, de terra e da produção. Na medida em que o pequeno agricultor estava excluído desse modelo, era penalizado, pois dificilmente tinha condições de receber os benefícios das políticas públicas, Graziano (1982). Precisa-se de uma política que tenha um viés ao contrário, discriminando favoravelmente o agricultor familiar; pequenos e grandes produtores são desiguais e é necessário reconhecer que os tratamentos precisam ser diferenciados. Nesse sentido, seria necessária uma linha de crédito específica para o pequeno agricultor, que considere a diversificação da produção. As políticas de terra no Brasil, em geral, são destinadas a um único produto e o pequeno agricultor familiar não é especializado, mas explora um sistema com muitos produtos, inclusive para o próprio consumo.

Com o significativo aumento do número de assentamentos rurais, torna-se importante implementar alternativas para o futuro desses pequenos produtores. Não é possível

esperar que um agricultor que foi assentado em situação de absoluta precariedade torne-se um agricultor sustentável em apenas um ou dois anos. Muitas vezes, o trabalhador consegue seu lote depois de passar anos sem acesso à terra. Na grande maioria dos casos, o trabalhador passa meses, às vezes anos, em acampamentos antes da distribuição das terras, portanto é preciso tempo e condições para que se tornem produtores sustentáveis. Os assentados, na maioria dos casos, estavam em situação de total indigência econômica e social e, por falta de condições básicas, estavam impossibilitados de inserir-se produtivamente no meio urbano.

Uma das principais alternativas encontradas pelos pequenos agricultores para contornar a falta de apoio institucional e a concorrência com o grande produtor são as diferentes formas de cooperação, Rigolin (2000). Os pequenos produtores rurais vêm se estruturando de forma cooperativa há muito tempo, desde associações informais, para produzir e comercializar produtos em grupo, até a formação de cooperativas. Estas visam o beneficiamento dos produtos para agregação de valor aos produtos agropecuários, tais como na produção de doces e na ordenha mecânica para a produção de leite. O fato de existir uma afinidade na luta pela terra não significa que, uma vez conseguido esse objetivo, as associações políticas estão capacitadas para passar do estágio do associativismo à produção. O estilo de produção de cada produtor pode ser diferente e a simples transposição da associação na luta pela terra para o momento da produção pode trazer problemas, fato que vem se evidenciando em muitos assentamentos com rupturas dos grupos e formação de novos movimentos.

Nesse sentido, o MST promove diversos cursos para que os trabalhadores rurais dos acampamentos e assentamentos entrem em contato com as diversas formas possíveis de cooperação, como as Cooperativas de Crédito e Serviço, as Cooperativas de Produção Agropecuária e as associações informais. Estas podem levar, por exemplo, a descontos para comprar material para a construção das casas no atacado ou à compra coletiva de um trator.

Os acampamentos, nas ocupações do MST, além de se constituírem como uma forma de pressão para acelerar a reforma agrária, atuam como uma espécie de preparação para a vida em comunidade que se propõe para o futuro assentamento (FERNANDES, 2000).

Desde o final da década de 1980, a direção do MST constatou que a luta pela terra desdobra-se necessariamente na luta pela viabilização econômica dos assentamentos. Acredita-se que as dificuldades dos assentados provêm da pouca capitalização que cerca sua atividade na terra: não há suficiente acesso às tecnologias, aos insumos e às máquinas que permitem aumentar a produtividade e, conseqüentemente, os rendimentos do trabalho. E, isoladamente, é praticamente impossível a um assentado capitalizar-se para inserir-se no mercado.

Em relação a esses problemas apontados, a direção do MST adota duas soluções. A primeira consiste em inserir na luta pela terra a reivindicação de políticas públicas de créditos para os pequenos agricultores. Outra solução é o desenvolvimento de formas de cooperação que permitam aos agricultores assentados superar em conjunto as dificuldades que recaem sobre os produtores quando atuam isoladamente. Acredita-se que, se os produtores de determinada área unirem-se, conseguirão encontrar recursos para a aquisição de equipamentos e tecnologia e preços de produtos mais favoráveis.

Aparentemente, a solução encontrada pela direção não é de difícil implementação. Há uma coerência lógica que torna inegável que a cooperação entre assentados pode trazer-lhes mais vantagens que o isolamento.

Neste capítulo, foram disponibilizadas reflexões a respeito das dificuldades enfrentadas pela pequena agricultura no Brasil, contexto no qual se inserem os sem terra.

A COPAC é um exemplo de que o cooperativismo pode ser uma alternativa viável quando existe trabalho de base para capacitação dos associados. Essa capacitação vai além do repasse de técnicas e conhecimentos teóricos; há a necessidade de adaptação das técnicas

propostas às necessidades dos assentados. Cada assentamento vive uma realidade diferente, seja em termos de localização geográfica, seja da formação de seus moradores. Essa diversidade obriga o Movimento a ter flexibilidade no que diz respeito ao repasse de conhecimento e à capacitação técnica referente à sustentabilidade dos assentados na terra conquistada.

Um assentamento sustentável não é uma responsabilidade, uma construção apenas dos assentados, ou apenas do MST. Há necessidade premente de parcerias com instituições governamentais, órgãos de fomento e pesquisa, universidades e com a sociedade em geral.

A promoção de ações que estabilizem no campo os trabalhadores rurais, com adequadas condições de sobrevivência, caracteriza um programa de reforma agrária considerado bem-sucedido.

Segue quadro resumo dos aspectos considerados relevantes para a sustentabilidade do assentamento e a análise dos mesmos.

Quadro 05 – Síntese da análise de dados

Dimensão Econômica		Aspectos Observados	Análise
	Rendimento Financeiro	Atendimento das necessidades básicas.	As necessidades básicas dos assentados estão garantidas conforme proposto nos objetivos da constituição da COPAC, o que assegura a sustentabilidade do assentamento.
	Posse de bens	Moradia, eletrodomésticos, acesso à água, energia elétrica.	As casas são de madeira, na sua maioria, algumas mistas e poucas em alvenaria. Porém, todas são servidas de energia elétrica, água de boa qualidade, telefone e possuem eletrodomésticos.
	Assalariamento	Trabalho fora do assentamento	Todos os assentados têm rendimento econômico do trabalho cooperativo, não têm que trabalhar fora do assentamento para garantir sua subsistência.

	Satisfação geral	Qualidade de vida	Os assentados dispõem de horas livres para o lazer e férias programadas todos os anos.
Dimensão Ambiental	Preservação	Entendimento demonstrado	Os assentados demonstraram envolvimento com as questões ecológicas. No quesito saúde, deixam bem claro a relação que existe entre a manutenção da própria saúde com o meio ambiente.
	Agroecologia	Adesão à tecnologia	O modelo tecnológico privilegiado é a agroecologia, na qual a cooperativa vem investindo na busca de assistência técnica para capacitação dos associados.
Dimensão Social	Sistema coletivista	Adesão dos Assentados	Os assentados consideram a forma de trabalho no coletivo um grande aprendizado, demonstram um alto grau de tolerância uns para com os outros e sabem que estão construindo alguma coisa para a sociedade.
	Educação	Opções oferecidas	Têm acesso à educação básica e capacitação oferecidas pelo próprio MST e/ou pela EMATER.
	Democracia	Participação decisória	Existe democracia e transparência nas informações.
	Gênero	Participação da mulher	Persiste a necessidade de ampliarem-se os espaços femininos no âmbito da coordenação, no acesso à educação e no lazer.
	Comunidade de entorno	Inserção dos assentados	Estão plenamente inseridos na comunidade de entorno, participando ativamente em festividades e competições esportivas. Fazem parte do planejamento participativo da Prefeitura de Charqueadas.
Dificuldades Relatadas	Crédito Agrícola	Acesso ao crédito	Não há linhas de crédito para pequenos agricultores, os quais trabalham com culturas diversificadas.
	Assistência Técnica	Precário aparelhamento da EMATER	Os assentados dependem unicamente da assistência do órgão estadual, a qual não é suficiente para o assentamento.
	Acesso à tecnologia	Agricultura orgânica	Devido a ausência de crédito específico e assistência técnica adequada, os assentados têm dificuldade em implementar o planejamento da produção agroecológica.

	Mercado Orgânico	Necessidade de ampliação	Os assentados não conseguem comercializar o total da produção orgânica. Vendendo como convencional perdem preço. Há necessidade de esclarecimento do consumidor para os benefícios da produção agroecológica.
	Política de Preços	Mercado instável	Em 2005 o preço da saca de arroz caiu abaixo do preço de 2004, não pagando o custo de produção, comprometendo a distribuição de sobras para os cooperados.

Fonte: elaborado pela pesquisadora

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este trabalho, propôs-se conhecer e analisar a atuação de uma cooperativa de produção agropecuária, visando identificar se esta forma de gestão cooperativa privilegiada pelo MST pode ser considerada como indutora da sustentabilidade dos assentamentos de reforma agrária nas dimensões econômica, social e ambiental.

Reverendo as questões propostas:

- a) Identificar e caracterizar as ações da cooperativa no sentido de fomentar a sustentabilidade do assentamento;
- b) Verificar se as ações da cooperativa atendem aos cooperados.

Em resposta à primeira questão identificamos as ações da cooperativa nos quinze anos de fundação, e as realizações que a gestão cooperativa do assentamento 30 Maio possibilitou àqueles assentados. A infra-estrutura existente, tanto as de propriedade coletiva, Mercado na cidade de Charqueadas, caminhão de transporte, máquinas agrícolas, silo de armazenagem, entre outros, e as propriedades individuais, como casas de moradia, foram possibilitadas pela gestão cooperativa dos recursos recebidos do PROCERA e outros financiamentos obtidos pela COPAC. A atual qualidade de vida conquistada pelos assentados deve-se à disposição em atuarem em conjunto, priorizando o “nosso” em detrimento do “meu”. Como cooperativa de gestão coletiva, as ações da COPAC refletem as ações dos próprios assentados e sua disposição em progredirem em conjunto, construindo um exemplo do que consideram uma nova sociedade, a sociedade mais justa.

O planejamento da COPAC espelha a busca pela sustentabilidade, priorizando a tecnologia agroecológica, tanto na agricultura como na pecuária, a busca de capacitação técnica para os assentados, a melhoria da infra-estrutura do assentamento, o investimento nas futuras gerações.

Conscientes de que o planejamento da COPAC não pode ser executado fora do contexto da comunidade local, buscam parcerias nas instituições, como a prefeitura de Charqueadas, a EMATER, as universidades. Treinados na arte de reivindicar direitos básicos, prosseguem na sua marcha para assegurar a permanência na terra conquistada.

Os assentados de Charqueadas não se desvincularam das lutas do Movimento e prosseguem investindo na base do MST, liberando militantes para atuarem na esfera estadual e nacional e nas grandes manifestações, como na última marcha até Brasília, em que os assentados de Charqueadas reunidos na cooperativa sortearam três nomes para participarem da marcha, pois todos queriam ir, estavam dispostos a oferecer sua contribuição pela continuidade do movimento pela reforma agrária no Brasil. Estão assentados, mas não acomodados, diante da grande massa de famílias sem terra que existe no país. A solidariedade demonstrada pelos assentados é tocante. A cooperativa tem por norma não deixar vencer a validade dos produtos no Mercado COPAC. Assim, hortaliças, frutas e outros gêneros não são descartados no lixo, pois quando percebem que o produto está em condições de consumo, porém, não tem aparência para ficar nas prateleiras, é imediatamente retirado e doado às instituições que atendem pessoas carentes. Além de colaborar com as instituições de caridade locais, a COPAC mantém intercâmbio com os acampamentos do MST, fazem doações de roupas, alimentos, recebem acampados no assentamento para transmitir-lhes conhecimentos adquiridos na experiência acumulada. O caminhão de transporte da COPAC é freqüentemente usado no transporte de ‘companheiros’ nas ocupações e outras manifestações organizadas pelo MST.

Quanto à segunda questão, observamos que os assentados estão envolvidos inteiramente na cooperativa. A divisão de trabalho em setores diferentes é uma forma de organização e gerenciamento das atividades, porém não limita a esfera de atuação dos associados. A distribuição de informações é uniforme, pois, entrevistando um componente do

setor de grãos, é possível saber como funciona o trabalho na horta, ou no mercado, ou mesmo na secretaria.

A sustentabilidade do Assentamento 30 de Maio está assegurada pela disposição dos assentados para o aprendizado constante. Conquistaram a viabilidade econômica do assentamento graças à disposição de modificarem o padrão de trabalho individual da pequena agricultura pelo projeto coletivo, materializado na cooperativa. O trabalho no coletivo não é isento de conflitos, mas o exercício constante da tolerância pelas diferenças de opinião e a busca do consenso para o sucesso do coletivo em detrimento de questões particulares tem demonstrado à essas pessoas que há resultados concretos na forma de trabalho privilegiada.

Para se manterem sustentáveis na agricultura, perceberam que teriam que investir na dimensão ambiental, e não apenas econômica do assentamento, e aprenderam a trabalhar em conformidade com a tecnologia agroecológica depois de longos anos trabalhando via receituário agrônomo. Compreenderam que sustentabilidade têm relação com independência e assumiram o risco de romper com a dependência dos agroquímicos e insumos externos ao assentamento.

Ao romperem com o modelo convencional de produção, perceberam a mudança na qualidade de vida, tendo mais saúde, mais satisfação consigo próprios, por estarem agindo em conformidade com a ética nas trocas comerciais, oferecendo produtos sem veneno para a comunidade de Charqueadas.

A sustentabilidade social foi conquistada por estarem dispostos a aprender que a construção de uma boa relação com o povo da cidade levaria tempo, o tempo necessário para que a comunidade conhecesse os sem terra como eles realmente são, trabalhadores rurais lutando por sua reprodução social e não marginais, como os rotulavam os contrários à reforma agrária. Demonstrando trabalho sério e honestidade, hoje estão plenamente inseridos na

cidade de Charqueadas e fazem parte do planejamento participativo da prefeitura daquele município.

Como a sociedade em geral, os assentados ainda estão aprendendo a inserção igualitária da mulher nas atividades, no lazer, na educação, na participação decisória. A conquista de espaço das mulheres na COPAC é importante na consolidação da gestão democrática, na cooperativa e no cumprimento dos objetivos do Movimento.

No período em que a pesquisadora esteve no assentamento 30 de Maio, os assentados estavam discutindo nos setores o planejamento do próximo ano. Discutem o planejamento inteiro, operacional, tático e estratégico e relacionam o planejamento da COPAC com a comunidade. Para os assentados, toda a região deveria estar trabalhando no sistema agroecológico, tanto na agricultura como na pecuária, não temendo que os vizinhos possam ser concorrentes, pois relacionaram a preservação ambiental com a saúde e a qualidade de vida, a qual desejam estender a todos. Quando elaboram a pauta de reivindicações aos órgãos públicos e se expõem nas suas conhecidas manifestações de rua, não o fazem apenas por eles próprios, mas por toda a comunidade.

A efetividade das ações da COPAC está alicerçada na efetividade das ações de cada cooperado no seu setor de atuação. Quando percebem que algum setor passa ou tem a tendência de passar por dificuldades, intensificam esforços nessa área ou mobilizam-se na busca de alternativa que possa suprir o coletivo, como o caso atual da crise na safra de arroz, em que os assentados passaram a investir na produção de leite a base de pastoreio rotativo.

Os cooperados da COPAC entendem que a prosperidade de cada um está baseada na prosperidade de todos e, para conquistarem esta prosperidade, não estão à espera de assistencialismo ou de milagres, esperam apenas que as instituições cumpram a parte que lhes cabe e que a sociedade passe a ter maior consciência e a cobrar do mesmo modo, pois a mudança social em curso não interessa apenas aos sem terra, interessa à nação.

A legitimidade das ações empreendidas pelo Movimento, buscando ser pacíficas, está baseada no disposto na Constituição de 1988, a qual contempla o direito de posse da terra a quem cumpra a sua função social. As ações coordenadas pelo Movimento estão construindo história, mudando a geografia do território, a mentalidade de um povo, e a realidade. O trabalho que o MST vem fazendo nos últimos 20 anos, organizando pessoas, na sua maioria incultas e miseráveis, pessoas carentes em tudo, é um verdadeiro trabalho de resgate, reivindicando direitos assegurados pela Constituição Federal. É um trabalho gigantesco, do tamanho do território brasileiro, com o peso de quinhentos anos de latifúndio, de discriminação dos pobres, dos diferentes, da exploração da miséria como plataforma política.

Os sem terra vêm fazendo sua parte para tornar este país mais justo. Estão buscando alternativas de manterem-se no campo, produzindo alimentos saudáveis para alimentar os brasileiros, gerando riqueza sem espoliação, exercitando a democracia, educando-se e educando seus filhos para uma nova sociedade, independentemente de ideologia, partido político, religião, ou qualquer outra coisa que venha de fora de si mesmos. O objetivo é a justiça social.

A gestão cooperativista no Assentamento 30 de Maio, pautada pelo compromisso do MST com a terra e a mudança social proposta nos seus objetivos, tem favorecido aos trabalhadores rurais ali assentados o desenvolvimento da agricultura sustentável.

Estas pessoas estão abertas ao aprendizado e dispostas às parcerias para adquirirem conhecimentos e tecnologias que lhes possibilitem a continuidade da construção de seu projeto de vida. Compete às universidades e outras instituições públicas ou privadas de pesquisa contactá-los e contribuir para a sustentabilidade do assentamento.

A pesquisadora considera este campo muito rico para futuras pesquisas, seja na administração, nas ciências agrárias, na antropologia ou na sociologia. Dentre as mais variadas áreas, a universidade pode contribuir e proporcionar aos estudantes experiências não

apenas para o futuro profissional, mas como exercício de cidadania. A condição da mulher, por exemplo, há uma contradição entre o tratamento igualitário proposto pelo MST e a realidade observada na cooperativa e no Assentamento 30 de Maio. Esta é uma questão que merece um estudo aprofundado pois impacta no ideal democrático defendido pelos sem terra. Seria interessante a execução de um estudo comparativo de casos, entre o Assentamento 30 de Maio e um outro cuja forma de gestão não seja coletivista para verificar como se dá a sustentabilidade em ambos os casos e quais contribuições cada modelo de gestão poderia oferecer ao MST.

Este trabalho não tem a pretensão de oferecer respostas definitivas, mas fotografar uma realidade num dado momento e disponibilizar informações, depoimentos e reflexões para que possam ser utilizadas em propostas e projetos e servir de referência, subsídios, ou ambas, a novas pesquisas desenvolvidas na comunidade.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia Maria P., **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba: Indústria Gráfica Projeto Ltda, 1982.

BAZZO, Walter Antonio. **Ciência, Tecnologia e Sociedade**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento**. Porto Alegre, Coojornal, 1980.

BRANDENBURG, Alfio, **Agricultura familiar, ongs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRUYNE, P. de et all. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1996.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix Ltda, 2002.

CASTRO, C. de M. **A prática da pesquisa**. São Paulo : McGraw-Hill, 1978.

CERIOLI, Paulo e MARTINS, Adalberto. **Caderno de cooperação agrícola nº 5**. São Paulo, CONCRAB, 1998.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**. 2^a ed. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária Ltda, 1999.

EMBRAPA. **Globalização e sustentabilidade da agricultura**. Jaguariúna, SP, EMBRAPA-CNPMA. Documentos 15. www.cnpma.embrapa.br

EMBRAPA. **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna, SP, EMBRAPA – Meio Ambiente, 2003. www.cnpma.embrapa.br

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FERREIRA, Ângela D. D; BRANDENBURG, Alfio. **Para Pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo , v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.
- GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, Ongs e cidadania**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.
- GUIVANT, Julia Silvia, et all. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Livraria e Editora Agroecológica, 2001.
- KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo : EDUSP, 1980.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo : Atlas, 1991.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 2ª ed. São Paulo : Atlas, 1991.
- LAYRARGUES, Philippe P. **A cortina de Fumaça – o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: ANNABLUME Editora, 1998.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- LOUREIRO, Maria Rita et all. **Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1981.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

MINAYO, M. C. d S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLINGER, Glauco. **Êxodo rural**. Florianópolis: S.P.G. – ACARESC. 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

PAULILO, Maria I. S. **Terra à vista... e ao longe**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: Brascoope, 1982.

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia, Ecosfera, Tecnosfera e Agricultura**. São Paulo: Livraria Nobel S. A , 1997

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

RICHARDSON, R. J. et all. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RIGOLIN, Márcia R. V. **Cooperativismo: uma alternativa para o pequeno produtor**.

Gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/sober2000/rigolin/paper0265.pdf

RODRIGUES, Roberto. **A segunda onda cooperativa: uma visão compartilhada**. OCB/SESCOOP, Dinâmica Gráfica e Editora Ltda, 2001.

SAHTOURIS, Elisabet. **A dança da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1998.

SANTOS, Boaventura de S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SAWAIA, Bader et all. **As artimanhas da exclusão**. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SELLTIZ, C. et all. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2ª ed. São Paulo : EPU, 1987. 3V.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Editora Gaia Ltda, 2003.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

SILVA, Tânia Paula. **Fundamentos teóricos do cooperativismo e o MST**, Revista Terra Livre, São Paulo, ano 18, n 19, p.229-242, jul./dez.2002.

THEODORO, Suzi Huffet et all. **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2002.

TRIGUEIRO, André, et all. **Meio ambiente no século 21**.Rio de Janeiro: Editora Sextante Ltda, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1994.

VERGARA, Sylvia Constant. **Tipos de pesquisa em administração**. Cadernos EBAP, FGV, Rio de Janeiro, n. 52, jun. 1990.

VIROTE, Maria A. **Desenvolvimento Rural - Urbano: o papel do Assentamento 30 de Maio de Charqueadas/RS**. Dissertação 2002 – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

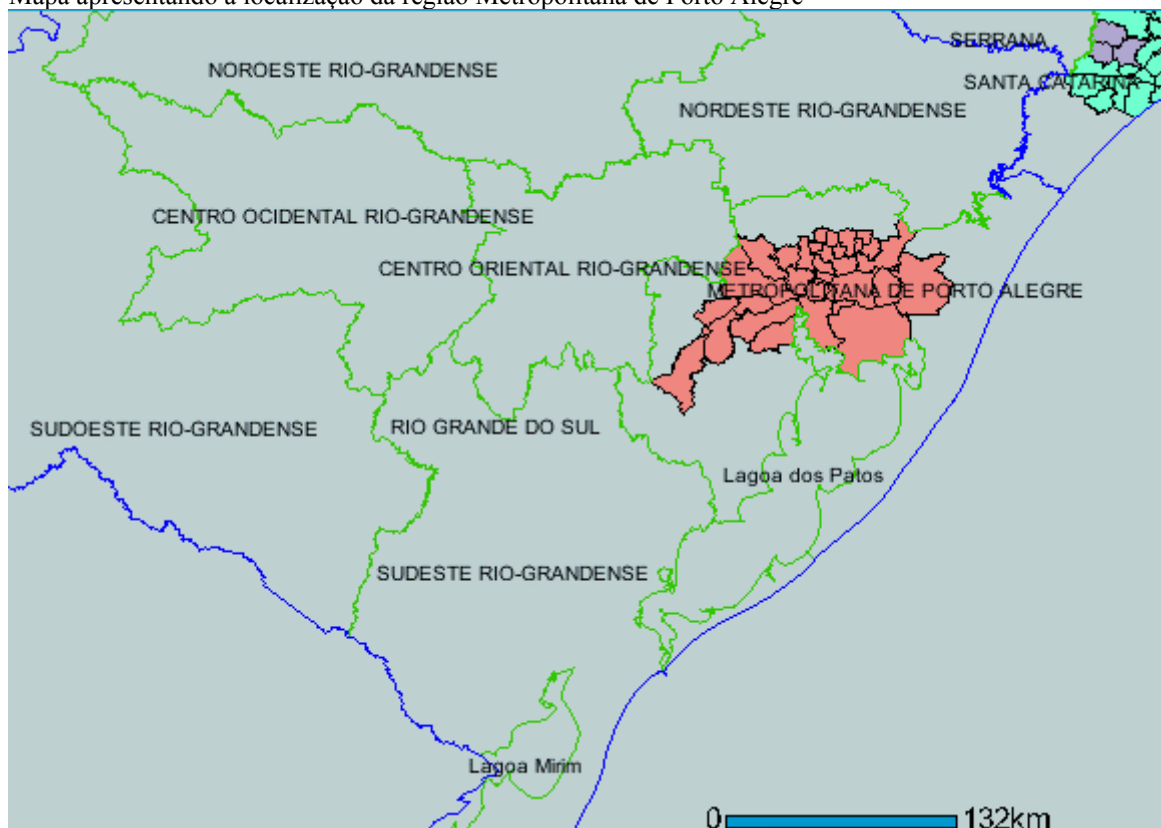
VOGT, Carlos, et all. Reforma agrária, <http://www.comciencia.br> , SBPC/Labjor, 2003.

ANEXO 1

Dimensão Econômica	PERGUNTAS Aos cooperados	Identificação do entrevistado. Entrevista nº _____ Idade: _____ Sexo: _____ Instrução: _____
	Rendimento Financeiro	Qual o nível de rendimento financeiro que obtêm com o trabalho cooperativo?
	Posse de bens	Você utiliza maquinário agrícola?
	Assalariamento	Você tem alguma outra fonte de renda além da agricultura?
	Satisfação geral	Como você descreveria sua vida antes do trabalho cooperativo e agora.
Dimensão Ambiental	Preservação	Para você a conservação da natureza é importante? Por quê?
	Agroecologia	O que você entende por agroecologia/agricultura orgânica? Que tipo de insumos você costuma utilizar na plantação?
Dimensão Social	Sistema coletivista	O que você entende por cooperativismo? Considera esta forma de trabalho uma ferramenta de aprendizado? Comente. Você encontra alguma dificuldade no trabalho cooperativado? Qual?
	Educação	Você recebe assistência técnica? De quem? Está satisfeito?
	Democracia	Como são tomadas as decisões na cooperativa? Você está satisfeito com sua participação decisória na cooperativa? Segue alguma orientação da cooperativa quanto a forma de produção, comercialização (quantidade, diversidade, qualidade)?
	Comunidade de entorno	Costuma participar em atividades promovidas pela cooperativa? Quais?

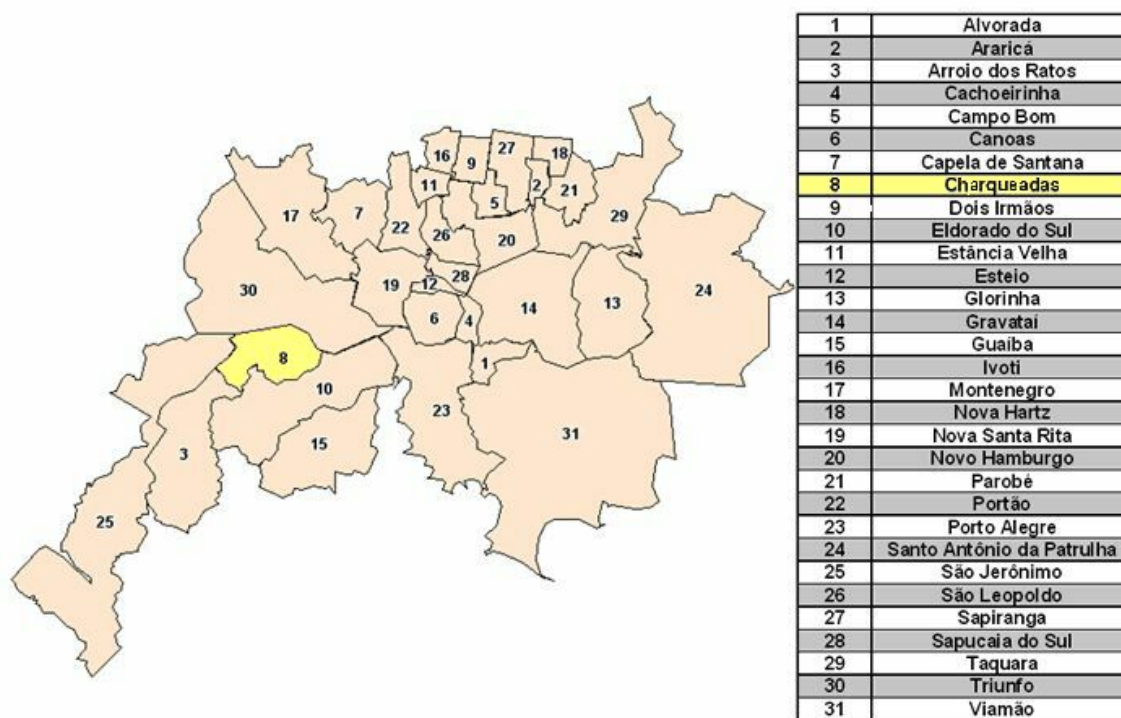
ANEXO 3

Mapa apresentando a localização da região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte : IBGE (www.ibge.gov.br)

Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)